
IV Seminário 1º de Maio de 2017 Dia Internacional dos Trabalhadores

**Os 10 anos de luta da UGT e os desafios para
superar a crise política e econômica do Brasil**

São Paulo, 24 e 25 de Abril de 2017 - Holiday Inn Hotel - Anhembi



10 ANOS
COM VOCÊ



Filiada a



IV Seminário 1º de Maio de 2017 Dia Internacional dos Trabalhadores

Os 10 anos de luta da UGT e os desafios para superar a crise política e econômica do Brasil

São Paulo, 24 e 25 de Abril de 2017 - Holiday Inn Hotel - Anhembi

.....
A UGT fazendo história
há 10 anos.
.....

A crise política e econômica e os efeitos para os
trabalhadores e para a sociedade.
.....

Retornar o crescimento com emprego e valorização
do trabalho.
.....



10 ANOS
COM VOCÊ



Filiada a



Apresentação

A União Geral dos Trabalhadores (UGT), desde 2014, transformou a comemoração do 1º de Maio – Dia do Trabalhador - em um dia de reflexão sobre o significado e a importância dessa data para se compreender a luta da classe trabalhadora, e também debater as relações capital/trabalho no mundo das revoluções tecnológicas, globalizado e neoliberal. Neste ano de 2017, a UGT realizou um seminário em parceria com o Instituto de Altos Estudos da UGT (IAE), nos dias 24 e 25 de abril, na cidade de São Paulo. Assim como aconteceu em 2014, a UGT volta a produzir esta brochura, disponibilizando-a para todas as entidades afiliadas à Central e para as pessoas que se interessam pelo tema que trata do trabalho e da organização da classe trabalhadora nessa nova realidade.

O seminário teve, entre outros, o objetivo de discutir e apontar caminhos para superar a crise política e econômica brasileira e retomar o crescimento com emprego e valorização do trabalho. Para tanto, foram discutidos temas que contribuem para compreender o mundo do trabalho frente às avançadas tecnologias da informação e as tendências ainda mais revolucionárias promovidas pela 4ª Revolução – Inteligência Artificial, as quais vêm sendo implementadas numa velocidade espantosa em todo o mundo, além dos projetos de reformas propostas pelo atual governo, principalmente a trabalhista e a previdenciária, que retiram direitos dos trabalhadores conquistados ao longo de muitas décadas. Para o movimento sindical é imprescindível o debate sobre a atual realidade, pois, só assim terá condições de definir propostas e ações para fortalecer as relações capital/trabalho e evitar o retrocesso proposto pelo pensamento neoliberal.

O conteúdo da brochura é composto por artigos produzidos por três palestrantes e pelas transcrições das palestras proferidas pelos demais no seminário intitulado “Os 10 anos de luta da UGT e os desafios para superar a crise política e econômica do Brasil”, organizado em três partes: A UGT fazendo história há 10 anos; A crise política e econômica e os efeitos para os trabalhadores e para sociedade; Retomar o crescimento com emprego e valorização do trabalho. As palestras foram transcritas e revisadas de forma a preservar fielmente o conteúdo das falas dos palestrantes das mesas temáticas.

Este material apresenta os seguintes tópicos: Introdução, Sessão de Abertura e quatro painéis contendo os artigos e as transcrições de cada palestra ou a fala dos participantes. É importante registrar que os pensamentos expostos pelos palestrantes não necessariamente refletem o pensamento da nossa Central. A UGT, por se considerar uma central plural, não tem a pretensão de exigir posições homogêneas em relação aos modelos de organização político-sindical e social, nem a unanimi-

dade de pensamento político-ideológico. Por outro lado, procura priorizar sempre o debate aberto e democrático, por isso, convida palestrantes com os mais diversos pensamentos, possibilitando que cada um exponha suas ideias de forma transparente e ética. A UGT acredita que é por meio da dialética que se constrói as melhores alternativas que levam ao fortalecimento do movimento sindical para que ele possa lutar, cada vez mais, pela defesa dos direitos conquistados dos trabalhadores e trabalhadoras e pela ampliação dessas conquistas.

A Introdução retrata os discursos de abertura do seminário, proferidos pelo Presidente da UGT Ricardo Patah, pelo Secretário de Organização e Políticas Sindicais da UGT Chiquinho Pereira e pelo Presidente do Instituto de Altos Estudos e Vice-Presidente da UGT Roberto Santiago. O Presidente Patah chama a atenção para a importância de se debater as grandes mudanças provocadas pelas novas tecnologias que afetam o modus operandi do processo de trabalho e que refletem diretamente na vida das pessoas, principalmente, as que vivem do trabalho; reporta também a necessidade de se avaliar o contexto político e econômico e suas consequências para o sindicalismo. Chiquinho Pereira resgata os 10 anos de luta da UGT e seus compromissos com o futuro da classe trabalhadora frente às rápidas transformações no mundo do trabalho e ao ataque aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e ao movimento sindical; ressalta ainda a preocupação da Central com o futuro da humanidade, o que a levou a integrar-se no movimento internacional que definiu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Roberto Santiago destaca o importante papel do IAE na elaboração de documentos para reflexão e estudos sobre questões estratégicas para o movimento sindical e particularmente para UGT, situando-a no patamar de grandes centrais sindicais internacionais que também possuem seus institutos.

A Sessão de Abertura contou com a participação de autoridades das áreas política, sindical, acadêmica, técnica e jurídica, seguida de aula magna com o tema: A Importância das Instituições Representativas da Sociedade para o Funcionamento da Democracia, proferida pelo Professor Doutor Benício Viero Schmidt, do Instituto de Estudos Avançados da UGT e da Universidade de Brasília. Na sequência, o Advogado Mestre Hudson Marcelo da Silva proferiu a palestra Movimento Sindical Brasileiro Pós Ditadura – Ganhos e Perdas.

As Mesas Temáticas foram realizadas por meio de quatro painéis, com palestras pronunciadas por intelectuais do mundo acadêmico nacional (UNB, UNICAMP, UFRGS, UFRJ, USP, UNESP, UFPA, PUC-SP), empresarial (ABIMAQ) e técnico (DIEESE), por representantes sindicais e por vários coordenadores e debatedores do IAE e da UGT, sobre os temas relacionados a seguir:

- 1º painel: O que fazer para reinserir competitivamente o Brasil na economia global, principalmente através de novos acordos comerciais com Estados Unidos, União Europeia e Países Asiáticos?

- 2º painel: Como retomar a capacidade de investimentos produtivos e em infraestrutura e financiar o crescimento econômico, num cenário de taxa de juros maiores do que o retorno das empresas e com uma estrutura tributária injusta e regressiva?



- 3º painel: Que reformas o Brasil precisa fazer para retomar o crescimento econômico com geração de emprego e valorização do trabalho?
- 4º painel: Autorreforma e Constituinte Sindical: é possível a criação de um espaço intersindical de debates, formulações e resoluções que definam os pontos centrais de uma autorreforma sindical?

Por fim, é apresentada a fala de encerramento do Presidente da UGT Ricardo Patah.

Organizadores

Erledes Elias da Silveira

Mestre em Educação

Roberto Nolasco

Diretor Técnico do IAE



UGT no Seminário

A UGT realizou nos dias 24 e 25 de abril de 2017, em São Paulo, um seminário tendo por objetivo celebrar o Dia do Trabalho. Foi uma comemoração diferente, o momento do País não é propício para eventos festivos, as condições gerais de vida e de produção estão passando por intensas mudanças que afetam principalmente os que vivem do trabalho. Diante dessa realidade, a UGT colocou em pauta a discussão sobre o contexto político e econômico e suas consequências para o trabalhador e para o sindicalismo. O 1º de Maio é comemorado como dia internacional de reivindicação de condições de trabalho desde 1890 - no Brasil desde 1925. O Governo Vargas mudou sutilmente a denominação de Dia do Trabalhador para Dia do Trabalho, no sentido de ser um dia festivo em vez de ser um momento para reivindicações. A UGT preferiu trocar festas por reflexões.

Novas tecnologias e formas inovadoras de organização da produção no capitalismo globalizado têm afetado de forma intensa e rápida o trabalho, provocando desemprego e precarização em partes significativas do mundo. Na desenvolvida União Europeia, em 2011, a população em risco de pobreza chegou a ¼ (17% após transferências sociais) e os “severamente privados” cresceram 5% entre 2009 e 2011. Para cada dólar de renda gerado entre 1976 e 2007, 59 centavos foram para as famílias do grupo 1% mais rico. A desigualdade de renda aumentou no mundo.

Coincidente com o aumento da desigualdade, do desemprego e da precarização do trabalho ocorre uma intensificação do ataque ao sindicalismo. Cabe notar que o período histórico de maior redução da desigualdade social nos países capitalistas desenvolvidos e, inclusive, em certos momentos no Brasil, foi o período de intensa atividade sindical. Os sindicatos foram muito fortes nos anos 1930 e no final dos anos 1970. Os sindicatos possuem papel “civilizador” na dinâmica do capitalismo, contribuindo para disciplinar o regime de acumulação de capital em relação às condições gerais de vida e da força de trabalho. Estabelecer restrições e limites sociais para a livre expansão do capital é necessário para que a sociedade não seja engolida pelo crescimento do mercado em todas as esferas da vida social.





As mudanças intensas na economia, decorrentes das inovações tecnológicas, especialmente as ocorridas no sistema financeiro, e o processo de globalização da produção, com o surgimento de cadeias produtivas globais, provocaram mudanças importantes na relação capital-trabalho. Tais mudanças exigem novas formas de organização para a ação coletiva dos trabalhadores.

A análise, os estudos, as discussões de propostas e de novas abordagens estão conduzindo os debates na UGT. Diante da dinâmica das configurações do trabalho, nesse primeiro quadrante do século, resta saber como os sindicatos enfrentarão a nova organização do trabalho. O papel das centrais sindicais é crucial perante essa questão, pois representa o conjunto dos trabalhadores - e não as categorias isoladas - podendo, portanto, superar corporativismos de cada categoria.

O seminário e as demais atividades desenvolvidas pela UGT em parceria com o seu Instituto de Estudos Avançados, com o Observatório do Trabalho, com o IPROS, além de amplas discussões com sua base sindical, constituem-se como estratégias para fazer frente às cambiantes realidades do mundo do trabalho e da cidadania no século XXI.

Ricardo Patah

Presidente da UGT

UGT: 10 anos de luta a favor do trabalhador e do Brasil

No princípio, o verbo da nossa Fundação era e sempre o será unir! Ele, esse verbo, ainda marca a alma e as ações da União Geral dos Trabalhadores (UGT), mesmo agora que ela completa digna e heroicamente 10 anos de vida. Somos filhos da união e não da divisão. E esse verbo, eternamente respeitando nossa diversidade, sempre nos guiará.

No próximo dia 19 de julho de 2017 completaremos 10 anos de idade. Em nosso Congresso de Fundação, participaram quase quatro mil dirigentes sindicais. Mais de sessenta delegações internacionais.

Este 1º de Maio, que pertence historicamente a todos os trabalhadores de todo o mundo, tem na UGT sua marca inovadora. 1º de Maio é coisa séria. Nada de festa, mas de reflexão, debate e proposituras rumo ao futuro dos trabalhadores e da humanidade.

Nossa trajetória, a da UGT, teve início quando os dirigentes máximos da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), da Social Democracia Sindical (SDS) e de um amplo conjunto de sindicatos independentes – com destaque para o Sindicato dos Comerciários e o Sindicato dos Padeiros, ambos de São Paulo - decidiram que era preciso dar um novo rumo ao movimento sindical brasileiro.

Se pudermos precisar um momento decisivo da largada dessa fantástica trajetória que decidimos iniciar por territórios a serem desbravados, desvendados, construídos, podemos, sem pestanejar, apontar a histórica reunião realizada em abril de 2007, na cidade litorânea de Praia Grande, no auditório da Colônia de Férias do Sindicato dos Comerciários de São Paulo.

Esse evento reuniu os fundadores da nossa central (que são os pilares centrais da nossa instituição), bem como os fundadores de todos os nossos 1.350 sindicatos, federações, confederações, além das várias entidades do terceiro setor e de pescadores, que edificam a central sindical. Na ocasião, se aprovou o Manifesto de Fundação da UGT e ainda se decidiu que seria importante escrever uma Declaração





de Princípios da UGT para ser apresentada ao congresso fundacional – o que foi feito e aprovado pelo Plenário do nosso congresso de fundação.

A partir de então, as trabalhadoras e trabalhadores de 26 Estados e do Distrito Federal abraçaram a bandeira da UGT e construíram suas respectivas Executivas Estaduais. Um feito e tanto, que beneficiou a luta dos trabalhadores em todas as unidades federativas do nosso querido Brasil.

A UGT é uma central sindical jovem, mas já calejada por conta da tradição de luta dos seus experientes e históricos dirigentes sindicais, dignos representantes dos trabalhadores, que lhe deram vida bem como pelas batalhas travadas entre 2007-2017, 10 anos (olha só como o tempo passa rápido!), empreendidas também em conjunto com as novas gerações de sindicalistas que encontraram na UGT um continente seguro e com dirigentes que sabem o rumo a seguir dentro da democracia e da geografia sindical brasileira.

É importante ressaltar também que nossa Central atua fortemente nas questões de interesse da sociedade, ela se preocupa com o futuro da humanidade. Nesses 10 anos de luta, a UGT atuou em várias frentes, das quais destacamos: projetos voltados para a comunidade indígena - Eco e Etnoturismo com as aldeias Canoanã (índios Javaé) e Txuiri (índios Karajá), na Ilha do Bananal -; campanha pela erradicação dos trabalhos escravo e infantil; campanha da fraternidade da CNBB pela erradicação do tráfico de humanos; políticas da diversidade humana; políticas para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável - Rio+20 e Jornada 2030 (17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS) -; igualdade de gênero e raça (empoderamento das mulheres, igualdade entre homens e mulheres no mundo trabalho, fim de toda forma de violência etc.); políticas contra a precarização do trabalho e pela implementação de empregos decentes; políticas de valorização dos trabalhadores(as) no campo, dos servidores públicos e pescadores; investimento nacional na formação político-sindical e social; participação da política geral. Estamos realizando, neste ano, além do Seminário Internacional dos Trabalhadores com o título “Os 10 anos de luta da UGT e os desafios para superar a crise política e econômica do Brasil”, a grande exposição de painéis na Avenida Paulista, na capital de São Paulo, a partir de 1º de Maio, referente aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Sendo que o primeiro objetivo é o de acabar com a pobreza em todas as suas formas e lugares.

Devido ao seu protagonismo, a UGT transformou-se na segunda maior central sindical do Brasil. Isso não é pouca coisa.

A UGT é pela democracia, liberdade, laicidade e pluralismo! Todos os partidos estão dentro da UGT, mas a UGT não pertence a nenhum partido, ela pertence aos trabalhadores!

Somos uma central livre, democrática, pluralista, independente, soberana e alicerçada na força de milhões de trabalhadores.

O momento atual é de crise e de ataque aos direitos dos trabalhadores e ao movimento sindical. Pelos discursos feitos por muitos congressistas e empresários



contra as trabalhadoras e trabalhadores, parece até que a culpa de o Brasil estar em recessão, ter desemprego, apresentar déficit fiscal etc., pertence aos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores. Esses direitos hoje estão sob ataque, sob um bombardeio de um Congresso submetido ao olhar crítico e necessário da Operação Lava Jato, que revelou o assalto aos cofres públicos e mostrou quem são os culpados pelas mazelas do Brasil atual.

Vamos superar isso. Com luta e dignidade!

Uma coisa, todos devem saber: quem no futuro contar a história do movimento sindical brasileiro no século XXI terá de falar inevitavelmente da UGT. Ou, diria o poeta, estará mentindo.

Por fim reafirmamos em alto e bom som o que diz nosso atualíssimo Manifesto de Fundação:

“A UGT é, assim, a casa comum de todos, trabalhadoras e trabalhadores, que, lutando ombreados, abraçam a sabedoria e a esperança como as bases para a construção de um futuro melhor, democrático e humanista, um futuro em que o sorriso sobrepuje as lágrimas; a solidariedade destrua o egoísmo; a felicidade reine sobre a dor; a paz vença a guerra; a abundância relegue a escassez aos livros da pré-história da humanidade; a liberdade aniquile a opressão; a corrupção seja debelada; a ciência impere sobre o obscurantismo, e o ser humano, enfim, possa ver no outro não um inimigo, mas um amigo leal, fraterno e solidário.”

Viva o povo brasileiro!

Vivam as trabalhadoras e os trabalhadores do Brasil e do mundo!

Vivam os 10 Anos da UGT!

Chiquinho Pereira

Secretário Nacional de Organização e Políticas Sindicais da UGT



IAE no Seminário

O Seminário do 1º de Maio da UGT, realizado nos dias 24 e 25 de abril de 2017, contou neste ano com a parceria do Instituto de Altos Estudos da UGT (IAE).

Com mais de 800 dirigentes sindicais presentes ao evento, o seminário teve como eixo as reformas necessárias para o país sair da crise e retomar o desenvolvimento econômico com justiça social. Dentre as mudanças, a autorreforma sindical constitui um grande desafio para o sindicalismo cidadão defendido pela UGT como a grande transformação no mundo sindical.

O IAE tem cumprido seu papel de refletir e propor temas de forma a subsidiar as ações e a elaboração das propostas da UGT. Ao criar o seu instituto do tipo “laboratório de ideias”, a UGT situa-se em pé de igualdade com as grandes centrais sindicais internacionais que também possuem os seus institutos. É o caso da Fundação Hans Böckler na Alemanha, o Economic Policy Institute e o Institute for Policy Studies, ambos nos EUA.

O IAE tem produzido reflexões e estudos sobre questões estratégicas para o movimento sindical, tais como o papel das centrais na formulação e implementação de políticas públicas, a relação das centrais sindicais com o Congresso Nacional, as cadeias globais de valor e os seus impactos na reorganização do trabalho e dos próprios sindicatos, os tratados de livre comércio e seus efeitos para os trabalhadores e diretrizes para uma política de qualificação inovadora. O instituto ainda publica quinzenalmente, em sua página eletrônica, artigos sobre o momento político e o cenário sobre a crise política e as perspectivas para o país.

As organizações de trabalhadores necessitam estar preparadas para o novo tipo de papel que estão sendo chamadas a representar. Cabe às organizações produzir reflexões de alto nível sobre a realidade internacional e a brasileira em todos os aspectos considerados relevantes. Somente a partir de análises aprofundadas é que a UGT poderá emitir opiniões, encaminhar projetos, propostas e soluções para questões importantes para a sociedade brasileira.

A presente publicação traz contribuições de acadêmicos, empresários e lideranças políticas que estiveram presentes no seminário. As análises servem como instrumento para o posicionamento dos dirigentes sindicais da UGT.





A parceria com a Secretaria de Organização da UGT e com o IPROS foi fundamental para a realização do evento e para a disseminação dos estudos para a base sindical.

O IAE possui um olhar atento para as tendências do mundo contemporâneo e a dinâmica do capitalismo. Os estudos e os debates realizados pelo IAE direcionam para a construção de um sindicalismo à altura dos desafios contemporâneos. Em particular, para o cenário adverso que resulta da crescente desigualdade de poder entre o capital e o trabalho.

Roberto Santiago

Presidente do Instituto de Altos Estudos da UGT

Estado e democracia no Brasil na encruzilhada

Benício Schmidt:

Hoje os brasileiros elegem presidentes, senadores, deputados, governadores e prefeitos, mas estes governam cada vez menos. As fortes restrições, antes oriundas apenas das exigências contábeis para com a dívida pública advindas especialmente do mercado financeiro, agora também vêm da maior presença do poder judiciário nos processos políticos.

A incrível judicialização da política brasileira é um fenômeno recente no país, embora seja já antigo em muitos regimes democráticos. O processo italiano das Mãos Limpas é um belo exemplo. Operação iniciada em fevereiro de 1992, a partir de um flagrante de recebimento de propina por parte de Mario Chiesa, do Partido Socialista Italiano, no valor irrisório equivalente a cerca de 4 mil euros. Ocorreram condenações, prisões, perda de patrimônio e até suicídios e fugas para o exílio, por parte de líderes empresariais e dirigentes políticos, além de parlamentares e juízes de várias instâncias.

A interferência do poder judiciário e seus órgãos subsidiários no processo político, mesmo que fundado sob consultas e escolhas livres por parte da população, não é fato estranho nem uma novidade. De outro lado, a globalização traz consigo a construção de um sistema internacional de obrigações jurídicas, definindo regras de contabilização e balanços inclusive. Os controles dos fluxos financeiros, em longa batalha com a existência liberalizadora dos “paraísos fiscais”, já são avançados, ainda que incompletos. Particularmente, as regulações da Organização Mundial de Comércio (OMC) estão a exigir transparência, especialmente sobre condições envolvendo trabalho escravo, pirataria e política de subsídios por parte dos países exportadores.

No caso brasileiro, considerações sobre as relações do poder judiciário com o sistema político-representativo estão sendo agudizadas ao longo do atual processo da Lava Jato. Circunstâncias históricas levaram, desde os anos 1930, o Brasil a um processo de permanente disputa por recursos públicos, antes centralizados exclusivamente no Estado e mais tarde incluindo também a intermediação do BNDES (criado em 1952), especialmente para obras de infraestrutura, por parte de dois modelos de engenharia: as empresas de engenharia que priorizam as grandes construções



civis, tipo barragens, usinas, estradas; do outro lado, e em competição, a engenharia ligada a projetos estratégicos, que incluem naturalmente as mesmas obras, mas que buscam uma conexão com outras dimensões que compõem um arcabouço de nação soberana: obras de cunho militar, ênfase em setores de comunicação, fontes de energia alternativa e outras seções que requerem grandes investimentos em ciência e tecnologia, estruturação de centros de pesquisa, concentração, enfim, em setores de alto valor agregado. O que não ocorre, geralmente, com a engenharia tradicional.

Interessante notar, também, que a “corrupção”, como tema e plataforma, tem sido usada ao sabor das disputas políticas. A América Latina teve 16 presidentes impedidos nos últimos 32 anos, principalmente por alegações de prática de corrupção e abuso de poder. Ou seja, a democracia do subcontinente é ainda muito frágil e denuncia a falta de controle sistemático das relações entre os poderes e o próprio mercado, no sentido de estabelecer critérios e práticas que possam impedir essa tremenda instabilidade.

No Brasil, especificamente, eleições democráticas não têm impedido a formação de coalizões esdrúxulas para o exercício do poder executivo, abrigando inclusive forças que foram derrotadas no pleito que dá origem ao novo governo. Instituições centrais de responsabilidade econômica, fiscal e com enormes implicações sobre políticas de bem-estar social, têm sido loteadas entre partidos políticos e suas facções, sem levar em consideração planos e estratégias consistentes de governo.

Isso sinaliza uma profunda crise da democracia. Uma crise de legitimação da democracia que talvez seja semelhante ao que aconteceu no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Um período que se caracterizou por uma descrença quase absoluta dos mecanismos de representação política.

Atualmente, essa crise de legitimação se expressa em uma decadência do Estado. No caso brasileiro, na grande corrupção das lideranças políticas, no conluio entre os grandes grupos econômicos e o Estado. O Estado brasileiro está desistindo não apenas do seu papel de planejador, mas também do de regulador. As agências de regulação estão hoje capturadas de uma forma como nunca ocorrera antes.

O Estado que conhecemos como invenção moderna traz para si certas condições e requerimentos que são a razão de sua existência, como a soberania sobre um determinado território, independentemente das nações (povos) que ali existem; bem como o monopólio da força.

A versão hegemônica – teoria e prática da política - aceita que a legitimidade de um Estado se verifica pela quantidade de relações e necessidades sociais que ele tem e produz. A paz e o bem-estar geral de sua população são os objetivos a serem atingidos, assim sendo as bases de sua legitimidade.

Pela via da representação política democrática, obtida por eleições regulares e com a mais ampla possibilidade de escolha por parte de sua população, o Estado de hoje supõe eleições livres e com ampla franquia de votos. Estes aspectos formais, conectados às definições das instituições fundamentais – como o Parlamento e o Judiciário – têm de possuir regras claras e publicizadas.

Não está aí o problema fundamental da falta de legitimidade do Estado brasileiro atual, pois as regras estão sendo obedecidas e eventuais discordâncias dos

agentes políticos têm sido remetidas a demandas de reformas, política e institucional, como é sabido e tem sido presenciado.

A sensação de crise advém do péssimo funcionamento das instituições estatais no País. Os serviços básicos ligados à sobrevivência e reprodução da população sofrem, há anos, profunda deterioração. Como é o caso dos serviços públicos e suas instituições, de modo geral. Isso tem a ver com um processo de decadência gerencial do Estado brasileiro, com intrincadas relações entre o comportamento dos agentes públicos e os proprietários privados dos meios de produção de bens e serviços, bem como a situação das políticas reguladoras dessas relações.

Não há como os movimentos sociais, as forças políticas progressistas e as entidades sindicais – por exemplo – reivindicarem mudanças e mais eficiência no aparelho de Estado sem passar por considerações mais amplas sobre o que foi constituído no Brasil como matéria real e concreta para a definição do Estado e seu papel na sociedade brasileira.

Aceitando que o Estado seja o catalizador dos recursos e o centralizador das decisões no âmbito do regime social capitalista que historicamente tem sido formado no Brasil, as forças sociais progressistas abrem mão de possibilidades alternativas. Essas significariam maior controle social sobre o Estado patrimonial brasileiro, onde a elite proprietária, desde sempre, tem dominado os processos de decisão.

Uma indicação atual desta dominação estatal pelas elites proprietárias está, por exemplo, na estrutura tributária nacional, onde mais de 50% dos recursos advêm da taxa sobre o consumo e não sobre a renda ou a participação nos lucros das empresas e seus respectivos dividendos auferidos. Justamente o contrário de países com uma conformação social-democrata, como Alemanha, França e Holanda, por exemplo.

De modo correlato, essa questão tem de ser objeto de análise e debate por parte das instituições sindicais, diante da iminência de alguns efeitos da Reforma Trabalhista ora em gestação no Congresso Nacional. Especificamente é o caso da “contribuição sindical obrigatória”, por exemplo. A diminuição da arrecadação compulsória provavelmente afetará o funcionamento de muitas instituições representativas dos trabalhadores. Os sindicatos e suas centrais deveriam debater e formular modos alternativos de gerar receitas voluntárias, prestando serviços hoje ausentes a seus filiados.

No mesmo sentido, as instituições sindicais não podem esperar que o Estado – em amplo processo de definição social e politicamente regressiva por parte do Governo Temer – não tenha um comportamento que não seja diminuir a proteção social aos trabalhadores e a geração de profunda instabilidade no mercado de trabalho formal no País. Dessa forma, as instituições sindicais necessitam ter uma identidade mais socialmente vinculada. Isso se dará, necessariamente, pela participação em políticas que tenham a ver com os próprios destinos da população, como, por exemplo, política de proteção ao meio ambiente, políticas e programas educacionais e proteção à saúde.

Do ponto de vista do encaminhamento de soluções políticas há várias disponíveis, apontando para uma reforma que ao menos seja parcial, mas efetiva. Assim, cláusula de barreira, formas de financiamento público combinadas com possibili-

dades de financiamento (doações) privado, voto em lista fechada, maior democratização das convenções que nominarão os respectivos candidatos e proibição de coligações em eleições proporcionais são componentes à disposição da sociedade desde já.

Do ângulo da economia, além dos déficits astronômicos nas contas governamentais, não conseguimos retomar níveis consistentes de crescimento do PIB, apesar da queda da inflação e o decréscimo da taxa de juros. Mais uma vez, comprovando que a taxa de juros – em si mesma - não determina os rumos do crescimento econômico. Há de haver renda disponível apta para sustentar consumo; neste momento dramático com cerca de 13 milhões de desempregados e forte desalento no mercado, é justamente o componente em falta.

No Brasil, há forte dependência das finanças públicas sobre o poder de consumo da população, dada a concentração da arrecadação sobre o consumo; há baixa participação no mercado internacional (cerca de 1%), assim dependendo fortemente do mercado interno, hoje afetado e espremido pela crise. Há também baixíssimo valor agregado nas exportações (basicamente commodities agrícolas e minerais), com baixos efeitos na arrecadação fiscal. Há um generalizado baixo nível tecnológico, incentivado pelos baixos custos do trabalho, prejudicando a inovação na área.

Um caso para refletir sobre a redução dos custos de trabalho como vetor principal de competição tem a ver com os efeitos da “precarização” da força de trabalho na Índia, especialmente das ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação), projeto que se retoma no Brasil da Era Temer. Na Índia e nessas Zonas, a carreira de um trabalhador industrial pode durar em média cinco anos, pois com a idade de 25 anos ele já é considerado velho e é substituído por outro mais jovem. Dado o excedente da oferta de trabalho (migrante) e da vida relativamente curta desses trabalhadores, o capital depende da informalização e da insegurança no trabalho para fazer a rotação dessas pessoas. Trabalhadores com posições estáveis são forçados a empregos precários, e em alguns casos incentivados a voltar ao meio rural. Todavia, o emprego informal urbano se transforma em regra, pois os trabalhadores industriais dispensados não podem sobreviver nas áreas rurais, dado que a mercantilização e concentração da propriedade de áreas rurais impedem seu retorno.

Do ponto de vista mais amplo, o Governo Temer está formulando e rapidamente implantando uma verdadeira “realidade virtual”, por meio de um discurso que representa uma sociedade brasileira que de fato não existe, ou cujos elementos socialmente abrangentes são desconsiderados. Há salários em queda. Há profunda recessão econômica, favorecendo o rentismo em contraste com a necessidade de novos investimentos para o crescimento do PIB e do emprego. Há uma crescente violência urbana, só contida pelas intervenções emergenciais das Forças Armadas em vários estados do País. Há governos estaduais que não conseguem pagar regularmente os salários de seus funcionários. Há cerca de 60% das famílias com pesados encargos nascidos do endividamento causado pelas políticas anteriores de incentivo ao consumo, e assim por diante.

Esse ambiente conturbado fica ainda pior por conta da legitimidade contestada de um governo que nomeia pessoas envolvidas em processos da Lava Jato – com alta probabilidade de tornarem-se réus. A Oposição não consegue formular um

discurso alternativo, mas reage a questões pontuais, e com isso não estabelece as bases reais de uma proposta que vise incorporar à ação política os elementos reais – constitutivos da sociedade brasileira – que propositalmente o Governo Temer tem desprezado de maneiras acintosas e estratégicas.

O atual governo move-se em um quadro de referências virtuais, desrespeitando inclusive a efetiva interlocução necessária para as reconstruções social, política e econômica dentro de um marco democrático.

Tem havido muitos debates internacionais sobre “shock therapies” (terapias de choque), como tenta se aplicar ao Brasil. A literatura chama a atenção para o caso atual da Rússia, hoje um país vivendo basicamente da exportação de commodities (óleo e gás, principalmente). Na transição URSS-Rússia foram implantadas massivas privatizações. Oligarquias, amigas do antigo poder soviético, apossaram-se de empresas públicas e entraram no mercado mundial de matérias-primas, com voracidade e aliando-se a capitais privados de todo o mundo; como é o caso que dá sustentabilidade aos laços entre norte-americanos e novos capitalistas russos, eventualmente interferindo nas eleições dos Estados Unidos com o apoio a Donald Trump. Hoje a Rússia tem um PIB igual a 50% do da França, cerca de 40% do da Alemanha, relação bem mais perversa do que antes da restauração que acabou com o regime soviético. Sua renda per capita está entre as mais baixas do mundo, e segue decrescendo. Sua expectativa de vida está na posição de número 153, abaixo de Honduras. O país desindustrializou-se, não apresenta as condições convencionais para ser um forte regime capitalista moderno.

Aí estão os perigos, envolvidos por uma lógica de justificação do atual estado de coisas. Um desafio aos movimentos e forças sociais que desejam buscar a coesão social, aumentar a representatividade política das instituições e também buscar a interrupção desse ambiente inseguro geral que dificulta o reconhecimento de qualquer horizonte mais otimista. Urgentes tarefas, que devem começar pela identificação das estratégias em jogo. Um desafio à inteligência, antes de tudo.



Palestra - Hudson Marcelo da Silva

Hudson Marcelo:

Em 1988 nós tivemos a promulgação da Constituição Federal, conhecida como a Constituição Cidadã, pois trouxe para o plano jurídico constitucional direitos que foram conquistados pelos trabalhadores ao longo dos anos.

A Constituição Federal é um marco na história político-jurídica de nosso país porque trouxe, a nível constitucional, a formatação que a sociedade brasileira almejava naquele dado momento. Ali foram consagrados importantes direitos: no Art. 6º, todos os direitos sociais, no Art. 7º, os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos, e no Art. 9º, o direito de greve (embora regulamentado pela 783, que restringiu bastante essa conquista). A Constituição de 1988 garantiu também toda a questão da seguridade social que envolve não apenas a previdência, mas a saúde e a assistência social, e é importante dizer que ela é fruto de lutas historicamente perpetradas e organizadas pelo movimento sindical, sendo um documento de extrema relevância para todos nós, cidadãos brasileiros. É uma conquista coletiva.

O movimento sindical, de fato, tem muito o que se orgulhar em relação à Constituição Federal porque ela não nos foi dada de presente, assim como a CLT também não. Embora Getúlio Vargas tenha sido muito habilidoso e teve a sabedoria de conciliar, naquele momento histórico, os interesses do capital e do trabalho, ele não nos deu também a CLT. Ele disse: "não, ao invés de passarmos talvez por uma ruptura, correremos esse risco, vamos aqui reconhecer e, de fato, consolidar todos os direitos dos trabalhadores para que essa relação entre capital e privado possa, digamos assim, ser um pouco mais harmoniosa". E foi o que ele fez.

Foi um ato sábio, apesar de muitos contestarem - boa parte da esquerda tem críticas a Getúlio, e parte da direita também -, mas enfim, o fato é que ele não nos deu nada e toda e qualquer conquista que tivemos especialmente nos direitos trabalhistas foi obtida pelo movimento sindical.

Conseguimos até 2016 - eu digo 2016 -, porque estamos diante de um momento em que a reforma trabalhista já foi pautada. Conseguimos manter a CLT, embora as leis trabalhistas já tenham passado por um processo de flexibilização - mas, de certa maneira, conseguimos manter a espinha dorsal da CLT, a Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho que também é alvo dessa reforma que, paradoxalmente,



é comandada hoje pelo Presidente Ives Gandra - o que é algo curioso, quando um Presidente de um Tribunal como o TST começa a tomar posições políticas; eu tenho visto diversas intervenções do Ministro Ives Gandra, um homem... um ministro que chegou ao judiciário egresso do Ministério do Trabalho, um trabalhador que sempre viveu no serviço público, e começa a tecer críticas tão ferozes à própria Justiça do Trabalho à qual ele pertence, que é um direito do trabalho como um todo; eu acho uma posição bastante infeliz do ministro. Mas nós vivemos em uma democracia e ele tem todo o direito de defender aquilo em que acredita. No entanto, o Ministro tem assumido posições muito claras em favor da alteração da flexibilização da legislação do trabalho, da diminuição, digamos assim, do campo de atuação da Justiça do Trabalho, o que para nós não é nada bom.

Não são raras as vezes em que o movimento sindical é vítima de decisões judiciais, conforme disse Patah. Um dos motivos da fragmentação que existe no movimento sindical hoje é a jurisprudência que vingou na Justiça do Trabalho - o tal do critério da especificidade -, e muito embora a Justiça do Trabalho peque, ela ainda é, dentro dessa formatação que o Estado brasileiro tem desde a Constituição de 1988, importante, e atacá-la hoje não é algo bom para nós, trabalhadores.

E é curioso quando pegamos uma foto da comemoração dos 75 anos da Justiça do Trabalho com o nosso querido Ministro Ives Gandra e o nosso excelentíssimo senhor Presidente Temer que, paradoxalmente, apesar de ter participado de um encontro dessa natureza, hoje o seu governo encaminha para o Congresso um projeto que tende a, digamos assim, diminuir muito a atuação da Justiça do Trabalho, o que para o segmento patronal tem sido um grande estorvo nas relações entre trabalho e capital.

Aliás, essa reforma do ponto de vista mais geral, é uma reforma que, do nosso modo de ver, não trará aquilo que o governo pretende. Se o governo quer estabelecer um ambiente de segurança jurídica na relação capital e trabalho, para que os investidores invistam no Brasil, no meu entendimento, ele está extremamente enganado, porque esse substitutivo, tal como ele está, se for aprovado, tende a promover um aumento muito grande de processos judiciais e discussões de toda a natureza.

Mas vamos lá, as soluções do governo para a crise não são nem um pouco criativas. Ele pretende, ao meu modo de ver, estabelecer no Brasil um sistema de relação de trabalho que não ocorre em outros países, especialmente nos países de origem anglo-saxã. É fato que no mundo existem alguns modelos de relações do trabalho em que há uma maior regulamentação, um papel maior do Estado, e outros em que o papel do Estado é menor, ou seja, há uma regulamentação muito menor, como ocorre na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Países da Europa Ocidental, e inclusive o Brasil, têm a característica de uma maior regulamentação, uma maior intervenção do Estado, mas também uma maior intervenção do movimento sindical.

O modelo estadunidense, que é o mesmo da Inglaterra, dos países do Reino Unido e da Austrália, defende o livre mercado e a ausência completa de regulamentação entre o capital e o trabalho. O que as empresas gostam nos Estados Unidos ou na Inglaterra? De negociar diretamente com o trabalhador.

Nesses países prevalecem os contratos individuais, ou seja, o empresário ou o empregador firma um contrato diretamente com o indivíduo trabalhador, portanto, privilegia-se a negociação individual, em detrimento da negociação coletiva.

Isso não é o que ocorre em outros países do mundo. E é esse modelo que - no nosso modo de ver inspirado na economia neoclássica - o governo Temer pretende enfiar goela abaixo no nosso país. Só que quando ele o faz, ele desconsidera todas as instituições que existem no Brasil: Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, o próprio mercado de trabalho e, especialmente, o movimento sindical, porque, se em outros países, a densidade sindical é muito baixa, aqui no Brasil existe uma densidade sindical razoavelmente forte - ainda que tenhamos um índice de sindicalização na faixa de 17, 18%. No Brasil acontece algo curioso: a impressão é que a própria existência dos sindicatos, da estrutura sindical com todas as normas constitucionais que a prescrevem e a protegem, por si, já confere ao movimento sindical um papel regulador nas relações entre trabalho e capital.

A visão que é predominante nos Estados Unidos e na Inglaterra, dois países muito fortes, é a de que tanto o governo quanto o movimento sindical são um problema. Eles sequer conseguem contemplar por conta da teoria que orienta a ação deles. O pensamento neoclássico entende, em linhas gerais, que o governo só atrapalha.

O pensamento neoclássico na economia entende que o movimento sindical ou o sindicato é uma anomalia do sistema, algo que não deveria sequer existir, porque só atrapalha a relação entre trabalho e capital e, conseqüentemente, o resultado final das empresas.

Então, vocês dirigentes sindicais, movimento sindical em geral, segundo essa forma de enxergar o mundo, vocês são e não passam de uma anomalia, não deveriam existir, e é esse ideário, porque não existe ação política sem uma teoria econômica que a oriente.

Por isso é importante obtermos conhecimento, é importante que os dirigentes sindicais passem continuamente por formação sindical, mas também é essencial termos informações fidedignas. Essa proposta de reforma do governo apresenta soluções que já foram tentadas em alguns outros países, como a Espanha. A Espanha passou por um processo de flexibilização gigantesco e continua ainda hoje com os mesmos índices de desemprego que tinha antes dessas reformas serem perpetradas. As reformas que o governo Temer pretende implementar aqui não são nem um pouco criativas, são mais do mesmo, seguem tão somente a velha cartilha liberal ou neoliberal como gostam de dizer.

Foi consenso no passado que é necessário mudar a legislação sindical. O Brasil passou por um processo de discussão muito intenso por conta do Fórum Nacional do Trabalho, e existiu um consenso que precisávamos melhorar a legislação sindical, a legislação trabalhista, enfim, mas nada parecido com o que esse governo pretende fazer.

Eu só quero fazer uma remissão a essas charges que estou usando na apresentação: elas são de um concurso que o nosso portal está realizando - sobre reforma previdenciária e reforma trabalhista -, e essa foi uma forma que encontramos de estimular, através da linguagem irreverente da charge, especialmente a juventude

a se debruçar ou pensar um pouco mais sobre o que está acontecendo no Brasil. Gostaria que, se possível, vocês as divulgassem, já que as melhores charges serão premiadas e também passarão pelo crivo da eleição pelos internautas.

Entrando um pouco mais na questão do projeto de lei de reforma trabalhista, o que eu quero e vou pontuar aqui com os senhores?

O governo encaminhou no final do ano passado um projeto de lei do executivo que, digamos assim, era até discutível, ou seja, como diz na gíria, “dava para trocar uma ideia”. No entanto, pode ser que isso seja uma tática do governo dentro de um processo de negociação que está em curso: esse projeto foi extremamente descaracterizado e modificado pelo relatório, pelo relator deputado Rogério Marinho, do PSDB do Rio Grande do Norte. E qual é a análise que quero fazer com vocês?

Esse resultado final aqui é fruto das minhas observações, da minha leitura atenta sobre esse projeto, para que eu pudesse falar com convicção o que eu lhes falarei agora. Li esse projeto de “cabo a rabo” e com o olhar de quais seriam os seus impactos na estrutura e na organização sindical brasileira, fiz e fechei a minha análise, e senti a importância disso porque todas as análises que existem estão circunscritas na supressão de direitos.

De fato, o projeto de lei substitutivo, se for aprovado do jeito que está, impactará diretamente nos direitos que os trabalhadores têm, especialmente nos trabalhistas. Mas ele impacta diretamente na estrutura e na organização sindical brasileira porque é indubitavelmente inspirado no modelo estadunidense - e o modelo que existe nos países anglo-saxões é de interesse desse governo, pois desfortalece ou tira o movimento sindical de cena, ou no máximo, o transforma em um movimento sindical que se arrasta de joelhos e se submete por completo ao interesse do capital.

Na pior das hipóteses, é isso que esse governo quer: um movimento sindical fraco, que não tenha qualquer capacidade de articulação nem de organização dos trabalhadores. E se isso não é o suficiente para os senhores se mobilizarem e até o dia 28 convencerem o máximo de pessoas a paralisar, honestamente não sei o que podemos fazer para convencê-los.

Eu dividi esses impactos em três eixos. Para dificultar a organização dos trabalhadores, cria-se com esse substitutivo a figura do trabalho intermitente □ para quem não sabe, o trabalho intermitente é o que é chamado na Inglaterra de “Contrato de zero hora”, ou seja, o trabalhador estará à disposição de qualquer empresa para quando lhe for conveniente, dentro da sua forma de produção de um bem ou de um serviço, ele possa ser convocado para lhe prestar um serviço. Ouvi aqui a palavra do McDonald’s, de fato, é um bom exemplo: na Inglaterra, se vocês entrarem hoje no site do McDonald’s, vocês verão uma mensagem dizendo que “nós, McDonald’s, nos orgulhamos de ser flexíveis e oferecer aos trabalhadores ingleses a possibilidade de eles trabalharem quando quiserem”. O McDonald’s na Inglaterra, só para título de informação, prega 90% da sua mão de obra através do contrato de trabalho intermitente. 90% não é qualquer coisa.

Numa crise em que os trabalhadores estão “vendendo o almoço para pagar a janta”, há alguma dúvida de que algum trabalhador vai se submeter a esse tipo de exploração? Claro que não. E essa figura do trabalho intermitente, a lei não autori-

za, na verdade ela cria, ela permite que as empresas passem a fazer a contratação dos trabalhadores dessa forma.

Eu acho que não é necessário dizer os malefícios, digamos assim, que essa modalidade contratual traz a cada um dos trabalhadores que a ela são obrigados a se submeter. Também não é difícil ter a clareza do quanto seria difícil organizar os trabalhadores, imagine a categoria comerciária, imagine organizar 90% da mão de obra dos empregados do McDonald's, cerca de 80 mil trabalhadores na Inglaterra, sem saber que horas eles estarão trabalhando ou quantas horas eles trabalham.

Se hoje já temos uma dificuldade muito grande em algumas categorias profissionais, imaginemos nós se o trabalho intermitente for autorizado no nosso país. Bom, o teletrabalho já existe, mas o governo não pretende apenas regulamentar, ele aprende a criar, é uma permissão legal para que as empresas possam contratar dessa forma. É óbvio que nos grandes centros urbanos existe um apelo, inclusive por parte dos próprios trabalhadores, devido ao caos que uma cidade como São Paulo vivencia no trânsito, de muitas vezes achar que essa forma de trabalho é interessante. Mas o teletrabalho, sem que o movimento sindical se reinvente e busque novas formas de se relacionar e interagir com os trabalhadores, também é um componente que dificulta a organização dos trabalhadores ou da categoria profissional.

O Art. 620 desse substitutivo também prevê a prevalência do acordo coletivo sobre a convenção coletiva. Nós sabemos que acordo coletivo é uma norma coletiva em que o sindicato firma com uma empresa específica. A convenção coletiva é um instrumento normativo em que é firmado com o patronal, abrange todos os trabalhadores independentemente da empresa em que ele trabalha.

Por que eu considero isso complicado do ponto de vista de organização poderia até estar sendo tratado num outro tópico. Imagine a dificuldade, embora às vezes as condições reais possam justificar que você tenha uma convenção coletiva mais favorável e um acordo coletivo específico com uma empresa que seja desfavorável em relação à convenção coletiva. Como se organizam os trabalhadores num cenário, trabalhadores da mesma categoria profissional que possam estar cobertos por um acordo que lhes é prejudicial, quando a convenção diz outra coisa? Difícil, embora, às vezes, do ponto de vista objetivo, isso possa ser até mesmo plausível.

Como outro aspecto dentro dessa divisão metodológica que fiz dos impactos que o substitutivo de Rogério Marinho tem sobre a vida sindical, eu destacaria os esvaziamentos da representação dos sindicatos. É mentira, e a palavra é essa, ou se preferir é uma inverdade. O fato é que o governo diz uma coisa e faz outra. Se esse governo de fato pretende estimular a negociação coletiva, ele deveria agir como tal, mas as suas ações concretas o desmentem, porque o projeto de lei, especialmente o substitutivo, hoje, está a anos-luz de fortalecer ou estimular a negociação coletiva. Ao contrário, esse substitutivo privilegia a negociação individual, tal como ocorre nos países que mencionei agora há pouco.

O que se quer é a visão que os neoliberais têm. É o seguinte: fora Estado, fora movimento sindical, deixe que eu negocie diretamente com o trabalhador. É isso o que acontece nesse país e é isso que se pretende fazer no Brasil. Pega-se um modelo espúrio, porque esses economistas seguem essa escola da economia: são muito pragmáticos e os seus argumentos, às vezes, são bastante convincentes. Eles

desconsideram tudo o que existe no mundo real - a cultura, a história de um país, as instituições -, e acham que se socarem goela abaixo um modelo como esse, as coisas vão acontecer. Mas não vão.

As coisas não acontecem dessa forma. As instituições vão continuar existindo, o movimento sindical desfortalecido continuará existindo, a Justiça do Trabalho continuará existindo, e as contradições nesse projeto com a lei, com a Constituição, com as convenções internacionais continuarão existindo. Então eu dei alguns exemplos aqui. A representação dos trabalhadores no local de trabalho: qual o objetivo de o substitutivo em alterar inclusive o projeto original do governo federal no Executivo, na questão que diz respeito à representação no local de trabalho? Existe alguma dúvida de que os trabalhadores precisam ser representados lá no chão de fábrica? É óbvio que não, tanto que a figura do delegado sindical é muito comum no movimento sindical, mas esse trabalhador deve estar sendo representado dentro da fábrica por um indivíduo que pertença à estrutura sindical ou ao sindicato ao qual ele é associado.

O projeto inicial do Executivo trazia essa figura do representante no local de trabalho para título da CLT da organização sindical. O relator Rogério Marinho, muito maliciosamente, falou: "vou tirar esse representante daqui porque, para mim, não tem nada a ver alguém como ele no local de trabalho, ele é alguém que deve estar completamente fora do movimento sindical, inclusive protegido contra eventuais abusos do movimento sindical".

Que figura espúria é essa. É de interesse dos trabalhadores terem um representante, sim, mas um representante que desempenhe um papel junto ao sindicato e não um papel fora da atividade sindical.

Não é assim que ocorre em outros países.

Em países como a Alemanha, o movimento sindical ocupa espaço em conselho de administração de diversas empresas. Aqui não: o relator vem nos sugerir um absurdo como esse, absolutamente inaceitável, porque você pega um indivíduo, um trabalhador, que estará completamente dentro da hierarquia que existe dentro de uma empresa sem qualquer proteção. Como esse indivíduo poderá representar os interesses do trabalho perante o capital sem o mínimo de proteção e retaguarda? Portanto, é inaceitável uma alteração como essa.

Vamos para o banco de horas, Art. 59 § 5º, que faz remissão ao § 2º: o substitutivo desse deputado Rogério Marinho autoriza o banco de horas mediante acordo individual.

Eu estou aqui "matando a cobra e mostrando o pau" para não ter dúvida, sou advogado, sou obrigado a pegar a porcaria daquele substitutivo e fazer uma análise técnica, por dever de ofício, e foi isso que eu fiz. Não sou eu quem está dizendo que o governo e as suas propostas não passam de falácia. Isso está no próprio substitutivo, lá no Art. 59 § 5º, que autoriza o banco de horas mediante acordo individual quando existe uma Súmula 85, que alguns juristas já entendem com inconstitucional. Essa súmula diz que o banco de horas somente é válido se instituído por negociação coletiva. Hoje é assim, nenhuma empresa pode estabelecer um banco de horas sem que o sindicato aceite dentro de um processo de negociação coletiva e se traga isso com acordo ou convenção coletiva de trabalho, e é esse governo que

vem dizer que está privilegiando negociação coletiva. É uma mentira deslavada, que só engana aqueles que não conhecem os fatos.

Compensação de jornada, também um duro golpe, porque é a mesma súmula. Entendem que a compensação é válida por acordo individual, porém se houver norma coletiva em sentido contrário, ela deixa de ter validade. Esse projeto põe por terra abaixo a atual Súmula 85 do TST que hoje é, digamos assim, um instrumento jurídico que temos para nos apegar. Jornada de trabalho 12 x 36 é, segundo a proposta de Rogério Marinho, para ser instituída mediante acordo individual, e esse é mais um exemplo de que esse projeto privilegia negociação individual e não negociação coletiva, porque o TST entende de acordo com a Súmula 44, que essa escala somente pode ser instituída se ou por lei ou por instrumento coletivo, por norma coletiva - e quando nós falamos em norma coletiva, estamos falando em negociação coletiva com o sindicato, Esse projeto inclusive diz que, mesmo em atividades insalubres, pode ser respeitado e privilegiado o acordo individual.

Outro ponto, homologação da rescisão do contrato de trabalho: o substitutivo do deputado Rogério Marinho revoga o § 1º do Art. 477, ou seja, o trabalhador não goza de nenhuma proteção no momento em que ele muito precisa da assistência sindical, quando é demitido - e aqui, lamentavelmente, os empregadores demitem na hora que eles querem, como eles querem. Não há mais a necessidade de o contrato ser homologado. E o argumento dado pelo deputado em defesa disso é o seguinte: as homologações perderam a sua finalidade, a sua validade, porque mesmo elas sendo feitas, o trabalhador depois propõe uma ação trabalhista. É óbvio que ele propõe uma ação trabalhista quando o empregador não faz o pagamento das verbas rescisórias e o sindicato é colocado numa situação difícil. Eu, como advogado, qual a orientação que dou no sindicato? Vamos homologar e vamos fazer as ressalvas, porque como é que vai ficar a vida do trabalhador se esse sindicato não homologar com ressalvas? O sindicato não tem outra opção: chega um trabalhador lá, desempregado, com perspectiva de receber um Seguro Desemprego ou fazer o saque da multa do Fundo de Garantia, o sindicato tem que fazer a homologação, com as ressalvas, e se tiver alguma verba que não está sendo paga, o trabalhador vai reclamar na justiça, porque a imensa maioria dos processos judiciais que existem são por conta do não pagamento de verbas rescisórias.

Outro aspecto é a demissão coletiva, o Art. 477-A: tal como está no substitutivo, autoriza demissão coletiva sem a prévia realização de negociação coletiva, ou seja, sem que haja qualquer autorização sindical, mais um ataque brutal e uma retirada da representação do sindicato, porque hoje é bem pacífico, embora existam correntes contrárias - o Ministro Ives Gandra, um grande líder, digamos assim, de uma corrente mais defensora da flexibilização.

Lá no TST, cada ministro tem as suas convicções ideológicas, a sua forma de enxergar o mundo e é dessa forma que ele julga e defende as suas ideias. A demissão coletiva hoje só pode acontecer de duas uma: ou o sindicato não sabe e não está muito bem informado e, portanto, não se envolve na demissão ou o sindicato negocia e aceita. Fora isso, a Justiça do Trabalho tem tido entendimento de que as empresas não podem demitir coletivamente sem que haja prévia negociação coletiva com o sindicato que representa a categoria.

Existem diversas julgadas em primeira, em segunda, e no TST, quando o relator traz a desnecessidade de negociação coletiva, ele esvazia a representação do sindicato. Para mim, é uma irresponsabilidade sem precedente um parlamentar elaborar um relatório dessa feita tal como ele fez. Jurisdição voluntária e acordo individual, outra aberração. Essa figura da justiça voluntária sem a necessidade de assistência sindical é outra supressão da representação. Sempre há um momento em que o trabalhador vai precisar de fato da presença do seu sindicato, por mais que o trabalhador deteste o sindicato, ou nem seja associado.

Ele precisa que o seu sindicato o oriente, porque o ato de demissão e a tragédia que isso provoca na vida de um indivíduo não é qualquer coisa não, é um momento de extrema fragilidade do trabalhador, é um momento em que ele precisa da presença muito firme do seu sindicato. Vamos passar aqui para onde “a porca torce o rabo” mesmo, para onde o “calo aperta”.

Existe alguma dúvida na cabeça de quem quer que seja, em sã consciência, não precisa ser advogado, não precisa ser economista, não precisa ser porcaria nenhuma, basta ter bom senso. Existe alguma dúvida que esse governo pretende, nesse tópico, eliminar as fontes de custeio do movimento sindical? Eu não vou entrar aqui no debate que existe e não é de hoje. Há centrais que, nas próprias discussões do Fórum Nacional do Trabalho, defendiam o fim do Imposto Sindical. Existem algumas divergências acerca os temas importantes sobre o movimento sindical - a contribuição compulsória, a unicidade sindical, a PEC. A reforma sindical não foi para frente lá como resultado do trabalho do Fórum Nacional do Trabalho porque não houve consenso de algumas questões importantes: o fim da unicidade sindical, o fim da contribuição sindical. A CGT, por exemplo, e a força sindical foram defensoras árduas tanto do imposto sindical quanto da unicidade sindical.

Tudo pode ser aprimorado, mas tudo tem o seu tempo e as condições estão postas, não somos nós que as criamos. Dentro do cenário que estamos vivenciando no Brasil, nos últimos anos, eu tenho sido um defensor árduo da estrutura sindical brasileira. Mesmo os críticos, setores do Ministério Público do Trabalho, do Poder Judiciário, estão entendendo que a única forma hoje de se opor à terceirização, de se opor ao que querem fazer com o movimento sindical, por ironia do destino, passa pela defesa da estrutura sindical, passa pela defesa da unicidade sindical e pela defesa da contribuição sindical obrigatória. Imaginar que nós viveremos, o que não quer dizer que não possamos discutir outras fontes de custeio, tudo é possível, agora, sem receita, sem estrutura material imaginando o sindicato como se ele fosse uma mera associação, quer dizer, não existiria a menor possibilidade de um movimento sindical se manter. Então, o Art. 45 do substitutivo do deputado Rogério Marinho, o que ele prevê, que o desconto de quaisquer contribuições e aí vamos rememorar aqui, confederativa que já está proibida pelo Supremo por conta da Súmula Vinculante n.º 40, a assistencial que já era proibida pelo precedente normativo 119 do TST, em que o cidadão Gilmar Mendes também acabou em sede de repercussão geral proibindo seu desconto daqueles que não são associados, certo, é, todo...

Palestra - Mário Bernardini

Mário Bernardini:

Boa tarde a todos. Vamos falar de inserção e as necessárias precondições de competitividade. Se alguém tem a impressão de que o Brasil tem problemas nos últimos anos, está enganado. Na realidade, o que diz esse gráfico é que o Brasil não cresce satisfatoriamente há mais de 20 anos, na prática 30 anos. Se vocês quiserem tirar uma dúvida e acompanhar, este é o crescimento da época do Figueiredo, último governo militar, quando nós tivemos uma expansão da renda per capita que aqui está, e vocês vão ver que em nenhum momento, salvo com o Lula, houve uma expansão razoável da renda per capita no Brasil. Mesmo assim, neste período todo que está aí analisado, desde Figueiredo, portanto, a média per capita e a renda per capita no mundo cresceu 1.6% (um ponto seis por cento) e no Brasil 1.1% (um ponto um por cento), portanto, nem nos melhores anos nós nos aproximamos do resultado que o resto do mundo teve. Na ponta é um desastre que nós estamos vivendo, mas se a gente pegar, por exemplo, Dilma, que não foi nenhuma Brastemp, ela cresceu mais do que Fernando Henrique, FHC nos dois períodos, que é cantado em prosa e verso como se tivesse sido uma maravilha, não foi. Ninguém foi uma maravilha nesse período. E neste gráfico é mais fácil ver que não fomos nenhuma maravilha: se vocês olharem o desempenho acumulado do PIB brasileiro sobre o mundo e sobre as economias emergentes em desenvolvimento, vão ver que enquanto o Brasil saiu daqui para cá como porcentagem do PIB mundial, os emergentes deram uma espichada que nos deixara longe. Então, às vezes brinco dizendo que o Brasil não é um país emergente, porque se nós formos olhar os números, ele pode ser chamado com mais propriedade de "subemergente", pois ele não se aproximou do pessoal de cima, ao contrário, ficou mais longe. Nós tivemos um crescimento no período em que as commodities deram uma ajuda, mas isso acabou e nós estamos pagando o pato agora. Por que um país não cresce?

É mais ou menos voz corrente - eu diria que dez entre dez economistas concordam aqui que o investimento de hoje é o crescimento de amanhã. Se um país não investe, ele não cresce, e aqui vocês têm os dados de formação bruta sobre capital fixo, ou seja, os investimentos que o Brasil faz sobre o PIB desde 2000: vocês vão ver que a média de investimento do Brasil nesse período foi de 18%. O Brasil



investe de tudo o que produz. A América Latina - incluindo Nicarágua, Honduras, Haiti e outros países assemelhados - investiu mais do que nós nesse período, dezoito para vinte; o mundo vinte e quatro e os BRICS, C ou B que puxam a média para baixo, 34%. Portanto, isso explica porque não crescemos. A pergunta seguinte, que os senhores podem fazer é: por que a gente não investe? Primeiro, vou falar de uma consequência desse baixo investimento, e depois explicarei por que não investimos.

O fato de eu investir pouco há 30, 40 anos, faz o estoque de capital produtivo do Brasil ser baixo. Se eu invisto dezoito, ao invés de quarenta como a China, é óbvio que o estoque da China crescerá duas vezes mais rápido do que o nosso.

Quando o estoque é baixo, o que significa? Significa que o estoque de recursos produtivos por cada pessoa ocupada, com carteira assinada ou não, não importa - ocupada no Brasil tem essa curva amarela (no gráfico) - não é muito entusiasmante. A China, que saiu de nada de estoque de capital, já está alcançando, por pessoa ocupada, per capita, o estoque do Brasil. Mas eles têm trezentos milhões de pessoas ocupadas e nós temos setenta, no total. Esse gráfico mostra o seguinte, que os países desenvolvidos giram de 200 a 300 mil dólares por pessoa ocupada de estoque de recursos produtivos. O que é estoque de recursos produtivos? É tudo o que ajuda a produção: máquinas, equipamentos, ferramental, software, layout, infraestrutura. O Brasil está, mais ou menos, hoje a 65 mil dólares per capita; Coreia, 200 mil; Japão, 250; Estados Unidos, 300.

Não é à toa que um operário americano produz cinco vezes mais que um brasileiro. Ele não é mais inteligente nem mais trabalhador, mas ele tem condições de produzir cinco vezes mais. Eu sempre uso como exemplo um mexicano que cruza o Rio Grande - agora vai ficar mais difícil porque o Donald Trump vai construir um muro lá -, mas, quando ele cruzava o Rio Grande, ele não fazia nenhum curso de pós-graduação para atravessar o rio e ele era tão analfabeto do lado de cá do rio como do outro lado, só que a produtividade dele, saindo do México para os Estados Unidos, era multiplicada por quatro automaticamente, por causa desse entorno, que com um pouco de treinamento, fazia o cara conseguir produzir tanto quanto o americano que nasceu lá. Isso é importante porque se a gente quiser se desenvolver será preciso aumentar o estoque de capital produtivo. E por que é importante o estoque de capital produtivo? Porque todo mundo diz que a produtividade é sinônimo de crescimento. Se a produtividade aumenta, o país cresce, se a produtividade cai, o país para de crescer. O que responde pela produtividade? Quais são os fatores mais importantes que aumentam a produtividade? Uma imagem vale mais do que mil palavras: o azul é muito mais importante do que o verde e o vermelho (verde e vermelho são importantes, mas o azul é mais). E o que é o azul? É o estoque de capital produtivo que cada pessoa tem à sua disposição. O verde é educação, importante, sem dúvida nenhuma, mas do ponto de vista fabril, eu compenso um baixo nível intelectual com um bom treinamento - tenho operadores de máquinas a controle numéricos pouco mais que alfabetizados e com uma produtividade igual à de um alemão, que eventualmente tem curso superior. É importante fazer a máquina funcionar bem, e eu consigo suprir alguma deficiência de formação com treinamento adequado. Não consigo suprir com treinamento adequado uma máquina velha, que não vai produzir (mesmo que eu ponha um PHD nela). Não adianta nada se eu dou

um torno mecânico para ele, pois ele vai fazer cinco peças por dia, e não é culpa dele, é isso que quero que vocês entendam. Voltamos então à pergunta: por que a gente não cresce? Porque não investimos. E por que não investimos? Porque não é bom negócio no Brasil. O bom negócio é deixar dinheiro no Banco.

Eu li em um jornal hoje que o prêmio da Mega Sena acumulou em R\$ 90 milhões: se você ganhar R\$ 90 milhões na semana que vem, vai construir uma fábrica ou botar no Banco? Botar no Banco, assim não vai ter que brigar com a UGT, com a CUT, com a força, com o governo... e é mais compensador do que trabalhar, se olharmos os juros no Brasil, a taxa média cobrada para as pessoas jurídicas, para empresa, está aqui... ninguém ganha isso. Então, se eu pegar dinheiro no Banco eu quebro, a minha atividade não paga os juros que me cobram, sabemos disso, porque já caímos na conversa de pegar um empréstimo, de usar cheque especial, sabemos como é complicado cair fora. Esse gráfico mostra o resultado daquela curva anterior: a curva vermelha é o custo médio de capital das empresas e tem subido ano a ano, aqui beirando 20%. A curva preta é o lucro, é a margem. Não existe capitalismo quando o retorno do capital na atividade produtiva é menor do que deixar depósito no Banco, não tem país que aguente isso. O meu maior concorrente não é o chinês, o meu maior concorrente é o Banco da esquina, onde deixar o dinheiro é melhor do que trabalhar, do que produzir, do que empregar.

Eu tenho um problema com juros que me impedem de investir mais, tenho um problema grave com o câmbio. Porque estou falando de indústria de transformação, onde os produtos que faço são os chamados produtos comercializáveis, que posso fazer aqui, na China, nos Estados Unidos, na Europa. Tenho carro feito aqui, feito lá, tenho máquina, geladeira, televisão etc. Então, o meu preço aqui no mercado interno é definido pelo preço no mercado internacional desse produto e se o câmbio for baixo, se o Real estiver apreciado, eu não vou vender, senão o cara vai comprar o produto importado. O meu preço é baixo, e com esse preço baixo a margem que vocês viram na empresa, na curva anterior, some. Então, tenho um país aonde sou esfolado pelos juros e aonde o governo não me dá margem de preço via câmbio. Eu não tenho nem preço, nem margem e aqui está a curva em relação ao dólar: esse é o Brasil e a curva de câmbio real deflacionada, ele está abaixo da paridade sempre ao longo de 20 anos, com uma exceção aqui, medo do Lula e medo da Dilma, pronto. Só por conta do medo é que se consegue ser competitivo, mas em condições normais não consigo.

O preço dos insumos, os juros sobre o capital de giro e os impostos não recuperáveis. Eu compro aço no Brasil a 35% a mais do que o meu concorrente compra no mercado internacional, e isso vale para todos os insumos básicos. O fato é que compro matéria-prima mais cara do meu concorrente internacional em uma média de 30%.

O custo de capital que eu preciso para fazer uma máquina é do setor de bens e capital. O tempo para se fazer essa máquina é de 6 meses. Nesse meio tempo, paguei pela mão de obra, comprei matéria-prima, mas ainda não recebi, então esse dinheiro me custa em média sete pontos percentuais a mais do que a um concorrente alemão.

Se isso não bastasse, não consigo limpar alguns impostos que estão embutidos no meu produto ao longo da cadeia e que no fim chega, na exportação, com 7% de juros mais 6,9% de impostos não recuperados: estou então 14% mais caro do que o produto alemão. Bem caro. Se eu somar todo o resto, isso dá vinte e cinco ou trinta e é chamado custo Brasil.

Esse custo Brasil faz com que uma indústria brasileira que seja tão competitiva e produtiva quanto uma estrangeira, ou seja, no Brasil, somos de três a quatro vezes menos produtivos na média da indústria do que Alemanha e Estados Unidos. Mas dentro da indústria brasileira há empresas que são tão produtivas quanto as alemãs. Nós pegamos uma dúzia de empresas subsidiárias de matrizes alemãs que fazem máquinas e equipamentos no Brasil, medimos sua produtividade física e as comparamos com as empresas matrizes - escolhemos e conseguimos os dados de empresas que tinham filiais nos Estados Unidos, no Brasil e na China.

Para nossa surpresa, a produtividade física de quilos por homem/hora no Brasil é superior à dos Estados Unidos e da China e igual à da Alemanha, o que mostra que é possível ser tão produtivo quanto nesses países. O problema não é o nosso operário - o nordestino produz tanto quanto o alemão e o americano se trabalhar em uma fábrica moderna com máquinas modernas, com engenharia de produto, engenharia de processo, igual ao que tem no exterior. Só que essas fábricas têm um custo de produção da máquina (25% maior no Brasil em relação à Alemanha). Ou seja, o Brasil não é competitivo, e ele perde as suas vantagens comparativas à medida em que avança, ou seja, somos competitivos em soja, grão. Se formos fazer óleo, já não somos mais competitivos, porque entra no custo Brasil. Então importamos óleo - a Argentina exporta óleo de soja, mas nós não, só grão, por quê? Porque o grão não paga impostos e tem juros de 8% ao ano no capital de giro. É o segredo do agronegócio. Se eles pagassem 30% de impostos como nós e juros de 60%, estariam quebrados como nós. Então, insistir em integração sem a prévia eliminação das simetrias competitivas existentes é que condenaram o país a ser um eterno condutor de commodities, portanto, inserção, sim.

A diferença entre inserção competitiva e não competitiva é que se você não eliminar simultaneamente ou previamente a abertura, aquilo que não se torna competitivo, que é o custo Brasil, e tudo aquilo que nós falamos, a inserção vai ser subordinada e não competitiva, e seremos inseridos e não vamos inserir. A longo prazo estaremos todos mortos, como já disse Kenedy. E se a produtividade é a saída para crescer, nós temos alguns problemas para resolver. 70% do PIB brasileiro é serviços, com baixíssima produtividade. Culpa do serviço? Não, mas o farpo é esse. Quem já andou pela Europa sabe que um garçom em restaurante atende quatro mesas e dá conta. Aqui tem quatro garçons e você precisa assobiar para o cara vir te atender. É questão de cultura, de treinamento.

Então, nós precisamos dar um carinho especial ao setor de serviços para que ele evolua e puxe o resto da economia para cima. A indústria de transformação é classicamente o vetor de transferência de tecnologia para os outros segmentos, mas ela está reduzida a 11% do PIB (era vinte e cinco a quinze anos atrás), ou seja, foi reduzida pela metade e está muito pequena para poder resolver o problema do país. É preciso de um programa que industrialize novamente o país, inclusive para

que a indústria demande serviços de qualidade, pois é ela que puxa o resto: ao demandar serviços de qualidade, isso faz subir a produtividade geral da economia e o país volta a crescer. O que é preciso para voltar a industrializar o país? Voltar a ser um bom negócio e investir em produção. Como se volta a ser um bom negócio e investir em produção? Se eu tiver lucro, como é que tenho lucro? Se eu tiver preço, como é que tenho preço? Se eu tiver câmbio e juros baixos, então se eu tiver um câmbio a R\$ 3,80 e condições de financiamento adequados em volumes e prazos além de um custo compatível com o retorno das empresas.

Essa recuperação de competitividade das empresas tem que ser feita simultaneamente à redução contínua do custo Brasil. Eu votaria no Presidente da República que dissesse que criaria um Ministério de combate ao custo Brasil, vinculado a uma secretaria (não precisaria de um ministério para não virar foro privilegiado, mas sim uma secretaria, vinculada à Presidência da República, para que se possa avaliar o secretário).

É importante lembrar que os ganhos de produtividade dependem do aumento de recursos produtivos, de investimento, da eficiência sistêmica que é o ambiente regulatório de negócio, da educação e do treinamento, portanto, um plano de valorização do parque industrial é condição necessária. Depois vem o resto, a partir da implementação de um processo de reindustrialização eficiente, que possibilite a retomada dos investimentos produtivos. Aí sim, eu vou discutir inovação, integração em cadeias globais e valor, acordos comerciais e inserção competitiva, que são todos pontos extremamente importantes, mas que dependem de que antes eu arrume a casa para poder competir senão, senhores, isso não vai dar certo. Obrigado.

Cunha:

Agradeço ao Dr. Mário Bernardini pelas suas explicações bastante didáticas com relação ao crescimento e ao não crescimento à economia brasileira nos mesmos níveis internacionais, a questão do capitalismo produtivo e a simetria com o mercado financeiro, o custo Brasil e a questão da produtividade. Passamos agora para o nosso segundo palestrante, o Professor Antônio Corrêa de Lacerda, Professor Doutor em economia, Professor da PUC, ex-Presidente do Conselho Regional de Economia e consultor e comentarista, sempre participando na TV Cultura dos debates sobre economia brasileira.



Palestra - Antônio Corrêa de Lacerda

Antonio:

Muito obrigado Cunha, uma boa tarde a todas vocês e a todos vocês. É uma grande satisfação estar aqui discutindo um tema tão importante com vocês. Como muito bem falou Mário, a primeira pergunta que nós temos que fazer é por que queremos nos inserir internacionalmente?

Não há dúvida que nós vivemos em uma economia cada vez mais globalizada, em que cada vez mais a integração entre os países é uma realidade, que é dada por uma circunstância que implica nos relacionarmos com os demais países. Daí a importância de você ter um projeto de inserção internacional, mas é muito importante que nos livremos de alguns mitos, por exemplo, vocês já devem ter lido ou ouvido alguns colegas economistas dizerem que a economia brasileira é muito fechada, que ela precisa se abrir. Esse é um primeiro mito que precisamos desfazer. E por que temos que desfazer?

Porque, na verdade, quando olhamos a nossa tarifa média de importação - tarifa média de importação é o quanto nós cobramos de impostos sobre os produtos que importamos -, então nessa coluna à direita temos uma comparação e a gente vai ver que a tarifa média brasileira está, de fato, entre as mais altas entre os países que estão selecionados, países desenvolvidos. Mas qual é a primeira questão, que essa alíquota média, na verdade, não reflete a realidade da tarifa efetiva, ou seja, a tarifa que é efetivamente praticada, porque nós temos vários regimes especiais, como a Zona Franca de Manaus.

Os Bancos Centrais nos principais países reduziram praticamente a zero, sendo que alguns têm taxas negativas, e os países em desenvolvimento têm uma taxa de juro média entre 1, 1,5%. A nossa, no melhor dos casos, vai estar em 4 a 5% no final do ano - hoje é muito maior do que isso, é 6, 7%. Isso depende do critério que usamos, então, é um problema porque isso torna custo capital, o custo dinheiro proibitivo para todo aquele que quer empreender. Então, qual é a melhor coisa que qualquer pessoa de bom senso, hoje, faz no Brasil? É aplicar no mercado financeiro, não investir na produção, não investir na infraestrutura, e isso cria já um problema, não é significativo para a nossa competitividade. Normalmente, fala-se também que a nossa taxa de juros é elevada porque a nossa dívida pública é elevada, e esse quadro mostra o seguinte: isso evidentemente não se justifica, porque se eu pegar o



total da dívida pública de países e comparar com o que se paga de juros, o Brasil é um caso único na história econômica mundial, quer dizer, o Brasil de longe é aquele que tem a maior carga de juros, mesmo comparativamente a países em dívida cerca de três a quatro vezes o que nós temos em proporção do PIB, como é o caso da Grécia, da Itália, do Japão, enfim, vários países com dívidas proporcionalmente muito mais altas do que a brasileira. Outro argumento bastante utilizado é que a inflação brasileira é muito alta, que também não se justifica, porque, na verdade, a inflação brasileira normal de 5 a 6% é muito parecida com a média dos países em desenvolvimento.

Então, de novo eu vou comparar com Japão, Suécia, Suíça, mas com países minimamente comparáveis, que países são esses? Índia, Rússia, África do Sul, Indonésia, Turquia, que têm um nível de inflação muito parecido com a do brasileiro, mas não... por outro lado, não têm taxas de juros tão elevadas como a nossa, então, essa realidade impõe uma tendência natural a uma certa valorização da nossa taxa de câmbio - a taxa de câmbio é o principal preço do país, então, se você tem uma taxa de câmbio que é frequentemente manipulada pelo Banco Central para combater a inflação como um instrumento auxiliar de combate à inflação ou devido ao juro elevado que entra muito capital, ela se valoriza artificialmente, ela tira a competitividade do produto brasileiro.

Então, o produto brasileiro tem dificuldade de concorrer com o importado e nesse caso o nosso câmbio se transforma em um grande gerador de empregos. O problema é que esses empregos são gerados na Coreia, na China, e em outros países, e não aqui, então nós perdemos competitividade para exportar, vender nossos produtos lá fora, e facilitamos a importação, quer dizer, é um contrassenso, e, apesar disso, por que é feito? Porque isso é popular, isso rende voto, tanto é que essa prática de valorizar artificialmente o Real, tornar o dólar mais barato, tem sido utilizada por governos desde o Sarney, para ajudar a combater a inflação e ganhar a classe média, porque a classe média é muito favorecida com o dólar barato (o que possibilita importações de produtos de luxo e favorece viagens ao exterior).

Então, quando eu analiso o grau de abertura da economia brasileira tenho que levar em conta não só a tarifa média de importação como também aqueles fatores que são prejudiciais à produção brasileira e, apesar disso, o que tem ocorrido é que o nível de importação em proporção ao PIB praticamente dobrou em 10 anos. Na média, passamos de um nível de importação em relação ao PIB, ou seja, especialmente aqui na indústria 11, 12% para mais de 20%. Na verdade, o nível de importação quase que dobrou em função da perda de competitividade. Então, que economia fechada é essa que aumenta o seu nível de importação? Esse argumento não se justifica. Do outro lado à participação dos produtos manufaturados, industrializados, caiu nas exportações brasileiras, nós nos tornamos mais dependentes de produtos primários onde o Brasil tem uma grande competitividade, é verdade, mais são produtos que geram pouco emprego, agregam pouco valor porque o Brasil é um grande exportador, por exemplo, de café em grão, mas é importador de café solúvel, então, infelizmente não utilizamos o grande potencial que nós temos para gerar emprego e renda no Brasil. O resultado disso é que a nossa balança comercial de produtos industrializados é frequentemente negativa, o saldo comercial de pro-

duto industrializados que era equilibrado há cerca de 10 anos, chegou 108 bilhões de dólares no ano de 2014 e vem caindo muito em função da recessão. Isso tem diminuído o ingresso de produtos industrializados importados, mas o nosso desafio é evidentemente equilibrar essa balança a longo prazo, e gerar maior capacidade de produção e exportação local. Então, quando a gente olha o lado agropecuário, o Brasil tem uma excelente posição no mercado global. Somos um dos maiores produtores e exportadores de açúcar, café, soja, minério de ferro, laranja, milho, óleo de soja, carne bovina, carne de frango, que, em geral, têm um papel muito relevante, mas o desafio para inserir o Brasil globalmente e usar isso como instrumento de desenvolvimento é agregar essa mesma competitividade para o setor industrial, o setor que gera mais produção, emprego e renda. O grande desafio é que esses produtos têm um comportamento oscilante e são os produtos primários, as chamadas commodities não são definidas internamente, e sim internacionalmente por leis de mercado.

Toda a vez que há uma redução da demanda global, principalmente puxada pela China, esses preços caem. Foi o que ocorreu em 2015 e 2016, quando nós tivemos uma queda muito acentuada do preço desses produtos. Então, as empresas passaram a faturar menos, não apenas porque caíram as vendas para o exterior, mas porque a renda gerada por esses produtos também caiu. Isso fez com que muitas empresas brasileiras diminuíssem seus investimentos em 2015 e 2016. Foi uma das causas da nossa crise pronunciada.

Por isso é preciso diminuir a dependência desses produtos. Outra maneira de ver a nossa inserção externa tem a ver com a nossa competitividade do ponto de vista da atração de novos investimentos e o Brasil é um campeão na atração de investimento direto estrangeiro, que é um investimento que vem para produzir, para comprar empresas.

O que está faltando é uma estratégia mais clara do que nós desejamos desses investimentos, o que o Brasil necessita ou deseja desses investimentos, e qual a contrapartida desse investimento. Muitos desses investimentos são simplesmente transferidos patrimoniais, empresas que já existiam e são vendidas para o estrangeiro. Agora, a China, por exemplo, é um grande comprador de empresas brasileiras.

O problema é que, primeiro, perdemos a capacidade de influenciar essas empresas, já que as matrizes delas ficam no exterior e têm estratégias próprias sobre as quais temos poucas influências. Segundo que a maioria dessas empresas não tem nenhum compromisso com a agregação de valor, com a contratação de trabalhadores brasileiros, com a contratação de empresas brasileiras como seus fornecedores.

Os poucos instrumentos que haviam de política de conteúdo local, por exemplo, no petróleo, envolvendo a Petrobrás, acabaram de ser revogados, então estamos na contramão desse processo, porque está havendo uma internacionalização, e estamos perdendo influência sobre essas empresas. Nós vamos remeter cada vez mais lucros e dividendos em dólares para o exterior e vamos perder capacidade de incluir às nossas empresas os nossos trabalhadores. Então isso é um tema muito relevante, quer dizer, na verdade é importante ter investimento externo? Sim, isso faz parte do processo de inserção, mas é preciso que isso seja tratado estrategicamente, não adianta só imaginar que isso vai ser a solução para o Brasil. Não será,

pelo contrário, poderá ser um problema. Então, quer dizer, esse processo de internacionalização precisa passar por uma revisão da estratégia como um todo e de uma melhora na nossa competitividade.

Existem vários relatórios que medem a nossa capacidade competitiva, como esse do Fórum Econômico Mundial.

O Fórum Econômico Mundial ranqueia os países pela sua capacidade competitiva. Temos aqui o Brasil na posição 75 contra a Coreia na posição 26. Quais são as nossas vantagens, o que o Brasil tem de bom? Primeiro, é um dos maiores mercados do mundo, temos um sistema financeiro bastante sólido, temos uma grande competitividade na agricultura, temos uma estrutura de serviço financeiro que é funcional e temos, evidentemente, uma diversificação da produção. Por outro lado, a burocracia emperra os negócios, temos carências de infraestrutura, problemas de formação e educação, baixa eficiência de uma forma geral e também uma baixa capacidade de inovação.

Então, na verdade, todos esses fatores que são debilidades precisam ser trabalhados porque no momento em que nós formos negociar algum acordo internacional é preciso que se dê um tempo ou se estabeleça metas para que melhoremos a nossa capacidade competitiva. De outra forma, qualquer tipo de acordo que envolva, por exemplo, o aumento da concorrência internacional vai ser em detrimento da geração de renda e emprego no Brasil. Na verdade, você entrar num acordo internacional sem ter resolvido os seus problemas internos vai representar o grande prejuízo para todos que trabalham. Qual seria então essa agenda? Primeiro: do ponto de vista macroeconômico, não dá para se inserir globalmente de forma competitiva tendo a maior taxa de juro do mundo, um câmbio supervalorizado e uma política fiscal torta como nós temos; segundo: é o papel das políticas de competitividade □ lembrando que política industrial saiu da agenda, a primeira medida que o governo Temer tomou foi tentar extinguir o Ministério da Indústria e do Comércio, que acabou não sendo extinto mas está lá sem qualquer papel relevante na formulação da política econômica. Isso é o contrário do que é praticado no mundo, quer dizer, todos os países fazem um trabalho muito amplo envolvendo a política industrial, a política comercial, a tecnologia, as políticas regulatórias, porque isso é o que pode garantir a competitividade; e terceiro: é no âmbito microeconômico que envolve as questões envolvendo produtividade, inovação, gestão, melhora da atividade como um todo. Agora, esses blocos não são interdependentes entre si, ou seja, na verdade é a partir da questão macro, da questão médio, da questão micro que a gente consegue melhorar a competitividade do país, Se a gente for imaginar do que nós precisamos para inserir competitivamente o Brasil na agenda global, o primeiro ponto a se levar em conta é o seguinte: a inserção por si só não se sustenta, a inserção internacional tem que fazer parte de um projeto nacional de desenvolvimento; se você não tiver uma estratégia integrada, não vai chegar a lugar nenhum. Em segundo, os fatores de competitividade sistêmicas, o famoso custo Brasil, tem que ser alinhado no mínimo à média dos países em desenvolvimento, senão você vai entrar em grande desvantagem.

Terceiro aspecto importante, as políticas macroeconômicas, ou seja, câmbio, juros, tributos, devem atender objetivos prioritários do desenvolvimento, então, por

exemplo, nós temos no Brasil um regime de metas e inflação, será um grande equívoco se o Conselho Monetário Nacional, com base no desempenho recente, reduzir a meta da inflação. Por quê? Porque isso nos tornará eternos escravos de taxas de juros muito elevados, porque no Brasil se criou um falso consenso de que inflação se combate com taxa de juro elevado. Isso é algo que, por exemplo, o movimento sindical, o movimento dos trabalhadores tem que se posicionar e evitar essa grande distorção. O quarto ponto, definir e implementar uma estratégia para os investimentos diretos estrangeiros e o investimento brasileiro no exterior.

O investimento brasileiro no exterior também tem que fazer parte dessa estratégia como uma forma de ampliar a nossa capacidade de articulação com as empresas internacionais. E uma política comercial precisa ser livre de mitos e dogmas do tipo Brasil economia fechada pelos dados que eu apresentei a vocês. Na verdade, nós não temos uma economia fechada, ela é suficientemente aberta, não ter medo ou vergonha de implementar uma política industrial, ou seja, uma política de competitividade que envolva indústria, comércio, agricultura, ciência e tecnologia etc., quer dizer, essa ideia de política industrial é algo superado, não tem respaldo na prática internacional. Todos os países bem-sucedidos utilizam instrumento da política industrial. E por último, mais não menos importante, o objetivo teria que ser sempre de agregar mais valor à produção e à exportação, ou seja, gerar novas competências, porque isso é o que nos permite gerar mais empregos, mais atividade. Nesse sentido, um tema que não tem nada a ver com isso, mas que nos afeta diretamente é o comportamento do judiciário frente às empresas envolvidas em corrupção. Todos nós somos favoráveis ao combate à corrupção. O que nós não podemos é, em nome de um combate à corrupção, inviabilizar e destruir um patrimônio nacional formado por grandes empresas, desde a Petrobrás até as grandes construtoras. As práticas internacionais já mostraram que é plenamente possível você compatibilizar o combate à corrupção com a preservação da empresa, porque ao destruir empresas nós destruímos junto 600 mil empregos diretos e outro tanto de empregos indiretos. Nós não podemos, em nome de um combate à corrupção, inviabilizar a empresa. Você tem que punir o gestor, multar a empresa, mas não a inviabilizar, porque não há uma substituição direta ao contrário do que afirmam alguns. Não é que outras empresas venham e ocupem o lugar, isso não é tão simples assim. Envolve tecnologia, conhecimento do mercado brasileiro.

E, para encerrar, vou voltar 300 anos antes de Cristo, com a frase do filósofo Sêneca, algo muito simples e verdadeiro, que serve muito para o tema que nós estamos analisando: “nenhum vento sopra a favor de quem não sabe para onde quer ir”. Acho que a grande pergunta que nós temos que fazer como país é para onde queremos ir, para, a partir daí, definir o nosso projeto e a inserção externa. Porque senão ficaremos sempre reféns de falsas escolhas. Eu vou negociar com os Estados Unidos ou com a Europa, Mercosul ou África, na verdade, há uma discussão que antecede tudo isso, que é o que queremos para o nosso país. Segundo, como vamos preparar o nosso país para nos relacionarmos com o exterior e terceiro, quais as contrapartidas requeridas nesse processo de inserção. Eu acho que é isso que se coloca como grande desafio que se apresenta para nós frente a esse mundo cada vez mais complexo e rápido. Muito obrigado.

Cunha:

Eu quero agradecer ao professor Lacerda pela sua brilhante exposição, didática também, que tocou em vários pontos convergentes aqui, com pontos que mostram os obstáculos para o Brasil ser competitivo, como a taxa de juros elevados, a questão da taxa de câmbio valorizada etc.

Palestra - Reinaldo Gonçalves

Reinaldo:

A intenção é trazer para os senhores o resultado de um trabalho que já tem uns 2 anos, sobre pós-impedimento. A pergunta é a seguinte: o que acontece em países da América Latina, como o Brasil, após rupturas institucionais do ponto de vista econômico?

O Brasil (e a América Latina), depois de experiências nos anos 50, 60 e 70 de rupturas institucionais de golpes de estado, em função de uma série de razões internas e externas (os Estados Unidos mudaram sua política em relação à América Latina), tinha um perfil mais baixo, mas não uma intervenção mais direta da ruptura de regimes. E nós ganhamos experiência com os regimes autoritários, houve uma evolução política muito favorável, a partir dos anos 80 num conjunto da América Latina, e no lugar de rupturas de regime, passamos a ter rupturas de presidência, então, interrupções de presidências.

Há várias formas de interrupção de presidência. Uma delas ocorre naturalmente, no momento em que o Presidente da República dá um tiro na própria cabeça □ o que não é necessariamente uma má ideia em alguns casos. Em outros exemplos, ele pode enlouquecer. E, por fim, há os casos em que acontece o impedimento.

Na América Latina, nos últimos trinta anos, nós tivemos em média uma interrupção a cada dois anos, resultando no final em quinze interrupções. Dessas quinze, duas aconteceram no Brasil, na realidade a 16ª. Então, de 16 interrupções de presidências em 32 anos, duas foram no Brasil: Collor de Mello, em outubro de 1992, e Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016.

Então, a cada dois anos na América Latina, há uma regularidade de interrupções de presidência no cenário político. Isso não é nada extraordinário, é um evento político importante em cada sociedade, e pode ser que no ano que vem nós tenhamos mais um caso em algum outro país da América Latina, como a Venezuela. O que me interessa, como economista, é identificar as causas: se há causas econômicas importantes por trás das interrupções de presidência; se há causas não econômicas, como corrupção, por exemplo; se há questões pessoais; se há questões institucionais; se há questões sociais que a sociedade vai pra cima dos dirigentes políticos; se há questões institucionais, onde as instituições republicanas se revitalizam e se entrincheiram (elas saem, a República sai da sociedade, e vão para dentro das



instituições, que promovem a interrupção de presidência), então, existe uma literatura abundante sobre o tema, com pelo menos umas 34 causas diferentes de natureza pessoal, ética e até de questões sociais, econômica, políticas e institucionais.

Das 34 causas registradas na literatura, pelo menos umas 28 eram encontradas no Brasil no ano passado, então, a probabilidade de ocorrência (e nós fizemos alguns trabalhos sobre isso mostrando que era muito evidente) era em dois dígitos e muito alta. Nós temos um fenômeno hoje do pós-impedimento no Brasil.

O que significa isso? Para onde vamos? Essas perguntas são interessantes porque são triviais dentro do debate, obviamente são perguntas muito argumentadas, mas respondê-las não vai resolver todos os problemas do Brasil, muito pelo contrário, elas são limitadas, focadas, tem muita coisa que vai além dessas perguntas que para nós, economistas, são relativamente simples e banais, estão presentes na literatura.

Então, o que eu vou fazer aqui, da forma mais didática possível, é responder essas perguntas com base na investigação sobre a experiência de 15 casos de pós-impedimento. O que aconteceu em 15 experimentos de pós-impedimentos com a economia. Vou trazer os resultados de uma pesquisa, mais ou menos simples e conclusivos a esse respeito.

Antes disso, tenho que apresentar aqui o nosso mapa de navegação, que na realidade são nossas hipóteses, e vou tentar mostrar empiricamente em que medida essas hipóteses estão corretas ou não. Em seguida eu vou tratar de duas perguntas que discutem também questões de reformas estruturais e desenvolvimento institucional. Se fosse economia, era relativamente simples o problema na realidade. Mas não é muito difícil pensar o Brasil no curto, médio e longo prazo quando se estuda economia. Difícil é pensar do ponto de vista como vai a estrutura da economia brasileira, não só da economia, mas a estrutura que tem a ver com as questões de longo prazo, que são fundamentais para o desenvolvimento na questão da previdência, questão trabalhista, questão tributária, a questão da concorrência, uma série de questões estruturais. É aí que a coisa começa a complicar e nós economistas não somos muito bem adestrados para tratar desse tema, mas vamos levantar umas hipóteses.

E finalmente, a questão muito importante no caso de um país atrasado como o Brasil, sobre as instituições brasileiras, que são mais atrasadas do que a economia brasileira, que já não é grande coisa. Vamos discutir o problema do desenvolvimento das instituições, levantar hipóteses sobre isso da forma mais concisa e objetiva possível, e no final, faremos uma síntese para não ficar a impressão de que a gente está abrindo uma elite daquelas que sai daqui do Tietê e vai até Roraima, nos deixando perdidos no meio do caminho. Basicamente, a ideia central é que na literatura, que chama isso de questão do reequilíbrio, toda a vez em que há uma interrupção de presidência, qualquer que seja a forma, tudo entra em regime democrático.

A hipótese é que, no dia seguinte à interrupção da presidência, ocorre um processo de reequilíbrio. A pergunta é: do ponto de vista da economia, o que significa esse reequilíbrio? Significa que caiu, "levanta, sacode a poeira e dá volta por cima", mas, na prática, o que nós vamos fazer aqui é trabalhar os indicadores econômicos

convencionais: crescimento de renda, investimento, que é o nosso foco, o nosso pagamento, inflação, finanças públicas e emprego, que é fundamental para todos nós.

Essas são as seis variáveis que a literatura permite avaliar. Então, pegamos 15 casos, mas não incluímos o caso Dilma Rousseff. Começamos em 1982, na República Dominicana, e terminamos com Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012.

Então veja o que vinha antes e o ano crítico, quando ocorre a interrupção, e depois do ano crítico, o “sacode a poeira e dá a volta por cima”. Vamos analisar as questões do crescimento, do desemprego (que está vinculado diretamente, mas nem tanto), das finanças públicas, das contas externas e finalmente de investimento, que é o nosso foco, e da inflação.

Foram quinze casos de interrupção e impedimentos de Presidentes da República na América Latina. Observamos que no ano seguinte à interrupção, ocorre uma pequena recuperação, que vai ser mais forte no 3º e 4º anos. É um fenômeno em “v”: onde está o rabo do “v”, é o ano crítico, e qual é o ano crítico? É a saída do Presidente. Então, na realidade, o que acontece? Para as taxas de crescimento, de desemprego, de finanças públicas, das contas externas, do investimento e da inflação, você tem um fenômeno de piora. Antes tem menos um, tem menos dois, tem menos três, que são os anos anteriores ao T0 (T zero). O que é o T0: é o ano que implode. Como no exemplo do Brasil, houve um impedimento em 2016, mas já vinha piorando, vinha descendo a ladeira em 2012, 2013, 2014, 2015 e em 2016 entra no buraco, o T0. Depois, ocorre um fenômeno de subida do “v”, que vem no T1, T2, T3 e T4, principalmente, T3 e T4, ou seja, são os 3º e 4º anos. Seguindo esse padrão, que ocorreu em 2/3 dos casos, o Brasil teria uma muito moderada recuperação em 2017 e 2018 e uma recuperação um pouquinho mais forte em 2019 e 2020. Para resumir a história, descobrimos o seguinte: nesse caso, o “v” funcionou, mas isso não acontece em todos os casos. Houve um desequilíbrio, piorou em 1/3 dos casos, e a gente tem que torcer para que, no caso brasileiro, o fenômeno “v” dê certo. A leitura otimista é que em 2/3 dos casos ocorreu o “v”. No ano da crise é ruim e depois melhora um pouco (T1 e T2) e em seguida apresenta uma melhora satisfatória (T3 e T4), de modo geral, volta à velocidade cruzeira, que é os indicadores dos últimos 30 anos.

Então, basicamente é como se você tivesse indo de carro, vai perdendo velocidade, perdendo, derrapa, caiu na ribanceira e depois vem o guindaste, bota o carro de volta na estrada e você sai a 30, 40 km/h, e no 3º, 4º ano, lá na frente, volta àquela velocidade de 70, 80 km que vinha historicamente na sua estrada. Mas há a possibilidade de cair na ribanceira e morrer, quebrar a coluna e ficar lá. Pode acontecer de essas seis variáveis ter quatro que, de modo geral, tenham uma recuperação mais significativa, mais evidente, que é o crescimento, ou seja, você volta a um crescimento. No caso do Brasil, não iria voltar a um crescimento mais substantivo agora, é impossível essa história de querer crescer, há uma precipitação, um imperativo psicológico no Brasil de que você tem que melhorar hoje. Não existe isso. Imagine um doente terminal saindo do hospital achando que no dia seguinte já pode ir para a esbórnia.

É preciso ter muita paciência, se tiver recuperação vai ser em 2019 ou 2020. Agora, se tiver um 0, um 0.5 é um bom negócio. Isso vai acontecer em termos de

crescimento, em termos de desemprego, essa taxa não deve aumentar muito. Mas tem uma má notícia, que o estoque de trabalhadores vai continuar em dois dígitos, em termos de melhora, ou seja, não vai baixar esse estoque de trabalhador, não vai baixar significativamente no horizonte de médio prazo (2017 e 2018). A outra variável que tende a ter uma melhora é nas finanças públicas, porque, de modo geral, vira um foco importante de políticas. Impedimento de presidentes vem associado a uma quebra de finanças públicas. No Brasil não é nenhuma novidade que o ajuste de finanças públicas se transforme em prioridade 1, 2 e 3 do governo que entra. Isso é básico porque, de modo um geral, a opção está associada à quebra, a uma crise fiscal aguda que leva a uma perda de legitimidade do Estado, que leva a uma crise política, a uma crise institucional e a uma ruptura. Outros sistemas tendem a melhorar pela própria quebra do nível de atividade da economia. Há duas variáveis que tem uma certa resiliência, elas não melhoram no T1 nem no T2, (ou seja, T1 e T2 para o Brasil é 2017 e 2018); elas só vão melhorar em T3 e T4. Leia-se investimento porque tem a ver com o nível de ociosidade da economia. Se você tem uma taxa de ociosidade muito grande, se não for um agravante de empresas endividadas e o trabalhador endividado, o investimento não sobe no curto e médio prazo. Por isso, “podemos tirar o cavalinho da chuva” se pensamos em recuperação de investimento agora, porque, com esse nível de ociosidade, o nível de endividamento das famílias e o nível de endividamento das empresas e com as finanças públicas quebradas, não há investimento. Não adianta vender o Brasil para os chineses, que não vai ter investimento novo, conforme o professor Luciano falou. Pode-se comprar uma empresa mais barato mas não vai ter investimento, vão canibalizar, vão ter retorno, colocar 1 bilhão agora e tirar em dois anos, e depois vão embora, o que ficar é lucro, então, não haverá investimento.

A experiência latino-americana de 15 casos nos últimos 30 anos mostra exatamente isso, que não há nenhuma razão para imaginar que o Brasil vá melhorar em 2017 e 2018. Resultado, investimento, inflação também tem uma certa resiliência por causa da inflação inicial, a não ser quando você tem uma exceção muito profunda, que é exatamente o caso do Brasil, uma exceção dessa magnitude, então não é a taxa de juros que segura a inflação no Brasil, muito menos o juro fiscal, que é uma brutal recessão que está provocando uma queda da inflação.

A questão central é que, em resumo, pode-se recuperar um pouquinho em 2017 e 2018, mas temos que esperar 2019, 2020, não tem jeito. Ou seja, quem estiver desempregado e está endividado, vai para o Uber ou vai tentar abrir um negócio e aumentar a concorrência da economia. Bem, isso aqui é uma tipologia de consequências, além dessas variáveis econômicas, os impedimentos têm várias consequências positivas para a economia, uma delas é uma certa revitalização da República e da democracia. Vocês sabem que o Brasil tem uma democracia de baixíssima qualidade, e uma República de uma estatura desse tamanho. Então, o que acontece quando você tem uma crise: a República foge da sociedade e acaba se entrenchando em alguns lugares, por exemplo, a República fugiu das universidades - eu sou professor da UFRJ e sou professor universitário há 45 anos.

A República não passa mais no palácio universitário da UFRJ, tem horror à universidade porque os professores universitários não entenderam que a gente não

pode ter privilégios, o privilégio é antirrepublicano. Então, quando eu entro na universidade eu não vejo a República, e vou descobrir que ela está na Polícia Federal. Eu fui para a universidade achando que ia ver a República lá, que é onde não tem privilégios, só tem mérito, mas ela saiu da universidade e as pessoas estão combatendo a República dentro da universidade. Isso é um atraso. A República saiu dali e foi para o Ministério Público, para a Polícia Federal, para a Justiça Federal e isso é uma coisa muito importante para o Brasil, a República dentro de uma sociedade invertebrada, com instituições fragilizadas como a universidade brasileira, houve uma degenerescência muito grande do pensamento crítico na universidade nos últimos anos. A República sai porque ela não quer se comprometer com o pensamento pretensamente de esquerda, um pensamento que é antirrepublicano.

Eu estou fazendo uma crítica à instituição que eu conheço com profundidade há 45 anos. Mas eu acho que República fez muito bem em ter fugido da universidade, isso é algo positivo, e eu não vou entrar em detalhes aqui sobre isso, mas há vários efeitos positivos nas rupturas. Como eu disse, desses 15 casos de impedimentos de presidências da América Latina há vários, inclusive o do Collor no Brasil, dois na Argentina, três na Bolívia, um de renúncia na Guatemala e por aí vai.

Daqueles 15 casos, então, antes da crise de interrupção de presidência, o crescimento médio era 1.9, a taxa de desemprego era 8%, e quando você vai para o T3 e T4, o crescimento já volta 4.2%. É o indicador de 2/3 dos casos, a melhora pós-impedimento. Em síntese, esse é o fenômeno em “v” de taxa de crescimento que eu mencionei, observe que a média dá 1.1, depois volta. É como se o Brasil aqui em vermelho fosse em 2016, esse azul, 2017, esse aqui é 2018, esse aqui é 2019, esse aqui é 2020. Esses dois anteriores, que seriam 2012, 2013, 2014 e 2015, no caso o Brasil da atualidade, isso aí em termos de crescimento. Isso é um indicador de desempenho macroeconômico, é uma média das seis variáveis que também tem um fenômeno em “v”.

Então o que vai acontecer no Brasil daqui para a frente? Eu acho que vai melhorar, mas não vai ser nada muito significativo e não será em 2017 nem em 2018 e sim em 2019, com o novo governo, porque quando entrar o novo governo, a primeira coisa que ele vai fazer é mexer no teto de gasto. A partir daí haverá uma melhora na economia. Agora, nós temos famílias endividadas, empresas endividadas, setor público quebrado, sérias restrições na questão de financiamentos internos e externos, instituições sérias, os Bancos cada vez mais cautelosos com os calotes, com os atrasos etc., uma elevada capacidade ociosa e expectativas muito baixas. Quer dizer, ninguém está investindo em coisa nenhuma. É só você andar por São Paulo: vemos uma quantidade enorme de lojas fechadas, muitos apartamentos à venda. Resultado, o que a gente tem aqui?

Segundo dados do Fundo Monetário de uma semana atrás, quando ele liberou algumas estimativas para o Brasil, como crescimento econômico e taxa de investimento para quatro anos (os dados do Fundo não são muito confiáveis, mas eles expressam exatamente esse problema que estou mencionando): a taxa média de crescimento da economia brasileira, o crescimento de renda e esse fenômeno aqui de taxa de investimento, isso aqui é o investimento da economia brasileira, é taxa de investimento.

Houve uma queda de 18,9 para 17 e a expectativa do Fundo é aumentar para 19,2. O que quer dizer 19,2? É 2019, 2020. Então, atenção a esse vermelhinho aqui: é a taxa de investimento do Brasil em 2015 e 2016 no vermelho. Depois vem 2017 e 2018, uma queda, e você vai ter uma melhora em 2019, 2020. Esse fenômeno de “v” só vai acontecer a partir de 2019, porque é no quesito do investimento, no quesito renda, que você tem uma recuperação, mas é uma recuperação de renda. Esse amarelinho repetindo é 2017, 2018 e o azul aqui é 2019 e 2020, então você vai ter uma pequena recuperação de renda, então o que a gente tem aqui é o otimismo fraco em relação ao Brasil.

Para resumir a história de reformas estruturais, toda reforma estrutural no caso de um país como o Brasil tem que ter três critérios: um é o critério da equidade, o segundo é o da racionalização por causa da esculhambação que você vai acumulando ao longo do tempo e o terceiro, da moralização, ou seja, isso vale para a questão tributária, para a previdenciária. Não faz sentido, eu sou professor universitário e acho um absurdo professor universitário ter aposentadoria especial. Meu pai começou a trabalhar aos 9 anos, era padeiro, trabalhou até os 60, e eu tenho a condição de morrer dando aula, aliás é meu sonho. É um absurdo isso, você ser professor universitário, trabalhando, tendo uma aposentadoria antes, de um trabalhador. Isso tem que acabar, é uma questão de moralização do sistema.

Eu acho que o Brasil atual tem um governo muito ruim, a sociedade invertebrada, as instituições frágeis, a capacidade de politização da classe trabalhadora também frágil e a capacidade de articulação dos próprios capitalistas muito desordenada, então, o resultado é um balcão miserável. A questão das reformas é uma roda da fortuna: o que vai sair é algo absolutamente disforme. O resultado disso é um pessimismo forte, vai ser um grande problema do ponto de vista de reforma, porque é um governo conservador, a baixa qualidade dos governantes, os parlamentares, a fragilidade da sociedade, inclusive das associações representantes dos trabalhadores, oportunismo, tudo isso vai levar a reformas de quinta categoria, não tenha a menor dúvida, seja trabalhista, previdenciária, tributária, o que sair vai ser ruim. Isso é dramático, eu acho particularmente, apesar do meu pessimismo, que são problemas que serão resolvidos na frente.

Em algum momento, a gente tem que se preparar para o seguinte: vai sair ruim, vai ter problema de equidade, vai ter problema de racionalidade, vai ser a questão da moralização que vai ficar comprometida, mas o que a gente tem que fazer é se preparar para, no futuro, com um novo Congresso, com novos grupos dirigentes, pensar em novas reformas, porque nessa situação de crise, é uma coisa ruim desse governo de querer precipitar reformas que na frente terão que ser reformadas novamente. Então, a gente vai ter que fazer a reforma das reformas, em 2019. Até lá, nós estamos lascados porque o que vai sair é um monte de Frankenstein, sem pé nem cabeça. A gente tem que pensar que tem que voltar em 2019 com a reforma das reformas, basicamente é isso, não tem outra saída.

Para terminar, juro adicionais: o fundamental no Brasil, hoje, já que não há uma recuperação da economia antes de 2019, 2020, é discutir com atenção, cuidado, corrigir o que vai sair errado etc., e em 2019 a gente tenta votar nos políticos corretos, nos dirigentes, executivos, forças políticas que vão fazer aquelas reformas.



Então o meu deputado, aquele em quem eu vou votar, se ele estiver de acordo com aquele tipo de reforma tributária, aquela reforma trabalhista, eu voto nele, caso contrário, eu não voto nele e ponto. Em síntese é isso.



O BRASIL, O MUNDO E A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires

Departamento de Ciências Políticas e Econômicas- Unesp- Marília

Introdução

Em janeiro de 2016, uma matéria da BBC sobre o tema central do Fórum Econômico Mundial (WEF), na sigla em inglês, em Davos, Suíça, me chamou atenção ao alertar para os desafios colocados pela Quarta Revolução Industrial (QRI):

“Com o fim da diferenciação entre homens e máquinas, uma nova quebra do modelo de cadeias produtivas e as interações comerciais em que consumidores atuam como produtores, mais de 7 milhões de empregos serão perdidos [até 2020]” (BBC-Brasil, 2016).

Essa previsão pessimista se referia apenas aos países industrializados vinculados à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Não se mencionava ali os impactos sobre o mercado de trabalho dos países em desenvolvimento e mesmo da China, a nação que se converteu na “fábrica do mundo”.

Uma reflexão mais atenta sobre o tema foi feita pelo presidente do WEF, o alemão Klaus Schwab (2016), que dias antes do evento publicou um livro chamando atenção para a profundidade da mudança em curso e apontando para os riscos e oportunidades derivados desse novo contexto produtivo e tecnológico mundial. De certa forma, ele é o principal popularizador do conceito de Quarta Revolução Industrial, em que destaca que este novo panorama econômico trará impactos radicais sobre as formas de produzir, de consumir e de se socializar, e tende a alterar o rumo do desenvolvimento da Humanidade, tal como ocorreu com a Revolução Agrícola, de há 10.000 anos, e a criação da moderna indústria no século XVIII.

Este novo processo é potencializado pela articulação inédita de recursos físicos e digitais e ainda de uma grande gama de inovações que ocorrem nos campos da biotecnologia e do desenvolvimento de novos materiais. Nesse processo, o avanço



da informatização, o barateamento do custo de tratamento e armazenagem de dados e a difusão da Internet são as bases sobre as quais se constrói a nova sociedade.

A compreensão dos fenômenos que estão ocorrendo diante de nossos olhos é fundamental para que a sociedade e, particularmente o movimento sindical, possa se organizar frente às inúmeras oportunidades e riscos advindos dessa transformação. O mercado de trabalho será muito impactado por essa mudança.

A integração de processos físicos e digitais, em que robôs e operários trabalham lado a lado na linha de montagem, com fábricas inteligentes e dispositivos integrados a sistemas de inteligência artificial estão mudando a organização do trabalho e reduzindo substancialmente a demanda de novos trabalhadores. A introdução da “manufatura aditiva”, as chamadas impressoras de 3D, já produzem peças complexas e com distintos materiais, como plástico, aço, cerâmica, etc. contraindo ainda mais a demanda de operários qualificados.

As mudanças não acontecem apenas no chão de fábrica. Grandes investimentos realizados há uma década no setor de telecomunicações estão sendo precocemente depreciados com a introdução de softwares de comunicação instantânea pela Internet. Nesse mesmo contexto, os investimentos em satélites e cabeamento para a oferta de conteúdo de TVs por assinaturas sofrem forte concorrência de provedores de conteúdos em streaming, como a Netflix e o Spotify.

No setor bancário, os clientes acabam por executar inúmeras tarefas apenas com o smartphone, deslocando dezenas de milhares de trabalhadores bancários.

Na agricultura, a colheita deixa de utilizar mão-de-obra desqualificada e passa a contar com colheitadeiras que operam praticamente sozinhas, com dispositivos eletrônicos que seguem linhas traçadas previamente por GPS.

Até mesmo na construção civil temos assistido a introdução de impressoras 3D para a construção de paredes de forma automática, eliminando emprego num setor que tradicionalmente tem absorvido a mão-de-obra menos qualificada.

A difusão da economia digital tem provocado transformações importantes na própria sociabilidade, seja pela introdução de redes sociais que possuem grande poder de mobilização e engajamento (ou desmobilização), seja pela introdução de aplicativos que tratam de burlar controles estatais sobre setores específicos, como nas áreas de transporte, hotelaria, intermediação de empregos, etc.

Quando observamos a inserção da economia brasileira nesse processo de profundas transformações, vemos que a sociedade e o Estado estão atrasados tanto em buscar maior conhecimento sobre a QRI, quando em adotar estratégias competitivas para ajustar nossa capacidade produtiva a um contexto em que haverá maior concorrência internacional, menor demanda por matérias-primas, maiores ganhos de produtividade, maior pressão sobre os salários e ainda a acentuação da tendência à queda nas taxas de lucro globais.

Já no nível da organização sindical os desafios são ainda maiores. A tecnologia tende a contribuir para a desqualificação da maior parte dos ofícios e para a precarização das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas.

Guardadas as proporções, a classe trabalhadora em nível mundial está enfrentando os dilemas dos luditas ou “quebradores de máquina” do começo do século XIX, quando se recusava tanto a precarização das condições de trabalho decorrente

da introdução da maquinaria quanto a perda de autonomia dos trabalhadores, que naquele momento estavam sendo organizados e disciplinados em grandes plantas industriais¹.

Atualmente, o problema assume uma dimensão maior, visto que naquela época a agricultura era ainda a principal atividade produtiva e a indústria estava dando os seus primeiros passos. Hoje em dia, há uma queda significativa do emprego industrial e o setor de serviços, que até então absorveu a mão-de-obra decorrente da modernização da indústria e da agricultura, também passa a ser objeto de forte racionalização e digitalização.

Tendo estas preocupações em tela, o objetivo deste trabalho é o de refletir sobre as mudanças derivadas desse novo fenômeno denominado de QRI. Assim, este artigo se organiza em três partes, para além desta introdução e de uma conclusão. Na primeira, buscaremos discutir a relação entre as modificações decorrentes de fortes modificações na estrutura produtiva e seus reflexos na superestrutura social ao longo da História, seja pela reorganização espacial da vida social, seja por meio da criação de novas instituições políticas, sociais e culturais. Em seguida, nos deteremos à descrição dos principais aspectos da QRI, buscando chamar atenção para uma variada gama de inovações que já estão afetando profundamente a organização da vida social em diversos aspectos. Por fim, na terceira seção, trataremos de refletir sobre os impactos de tais mudanças na economia, no mercado de trabalho e na própria organização da classe trabalhadora.

Por fim, cabe esclarecer ao leitor que o presente ensaio busca levantar questões para o debate político e intelectual no âmbito da organização dos trabalhadores. O autor é ciente de que as ideias aqui dispostas são uma base para a discussão e não conclusões sobre uma temática ainda em construção.

1 – Impactos das mudanças estruturais da produção sobre a organização da sociedade

A atual configuração da sociedade humana é uma construção de longo prazo, com avanços e recuos, progressos e retrocessos e com a incorporação, abandono e resgate de técnicas ou de ideias. Antes de tudo, é importante ressaltar que todas as técnicas desenvolvidas pela Humanidade tiveram (e têm) por finalidade potencializar o corpo humano para que sua relação com a natureza seja menos hostil do que nos estágios anteriores à evolução da nossa espécie. Diferentemente de outros animais como a tartaruga, o urso ou leão, o ser humano teve que construir as suas moradias, as roupas para se agasalhar das intempéries, e os instrumentos para aumentar sua força física. Todas as técnicas criadas têm auxiliado o homem a aumentar a produtividade do trabalho e, por consequência, o estoque de excedentes econômicos que propiciaram a criação de padrões de vida cada vez mais sofisticados.

1 - O ludismo foi um movimento que ia contra a mecanização do trabalho decorrente da difusão da Revolução Industrial. Ele estourou em 1811, e seu nome deriva de Ned Ludd, personagem criada a fim de disseminar o ideal do movimento operário entre os trabalhadores. Os luditas ficaram lembrados como "os quebradores de máquinas".

Inovações importantes como o domínio do fogo, os instrumentos de trabalho construídos a partir de pedras lascadas ou polidas, a roda, o ferro, a imprensa e o óculos, para mencionar aquelas que aparentemente são mais mezinhas, foram muito importantes para que nós chegássemos ao estágio tecnológico em que vivemos. Elas proporcionaram, respectivamente, a domesticação de animais e a sua inclusão em nossa dieta; os meios para lavrar a terra e aumentar o potencial de caça; a tração de objetos pesados que de outra maneira dificilmente poderiam ser movimentados; o armazenamento e transmissão de conhecimento; e, ainda, a extensão da vida útil de trabalhadores qualificados que antes eram retirados dos artesanatos por conta da “vista cansada”.

As máquinas modernas, fruto da Revolução Industrial e do avanço da Ciência, também executam, do ponto de vista da produtividade, o mesmo papel de uma alavanca nos primórdios da civilização. Cabe ressaltar que, até aqui, a máquina potencializou os músculos humanos, mas, agora, os frutos da QRI também estão potencializando o cérebro humano, como as inovações relacionadas à computação cognitiva e inteligência artificial. Tal discussão será retomada na segunda seção.

Seguindo o raciocínio desenvolvido por Schwab (2016), é importante refletir sobre os impactos sociais de outras importantes revoluções que mudaram de maneira substancial a relação do homem com a natureza e também a relação entre os agrupamentos humanos, desde tribos primitivas até os modernos Estados atuais².

A primeira delas foi a Revolução da Agricultura, que inicialmente teve origem 10 mil anos atrás na Mesopotâmia e que posteriormente se espalhou para o Egito, para a Índia, para a China e, mais tardiamente para o Ocidente da grande massa continental euroasiática. Mesmo o continente americano apresentou sua revolução agrícola nas áreas com maior densidade populacional, como os Andes e o México, apesar de não sabermos ao certo sobre sua vinculação ou não com o estoque de conhecimentos agrícolas oriundos do eixo euroasiático.

Se pensarmos nos atuais termos ambientalistas, a revolução agrícola foi uma catástrofe sem tamanho. Afinal, regiões com grande riqueza botânica foram destruídas em favor da produção de poucas sementes como o trigo, o arroz, a cevada, a aveia, o centeio, o milho, a soja, etc. Mesmo a enorme variedade de cada uma dessas plantas foi dizimada em favor daquelas que apresentavam uma maior produtividade. Assim como as outras plantas, não há apenas um tipo de arroz ou de milho, mas centenas deles. Ocorre que apenas quatro ou cinco se mostraram mais produtivos e por isso predominaram frente aos outros.

O mesmo ocorreu com a domesticação de animais, tanto para fins de alimentação como também para tração. A criação de cavalos, bois, carneiros, porcos, cabras, galinhas, etc. obedeceram à mesma lógica das plantas: foram selecionados ao longo de séculos por conta da relação entre a quantidade de alimentos requeridos frente à quantidade de quilos de carne que poderia ser obtida. É claro que a índole de cada animal influenciou na escolha: um gato foi mais fácil de domesticar do que

2 - Cabe advertir ao leitor que apesar de ser controversa e arbitrária a periodização a seguir, julgamos relevante seguir com o modelo sugerido por Schwab visto que é bastante útil para fins didáticos. Não vamos aqui debater conceitualmente se a Quarta Revolução Industrial é apenas uma etapa da Terceira.

um tigre! Jared Diamond (2004) realizou uma pesquisa bem interessante sobre esta questão.

Para efeito de nossa reflexão, o que é importante aqui é identificar os impactos que esta revolução trouxe para a Humanidade. Em primeiro lugar, o desenvolvimento da agricultura contribuiu para a sedentarização de agrupamentos humanos que antes tinham que se deslocar constantemente para encontrar alimentos. É nesse contexto que surge a propriedade, em princípio de uma coletividade e, em seguida, apropriada por alguns indivíduos. Também foi criada uma quantidade de excedentes econômicos que possibilitou a divisão do trabalho, a criação de novas especializações e ainda a criação de “aparatos” de controle social, como a religião e o próprio Estado. A criação das primeiras cidades também decorre dessa revolução. Foi na cidade que se criou o “armazém” onde era guardado o excedente das colheitas, o local onde se fixou a liderança política da comunidade e também em que foram edificadas as templos para o culto das recém-criadas divindades.

Não poderíamos pensar a guerra e a estruturação de exércitos sem a criação de excedentes (afinal, quem luta não está na produção) e tampouco a escravidão, justificada pelas necessidades dos grupos melhor organizados de se apropriar de novas terras e de mão-de-obra para produzir uma quantidade maior de riqueza. Além disso, não poderíamos ter o desenvolvimento da filosofia e das mais variadas artes se não houvesse uma quantidade de pessoas afastadas da produção diária de seu sustento. Resumidamente, as principais instituições com as quais convivemos hoje em dia têm sua origem na Revolução Agrícola, como a cidade, o Estado, a religião, a família patriarcal e a propriedade privada.

Em que pese o avanço verificado em diversas técnicas durante o período compreendido entre a Revolução da Agricultura e a Primeira Revolução Industrial (PRI), iniciada na segunda metade do século XVIII, a maior parte das atividades econômicas estava fortemente ligada às atividades agropastoris. O comércio de longa distância, como aquele realizado pela Rota da Seda ou, mais recentemente pelas Grandes Navegações dos séculos XV ao XVIII, nunca teve um impacto significativo sobre o padrão de vida da maioria da população mundial. A maior parte da produção de alimentos, de vestuários, de calçados e de instrumentos de trabalho estava restrita ao nível da aldeia e seu entorno. Particularmente ao que tange ao artesanato, no caso da Europa, a produção era regulada por corporações de ofício de nível local, que além de resguardar o interesse dos seus membros, definia os padrões técnicos da produção e também impedia a concorrência e a inovação que não fossem compartilhadas entre todas as oficinas. Em suma, o comércio de longa distância apenas abarcava o restrito mercado da elite, tendo, de modo geral, pouca influência sobre o padrão de vida das grandes massas.

Entretanto, quando eclodiu a Primeira Revolução Industrial (1750-1850), foram libertadas forças econômicas até então inimagináveis. É importante ressaltar que a introdução da maquinaria no processo de produção foi decorrência de uma revolução anterior relacionada com a passagem do artesanato para a manufatura. Tal como exemplificou Adam Smith (1996), a introdução da manufatura, ao compartimentar cada uma das tarefas antes executadas pelo artesão, foi responsável pelos seguintes ganhos produtivos: (1) aumento da produtividade per capita devi-

do à especialização de cada operário em uma etapa determinada do processo; (2) diminuição dos custos salariais pela substituição dos trabalhadores qualificados (o artesão), por trabalho desqualificado (o operário); e (3) simplificação da execução das tarefas, possibilitando a introdução de ferramentas especializadas que mais tarde seriam aperfeiçoadas pela maquinaria. De acordo com Smith (1996: p. 66) “A divisão do trabalho, na medida em que pode ser introduzida, gera, em cada ofício, um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho”.

Especificamente com relação a este terceiro aspecto, as máquinas pouco complexas de madeira, que eram movimentadas por forças motrizes como o músculo humano, a água, o vento ou a tração animal, sofreram uma profunda transformação quando foi introduzida uma força motriz tão poderosa como foi o motor a vapor e todos os seus complexos mecanismos de transmissão que distribuíam seu movimento em diferentes direções dentro da moderna fábrica. Esta força motriz rapidamente tornou obsoletos os bens de capital produzidos com madeira e requereu a sua substituição por materiais mais robustos, como o ferro e, mais adiante, o aço.

A combinação entre “vapor e aço” revolucionou diversos aspectos da vida humana. Foi responsável pelo aumento da produção de bens de consumo como tecidos, vestuários e calçados; a ampliação do mercado consumidor; a criação de novos materiais, como os produtos químicos; novos meios de transporte, como as ferrovias e os navios a vapor; e a criação de um setor econômico que até então era marginal, como o setor de bens de produção. O desenvolvimento dos transportes levou à criação de um mercado internacional de matérias-primas e alimentos para baratear o custo das matérias-primas e da força de trabalho, como, a importação de algodão da Índia pela Inglaterra, e alimentos baratos para reduzir o preço da cesta de consumo dos trabalhadores que, em última instância, determina o valor dos salários. Além disso, levou à estagnação da produção artesanal no mundo inteiro, particularmente nos dois países que detinham a primazia da produção mundial em 1800, como a China e a Índia. Não obstante, mesmo em mercados domésticos, a introdução de uma rede de ferroviária contribuiu para desintegrar a produção agrícola de perfil camponês e permitiu a ocupação de amplos territórios por meio de grandes latifúndios especializados. A partir de então, a estrutura da produção agrícola nunca mais foi a mesma.

Enquanto se assistia ao aumento exponencial da produção capitalista, contribuindo para o aumento do excedente disponível, a PRI foi responsável pela perda de autonomia da classe trabalhadora, uma vez que sem o acesso aos bens de produção, não restava alternativa aos pobres do que vender sua força de trabalho a preços baixíssimos e sob péssimas condições ambientais, contra as quais se levantou o movimento trabalhista, primeiro com a revolta dos “quebradores de máquinas” e, posteriormente, com o movimento cartista³ e com a estruturação das primeiras organizações sindicais.

3 - O Movimento Cartista iniciou-se na Inglaterra, na década de 1830, na luta pela inclusão política da classe operária inglesa. Era representado pela associação Geral dos Operários de Londres e teve como principal base a carta escrita pelos radicais William Lovett e Feargus O'Connor intitulada Carta do Povo, enviada ao Parlamento Inglês, que exigia o sufrágio universal masculino, o voto secreto, eleições anuais e a representação dos operários no Parlamento inglês. Este movimento estimulou a criação das trade-unions e do movimento sindical tal conhecemos atualmente.

A dramática situação da classe operária inglesa no século XIX foi objeto de diversas investigações por parte do Parlamento inglês, similar àquilo que hoje é conhecido no Brasil como “Comissões Parlamentares de Inquérito”. Com base nos relatórios dessas comissões, Karl Marx (1986) descreveu em “O Capital” os impactos sociais da reorganização do trabalho em unidades fabris, tais como a urbanização rápida e desordenada (os operários ingleses viviam praticamente em favelas), a imposição de jornadas de trabalho de até 16 horas por dia (se não mais), a incorporação de mulheres e crianças nas linhas produtivas (mesmo crianças de cinco anos!), etc. A rápida transformação liquidou os valores tradicionais camponeses e foi responsável, simultaneamente, por um maior individualismo e também pelo associativismo relacionado aos mais variados interesses, como clube de mecânicos, colecionadores de selos, associações empresarias e também as mencionadas organizações de classe (Ashton, 1971; Hobsbawm, 1986).

Outra consequência importante derivada da PRI foi o aumento da capacidade do ser humano de dominar a natureza, mobilizando pela primeira vez os conhecimentos científicos com a finalidade de potencializar os lucros. Devido a esta potência liberada, para além do dano ambiental em que vivemos, este processo foi responsável pelo aumento expressivo da capacidade material da humanidade e também pela própria reprodução de nossa espécie em níveis até então inimagináveis, como descreve a Figura 1.

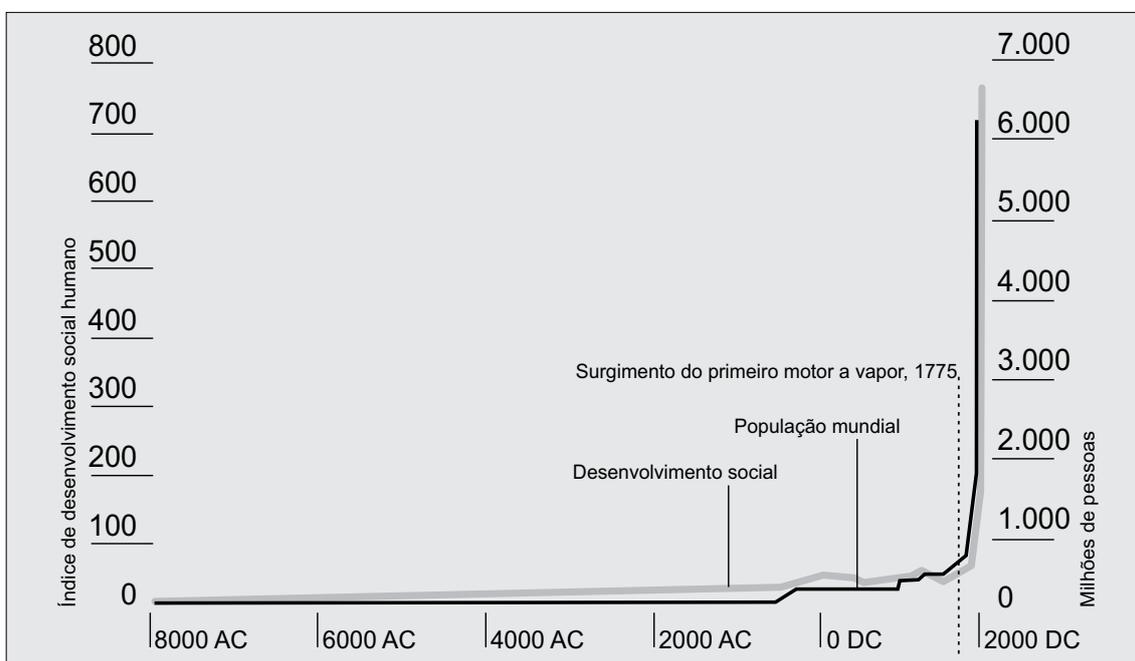


Figura 1 – Índice de desenvolvimento social e tamanho da população mundial. 8.000 aC – 2.000 dC.

Fonte: Ian Morris. Apud. Brynjolfsson & MacFee (2013, pg. 7).

O gráfico trabalha com duas escalas. O eixo esquerdo descreve a evolução do índice de desenvolvimento social criado por Ian Morris, que seria a habilidade que

um agrupamento humano possui para dominar seu ambiente físico para obter resultados produtivos. No eixo da direita é descrita a evolução da população mundial em milhões de pessoas. Chama atenção ao fato de que entre os primórdios da Revolução Agrícola, 8.000 aC, e o surgimento do primeiro motor a vapor desenvolvido por James Watt, em 1777, não se observa nem uma explosão demográfica e tampouco uma aceleração do potencial produtivo da Humanidade. Entretanto, é extraordinário verificar como ambos os indicadores se desenvolveram exponencialmente depois daquela descoberta. As revoluções industriais posteriores aprofundaram essa tendência.

A Segunda Revolução Industrial (SRI) (1870-1960) ampliou significativamente a capacidade produtiva ao introduzir novas fontes energéticas, como a energia elétrica, os combustíveis líquidos de petróleo e, na sua última fase, a energia nuclear. A partir de então, a potência motriz dos novos motores possibilitou um novo salto produtivo. A grande dimensão das empresas fazia com que o capitalismo deixasse sua fase concorrencial e passasse a se organizar em grandes corporações. Nos países de industrialização mais recente, como Estados Unidos e Alemanha, eram organizados trustes e carteis que tinham presença central em ramos como o de petróleo, siderurgia, ferrovias, carvão, cimento e químico.

A disponibilidade das novas fontes energéticas viabilizou o desenvolvimento de inúmeras inovações, como telégrafo, o telefone, o automóvel, o avião, os eletrodomésticos e uma leva de produtos químicos e petroquímicos, muitos dos quais aplicados na produção armamentista, mas também como insumos em diferentes tipos de indústria e ainda na agricultura (pesticidas e fertilizantes), onde contribuíram para a multiplicação da produção agrícola e para superação das proposições pessimistas do pastor Thomas Robert Malthus, que previa o caos frente ao aumento populacional e a então incapacidade de se produzir alimentos para todos⁴. Se hoje existe fome no mundo não é por falta de alimentos ou de meios para ampliar a sua produção. A resposta para isso na da produção exclusivamente voltada para fins lucrativos e, como sabemos, os famintos só se tornam “demanda agregada” se tiverem dinheiro.

Para além das inovações físicas, a SRI trouxe consigo importantes inovações organizacionais, em que se destacam a introdução da linha de montagem e da gerência científica. Estes temas foram tratados por Harry Braverman (1980) que chamou atenção para os efeitos negativos da introdução dessas técnicas administrativas sobre o trabalhador, provocando danos tanto físicos como mentais, algo que também foi brilhantemente tratado por Charles Chaplin em “Tempos Modernos”. Este período também é conhecido como o da produção fordista⁵.

4 - Não cabe aqui discutir os impactos danosos das novas tecnologias agrícolas sobre o meio ambiente e à saúde das pessoas, mas é preciso registrar este senão, pois o modelo estruturado para o lucro máximo e de curto prazo está causando impactos negativos sobre o planeta e sobre a sua capacidade de provir recursos naturais para manter o ritmo de crescimento econômico.

5 - Fordismo é uma alusão ao processo produtivo criado por Henry Ford, baseado na produção e no consumo de massa de artigos industrializados e padronizados. O conceito é utilizado na sociologia e na economia política para se referir ao padrão produtivo predominante no século XX. Embora o fordismo fosse um método originalmente utilizado na indústria automobilística, sua aplicação foi estendida para outros tipos de indústria e mesmo no setor de serviços.

A produção em massa por meio da linha de montagem, em essência, trabalha com a mesma lógica de um frigorífico, só que de forma invertida. Neste, entra o animal inteiro que vai perdendo parte do seu corpo em cada uma das etapas da linha até que no fim só reste o esqueleto; naquela, entra o esqueleto (o chassi) e em cada etapa é incorporada uma peça até sair o produto montado (carro) no final da linha. Esse processo acelerou a desqualificação do trabalho do operário. Antes, os mecânicos, profissionais altamente qualificados, se encarregam em juntar as peças e montar o “quebra cabeça” que era o carro. Depois, ao invés de mecânicos, foram posicionados ao longo da linha aqueles trabalhadores com menores habilidades técnicas, que se ocupavam de inserir uma peça ou apertar um parafuso, sem ter o conhecimento de como se monta e/ou como funciona um automóvel. Entretanto, apesar da desqualificação do trabalho, os salários aumentaram em decorrência da enorme produtividade trazida por esta inovação organizacional.

O outro aspecto importante foi a introdução da gerência científica. A grande dimensão das novas empresas (industriais ou de serviços) exigia da administração conhecimentos sofisticados de gestão, fosse de engenharia, controle financeiro, de gestão de recursos humanos ou de comercialização (marketing). Particularmente no que tange à classe trabalhadora, a gerência científica pressupôs um maior controle sobre a força de trabalho, no qual o chamado taylorismo buscava extrair o máximo de trabalho dos operários, tanto pelo controle e padronização do tempo de produção de uma peça, como pela sincronização do movimento dos trabalhadores e pela seleção física para cada tipo de atividade (corpos musculosos para o deslocamento de matéria-prima; mãos delicadas para a montagem de um rádio) e, principalmente, pela supressão, ao menos que em tese, de qualquer reflexão do trabalhador acerca de seu trabalho⁶. Enquanto o trabalhador se alienava sobre o objeto de seu trabalho, o conhecimento de todo o processo se restringia aos gerentes e aos seus manuais de instruções. É claro que esta abordagem foi aperfeiçoada por novas escolas da administração científica, como aquelas calcadas em Teorias das Relações Humanas, que buscavam (e buscam) aumentar a produtividade buscando uma maior sinergia entre os próprios trabalhadores sem necessariamente adotar o incentivo pecuniário⁷.

Entre as principais consequências sociais da SRI é preciso destacar o acelerado processo de democratização que veio acompanhado com um maior protagonismo dos partidos ligados aos movimentos trabalhistas, como os socialistas, comunistas, socialdemocratas e democratas cristãos nos países industrializados. O resultado disso foi a criação de um Estado de Bem-Estar Social que contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das massas trabalhadoras e a sua inclusão nos bem sucedidos processos de desenvolvimento verificados no período de 1945 a 1973.

6 - Taylorismo é o modelo de administração desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915), considerado o pai da administração científica. Suas ideias estão centradas na racionalização do trabalho, que envolve fazer as tarefas de modo mais inteligente e com a máxima economia de esforço. Para isso, julgava ser necessário selecionar corretamente o operário e treiná-lo na função específica que iria desenvolver. Para aumentar a produtividade do trabalho sugeriu o pagamento de bônus monetário como recompensa aos operários que trabalhassem acima da média.

7 - O principal teórico da Teoria das Relações Humanas foi Elton Mayo, um psicólogo australiano, sociólogo, pesquisador das organizações e professor da Harvard Business School. Entre 1923 e 1926 realizou a destacada pesquisa com operários da indústria de telefones Hawthorne Studies, revelando a importância de considerar os fatores sociais que poderiam influenciar uma situação de trabalho, como o nível de interação social e as condições físicas de trabalho.

De certa forma, o sucesso dessa política no Ocidente ajudou a refrear a sedução exercida pelos países do bloco socialista junto aos seus operários.

O aumento da capacidade produtiva se refletiu na industrialização da guerra, tal como testemunham as carnificinas das duas Grandes Guerras Mundiais do século XX. Ademais, o aumento da produtividade permitiu a ampliação do mercado consumidor, tornando-se a própria classe trabalhadora parte importante da demanda para a produção massificada. As grandes dimensões das indústrias dessa etapa facilitaram a organização sindical e a formação de diversos partidos políticos, que, como afirmamos, passaram a ter grande protagonismo nas principais economias industrializadas. Do ponto de vista técnico, mesmo a primeira economia socialista, a União Soviética, adotou os parâmetros tecnológicos e organizacionais da SRI. Por fim, a ampliação da capacidade produtiva e o ganho de escala que a acompanhou, fizeram com que as empresas dos países industrializados dos Estados Unidos, Europa e Japão expandissem suas atividades pelo mundo inteiro, levando à estruturação de subsidiárias tanto nos países industrializados como os países em desenvolvimento, exportando consigo os seus valores, suas tecnologias, sua cultura e sua influência política.

A Terceira Revolução Industrial (TRI) (1960-2015?) coincide com a introdução dos avanços da informática sobre o setor produtivo. O desenvolvimento e aperfeiçoamento dos computadores foram essenciais para o aumento da produtividade em diversos setores, como a indústria, as finanças, o comércio atacadista e o setor de telecomunicações. Nesse aspecto, passo importante foi dado com o desenvolvimento e o uso de semicondutores (chips), que permitiram a construção de computadores com maior poder de processamento, e que também passaram a ser utilizados nos mais variados dispositivos eletrônicos, como televisores, equipamentos de som, satélites, centrais telefônicas, máquinas-ferramenta, automóveis, etc. A expansão do uso de semicondutores foi potencializada pelo constante aperfeiçoamento da capacidade de processamento dos chips, que em curtos períodos de tempo duplicavam a sua eficiência. Isso levou à postulação da Lei de Moore, que preconiza que a cada 18 meses a capacidade de processamento dos chips será duplicada sem provocar aumentos significativos no seu custo⁸.

No setor industrial, o aumento da capacidade dos computadores potencializou o seu uso em novos tipos de máquinas e o aumento da produtividade. Em princípio, teve forte impacto no aperfeiçoamento de máquinas-ferramenta, criando o conceito de “controle numérico computadorizado” (CNC). Apesar de criados durante a década de 1950, os equipamentos com controle numérico (CN) tiveram o seu funcionamento aperfeiçoado, no começo da década de 1970, com a aplicação dos microprocessadores e memória ROM (memórias de leitura) aos controladores numéricos. Posteriormente, o potencial produtivo foi potencializado com a introdução de softwares de desenho técnico, os chamados CAD-CAM, siglas em inglês para Desenho Auxiliado por Computador (CAD) e Manufatura Auxiliada por Computador (CAM). Tais inovações modificaram a maneira de se produzir peças, particularmente

8 - A Lei de Moore foi criada pelo o então presidente da Intel, Gordon E. Moore, que profetizou, em 1965, que a capacidade de processamento dos chips seria duplicada a cada período de 18 meses.

porque a habilidade do projetista e do ferramenteiro foi incorporada aos novos sistemas, aumentando a produtividade e diminuindo a demanda por esses profissionais com alta especialização.

Também decorre da ampliação do uso do computador o desenvolvimento da automação industrial, em que segmentos importantes da linha de montagem foram deixados a cargo de robôs especializados em determinadas tarefas. No caso de uma indústria automobilística, os robôs foram introduzidos em segmentos como o de soldagem, pintura e estamparia; na indústria química, para manuseio de substâncias tóxicas; na indústria de papel e celulose, para o processamento de pasta de madeira; e na indústria de alimentação, para o empacotamento de produtos ou o envasamento de bebidas. Nesse estágio da automação, é importante assinalar que os processos automatizados são apartados dos trabalhadores da empresa. Ainda não havia uma interação entre os robôs e os seres humanos, fenômeno que será discutido mais adiante, e que é uma característica distintiva da QRI.

Vale ainda ressaltar que a evolução da capacidade de processamento foi importante para a organização de primitivas redes de computadores (que posteriormente desembocariam no que conhecemos como Internet) e também para o desenvolvimento da digitalização de imagens, sons e vídeos. A digitalização de mídias tornou-se um poderoso instrumento não só para aprimorar a comunicação, mas também para a organização de controles gerenciais à distância em “tempo real”. Foi base para criação das chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que passaram a ser amplamente utilizadas pelas empresas multinacionais para controlar suas atividades em nível global, para a reorganização das finanças mundiais, para a estruturação de uma mídia global, e para a disponibilização de diversos serviços ao consumidor, dos quais o sistema bancário foi um grande beneficiário.

Os maiores avanços da TRI coincidiram com importantes transformações na economia mundial, como a crise dos anos 1970, a desindustrialização dos países ricos e ainda com a estruturação da economia globalizada, baseada no preceito liberal de busca por vantagens competitivas ao redor do planeta. Na ausência de um crescimento continuado, tal como ocorreu entre 1945 e 1973, o modelo fordista tornou-se obsoleto, sendo substituído pelo toyotismo, em alusão à “produção enxuta” e flexível das indústrias japonesas, cujas plantas industriais possuíam menor escala que as similares ocidentais e operavam com estoques mínimos, visto que o suprimento de peças e componentes era coordenado para chegar à linha de produção apenas no momento de seu manuseio e montagem. Para que isso ocorresse, a empresa “mãe” estruturou um forte relacionamento com empresas “terceiras” que produzem os componentes e se inserem na logística da sua produção.

A grande eficiência produtiva japonesa instou os seus concorrentes ocidentais a adotarem os princípios do toyotismo⁹. Isto porque, com a crise estrutural da década de 1970 e com a estrutura social e produtiva permeada pela força dos sindicatos e partidos vinculados à vida sindical, as grandes empresas passaram a reestruturar

9 - O Toyotismo, técnica administrativa desenvolvida pela montadora japonesa Toyota, entre 1948 e 1975, é um sistema de produção que aumenta a produtividade e a eficiência, evitando o desperdício, como tempo de espera, superprodução, gargalos de transporte, estoque desnecessário, entre outros. O sistema é integrado pela Manufatura Enxuta, o Just-in-time, o Kanban e o Nivelamento de Produção ou Heijunka.

sua produção por meio da organização de processos de terceirização (outsourcing) e de transferência de plantas industriais para países onde os custos e a regulamentação do trabalho eram menores (offshoring), principalmente para o leste da Ásia. Este processo está na origem da formação de cadeias produtivas globais, e também da emergência daquele continente como importante ator da produção industrial do mundo.

Nesse processo, os avanços das TICs foram essenciais, pois, a partir de um computador operado na matriz, torna-se possível controlar as principais variáveis da atuação de uma unidade que se encontra a dez mil km de distância. Possibilita também a hierarquização do processo produtivo, concentrando as etapas de maior complexidade e valor agregado nos países centrais e a pulverização da produção em diferentes empresas e em distintos países. Nesse aspecto, a leitura da obra de Suzanne Berger (2005) é importante para se refletir sobre as estratégias produtivas adotadas pelas empresas no processo de globalização.

Os impactos sociais da TRI foram muitos severos para a classe trabalhadora, principalmente nos países em que as relações trabalhistas eram mais bem estruturadas e os níveis salariais mais elevados. Em primeiro lugar, ocorreu a erosão do poder de barganha dos trabalhadores e a emergência de uma nova onda liberalizante que atou fortemente no sentido de desmontar as principais estruturas do Estado de Bem-Estar Social. Para tanto, foi preciso derrotar a classe trabalhadora no campo do chão de fábrica. A terceirização e o deslocamento de plantas para os países de menor renda contribuíram para liquidar importantes polos industriais, como a produção siderúrgica na Inglaterra, o setor metalomecânico na região dos Grandes Lagos, nos Estados Unidos, ou a indústria naval da Espanha. Os empregos destruídos nesta parte do mundo foram reabertos em condições mais precárias na Ásia e em outros países em que imperavam os baixos salários e a desregulamentação do mercado de trabalho, como o México. Como consequência, o poder de barganha dos sindicatos diminuiu fortemente nos últimos 30 anos e os salários, em nível mundial, experimentaram uma forte queda, pressionados pela oferta abundante e barata de trabalhadores em países populosos como a China, a Índia ou a Indonésia.

Para além da migração de empregos, a nova tecnologia eliminou milhões de postos de trabalho em todo o mundo, fosse pela introdução de robôs, pela melhoria nos bens de capital ou pelo aperfeiçoamento dos sistemas de gestão. Um exemplo brasileiro chama a atenção por ser paradigmático: em 1980, a produção de veículos automotores foi 1.091.205 unidades, para uma massa empregada no setor de 153 mil operários. Em 2014, a produção foi de 3.146.386, empregando 144 mil trabalhadores. Ou seja, a produção per capita saltou de 7,13 veículos, em 1980, para 21,85 veículos, em 2014 (ANFAVEA, 2016).

Esta lógica se repete no setor bancário no Brasil, pois o exponencial o incremento no número de correntistas ocorreu simultaneamente à forte diminuição no número de postos de trabalho. Em parte, isto se explica pelo aumento das atividades terceirizadas no setor, que se expandiu para além das áreas tradicionais, como vigilância, limpeza e refeição. O exemplo das empresas de telemarketing é esclarecedor. Operações que antes eram feitas pelos próprios bancos, como a venda de produtos e o atendimento às demandas do cliente, foram terceirizadas por call centers que

atendem a diferentes empresas em uma única planta. Isto quando o atendimento não é feito por uma central localizada na Índia, como ocorre com empresas de cartão de crédito. Por outro lado, conta também a introdução de meios para a realização de operações com os próprios equipamentos dos clientes, tanto pelo telefone fixo, por meio de Unidades de Resposta Audível (URAs), por caixas eletrônicas, pelo home banking ou pelos aplicativos dos smartphones.

Por fim, cabe ressaltar que a TRI foi responsável pela diminuição relativa e absoluta dos empregados na indústria e a preponderância dos empregos no setor de serviços. Comparativamente aos primeiros, os salários dos serviços são bem menores e o valor agregado (em média) é bem inferior ao do setor secundário. Do ponto de vista da organização sindical e política, a mobilização de trabalhadores que muitas vezes trabalham ombro-a-ombro com seus patrões é muito difícil, impedindo que este segmento da classe trabalhadora possa auferir ganhos salariais muito acima do nível do salário mínimo. Os empregos mais bem remunerados vinculados ao setor de serviços, como os de Pesquisa & Desenvolvimento, projetos, publicidade, marketing, administração financeira, etc., tendem a se concentrar nos países mais desenvolvidos, aqueles que possuem marcas próprias, desenvolvem tecnologias, criam design e definem os padrões mundiais de consumo. Enquanto isso, os países periféricos se restringem à produção física das atividades intensivas em mão-de-obra e recursos naturais, que agregam menos valor no processo de produção global (Pires, 2012). Infelizmente, essas tendências negativas serão aprofundadas pela Quarta Revolução Industrial, que é o tema da próxima seção.

2 – A Quarta Revolução Industrial: suas características e seus vetores

A Internet está para a QRI o que o motor a vapor e a eletricidade foram para a Primeira e a Segunda Revoluções Industriais, ou seja, uma tecnologia de propósito geral que tem seu uso disseminado pelos mais variados campos da economia e da sociedade. A primeira troca de dados à distância ocorreu em 1969, no âmbito da rede de computadores da Agência de Pesquisas em Projetos Avançados em Defesa (ARPANET, na sigla em inglês)¹⁰. O outro passo importante se deu com a criação do World Wide Web (WWW), em 1989, no âmbito da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (conhecida pelo seu antigo acrônimo em francês, CERN), que viabilizou a possibilidade de troca de documentos em hipermídia que são executados na Internet, permitindo a troca de arquivos digitalizados de imagens, sons, texto e vídeos.

Em 1993, a Internet deixou de ser um instrumento restrito à área de defesa, às grandes corporações e aos centros de pesquisa das universidades e foi disponibilizado para o público em geral. Desde então, teve um crescimento exponencial, se estendendo de redes cabeadas de computadores para redes sem fio nas quais se incorporaram outros dispositivos, como telefones celulares, sensores, câmeras,

10 - Ver: Mariana Mazzucato. O estado empreendedor, 2015.

equipamentos de GPS, veículos não tripulados, máquinas, etc. Atualmente, mais de três bilhões de pessoas no mundo tem acesso à rede.

Este fato é muito significativo, ainda mais se considerarmos que uma parcela expressiva da população mundial não tem acesso à energia elétrica. Ao contrário das revoluções industriais anteriores, a QRI está evoluindo num ritmo exponencial e não numa progressão linear. Isto é o resultado do atual estágio de interconexão de nossa sociedade e também do fato de que novas tecnologias acabam por potencializar outras novíssimas inovações. De acordo com relatório da União Internacional de Telecomunicações (ITU, 2016), o acesso à Internet nos países industrializados atinge 81% da população, nos países em desenvolvimento, 40% e nos países mais pobres, 15%. De acordo com Schwab (2016), a África Subsaariana, justamente a região com menor acesso à Internet, é aquela que apresenta a maior taxa de crescimento anual, próxima a 30%, principalmente pelo acesso aos smartphones.

A onipresença da Internet e o aumento da capacidade de processamento dos dispositivos computadorizados têm proporcionado a criação de novas combinações inovadoras, expressas na criação de produtos e serviços, no desenvolvimento da pesquisa científica, na interação entre as pessoas, na gestão do Estado e, não menos importante, na própria maneira como os países lidam com as questões de defesa e segurança. Sem Internet não haveria os smartphones e a estruturação de uma enorme rede de criação de aplicativos, como o Uber, Whatsapp ou Waze.

Tal como ressaltamos anteriormente, a Lei de Moore tem se tornado realidade desde a década de 1960. O avanço exponencial da capacidade de processamento de um chip faz com que um smartphone produzido em 2015 tenha uma capacidade equivalente a cinco mil computadores pessoais da década de 1980. Em 2017 ele terá a capacidade de processamento de dez mil desses. Por outro lado, o custo anual de armazenamento de 1GB de dados em 1995 era de U\$10 mil, em 2015, caiu para menos de US\$0,03.

Este barateamento do custo de processamento e armazenagem de dados tem viabilizado uma maior produtividade no desenvolvimento de pesquisas científicas. A criação de supercomputadores, com capacidade de processamento de 80 TFLOPS permite que um grupo científico possa realizar cálculos que nos atuais microcomputadores levaria 100 anos. Este potencial viabiliza a análise de uma infinidade de dados que atualmente trafegam na Internet, a chamada análise de BIG DATA, que permite encontrar padrões estatísticos em volumes fantásticos de informação. Também permite o rápido desenvolvimento de softwares de inteligência artificial, que terá um papel essencial na economia dos próximos anos. De forma similar, potencializa a pesquisa nos campos de “novos materiais” e de biotecnologia, levando a Humanidade a um novo patamar na capacidade de conhecer a realidade que nos cerca.

Do ponto de vista da produção, a redes computacionais, a disponibilidade de Internet e a integração de máquinas, equipamentos e dispositivos permite uma inédita articulação de sistemas físicos e digitais que estão redefinindo a forma como se organiza a produção industrial de maneira tão revolucionária quanto foi a criação da manufatura, a introdução dos motores de autopropulsão, a criação da linha de montagem ou a logística baseada no just-in-time.

A QRI ainda está nos seus primórdios, mas a sua influência na sociedade atual é muito profunda e abrangente. Esta nova combinação de várias tecnologias que estão levando a mudanças de paradigmas sem precedentes na economia, negócios, sociedade, e no próprio indivíduo e sua relação com o mundo exterior. Seu impacto é sistêmico, pois envolve a transformação de sistemas inteiros, através (e dentro) de países, empresas, indústrias e da sociedade como um todo. Coloca em xeque o poder de diferentes Instituições, como o poder de um Estado nacional de controlar suas fronteiras, já que por meio da Internet podem ser realizadas operações comerciais, operações políticas, transações comerciais, etc. Esta nova realidade levanta questões cruciais tais como saber como um Estado Nacional poderia controlar o fluxo de moedas virtuais ou o comércio de serviços feito via Internet entre pessoas e empresas. Como o sindicato dos engenheiros poderia controlar a compra de um projeto por parte de uma empresa brasileira junto a um engenheiro indiano? Como o CREMESP poderia regular um consulta médica on line de um paciente no Brasil a um médico em Portugal? Como o Estado cobraria impostos de transações como essas?

A QRI está baseada em três principais vetores tecnológicos: as tecnologias físicas, as tecnologias digitais e as biotecnologias. A seguir faremos uma breve apresentação desses três vetores.

As tecnologias físicas dizem respeito a áreas como robótica avançada, veículos autônomos, manufatura aditiva ou impressão em 3D e o desenvolvimento de novos materiais.

O desenvolvimento de robôs para as linhas de produção ocorreu durante a TRI. Como mencionamos, esses robôs eram utilizados em espaços apartados do convívio com os trabalhadores, em aplicações específicas. Nesta fase do progresso tecnológico, os robôs estão sendo cada vez mais utilizados em operações em que atuam lado-a-lado com os seres humanos, executando tarefas simples, que exigem mobilidade e o jogo de articulações, mas que antes eram de difícil programação. Assim, linhas de montagem que antes necessitavam de trabalhadores para a alimentação de processos automatizados agora podem ser operadas com robôs que possuem leitura espacial por escaneamento e que podem ser programados sem o auxílio de um especialista, mas por um operário do próprio chão de fábrica, como os robôs BAXTER, da empresa Rethink Robotics¹¹. É importante ressaltar que o custo deste robô se situa em US\$4,00 por hora, um quarto da hora paga ao trabalhador norte-americano.

Outro aspecto importante da robótica avançada é a possibilidade de se controlar cada robô ou equipamento automatizado por meio da Internet. Atualmente, nas empresas que estão na linha de frente dessa revolução, como as alemãs Siemens, Kuka, Bosch, entre outras, se atribui a cada equipamento um protocolo de Internet (IP), com o qual as máquinas interagem uma com as outras dentro de um plano estabelecido pelos engenheiros da empresa. Trata-se da "Internet das Coisas", que discutiremos mais adiante.

11 - Assista ao vídeo acerca do funcionamento deste robô neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=ATIWymEPuDU>.

Nessa lógica, cada equipamento tem a possibilidade de “corrigir” sua atuação frente às mudanças inesperadas que possam ocorrer no processo. A criação de linhas de produção inteligentes está no centro da estratégia industrial alemã conhecida como “Indústria 4.0”, que é a pioneira em organizar estratégias nacionais para fazer frente aos desafios e oportunidades da QRI¹². Os Estados Unidos também possuem a sua estratégia, a Advanced Manufacturing Initiative¹³, assim como a China, o projeto “Made in China 2025¹⁴”.

Outro aspecto distintivo da QRI é o desenvolvimento e aperfeiçoamento de veículos autônomos, não apenas os drones e “vants” (veículos autônomos não-tripulados), mas também o desenvolvimento de equipamentos e softwares que permitem o deslocamento autônomo de automóveis ou caminhões pelas ruas e rodovias. Nesse aspecto, os softwares de escaneamento de ambiente, de posicionamento e de dirigibilidade possuem a capacidade de “aprender” com as experiências que o veículo enfrenta no trânsito, armazenando eventuais erros e os corrigindo em suas versões atualizadas. Experimentos organizados pelo Google, Uber, Tesla e universidades como a Carnegie Mellon têm obtido impressionantes avanços nesta área. Em fevereiro de 2016, a agência dos Estados Unidos para a segurança no trânsito (NHTSA) deu sinal verde para os softwares baseado em inteligência artificial dos carros autônomos para rodarem nas ruas (UOL, 2016).

O caminho aberto por este tipo de tecnologia tem impacto em outros setores, como o produtivo, logístico e militar. Veículos autônomos podem melhorar a produtividade do trabalho em grandes indústrias ao permitir o abastecimento de linhas de montagem de forma automática. Em grandes centros atacadistas de produção, podem ser instalados em empilhadeiras e também em outros dispositivos de manuseio de carga. Na linha de frente das batalhas, pode ser utilizado simultaneamente para o suprimento de munições, para operarem com peças de artilharia de alta precisão ou ainda para guiar submarinos autônomos em grandes profundidades, sem mencionar a conhecida eficiência de ataque dos drones aéreos.

A manufatura aditiva, também conhecida por impressão 3D, têm revolucionado a indústria. Valendo-se do mesmo princípio de uma impressora, ela possibilita a produção de peças de grande complexidade, superando com maior eficiência as habilidades de um bom ferramenteiro. A impressão em três dimensões consiste em um processo de produção de objetos a partir da deposição de variados materiais em camadas, como plásticos, metais, cerâmicas e até mesmo argamassa para a construção de edificações. Ela vem sendo muito utilizada nos setores automotivo e aeroespacial, no projeto de implantes odontológicos e ainda na construção de maquetes e de protótipos. A impressora é comandada por computador e obedece às definições de um projeto desenhado com softwares de CAD-CAM.

Outra revolução em curso está relacionada ao desenvolvimento de novos materiais. Pesquisas desenvolvidas em diversos centros universitários têm estudado a criação de materiais que possam ser aplicados com maior eficiência do que aqueles

12 - Ver: <http://www.plattform-i40.de/I40/Navigation/EN/Home/home.html>.

13 - Ver: <https://www.manufacturing.gov/>

14 - Ver: <http://english.gov.cn/2016special/madeinchina2025/>

normalmente utilizados hoje em dia. No caso de revestimentos, como produzi-los sem implicar nos grandes custos energéticos demandados na indústria de cerâmica, ou como adicionar propriedades que possam evitar grandes variações térmicas dentro de ambiente, de tal forma que reduza o gasto com condicionadores de ar? Ou ainda, como criar condutores que possam ter uma maior capacidade de transmissão de energia ou de dados utilizando uma menor quantidade de material? E também, como produzir materiais de construção civil que sejam imunes às altas temperaturas e que evitem a propagação de incêndios? Também neste campo de pesquisa se inclui a pesquisa em nanotecnologia, que busca dominar a criação de microestruturas com aplicação prática numa escala “nano”, ou seja, um milhão de vezes menor do que um centímetro.

Uma maior eficiência na produção de novos materiais tem impactos profundos em economias que são especializadas na produção desses insumos. Um dos produtos com maior potencial é o GRAFENO, criado a partir da descoberta de estruturas de carbono facilmente encontradas em grafite. Este produto é 200 vezes mais resistente do que o aço, mais leve, mais resistente, e com uma capacidade de condução de energia muito superior aos cabos de fibra ótica ou de cobre. Seu uso ainda é limitado pelo custo, mas as pesquisas para sua produção em larga escala estão em curso. Num futuro, o que ocorreria com a economia do Chile frente à difusão de um produto concorrente muito mais eficiente do que o cobre? Talvez tenha o mesmo fim do que o guano (fertilizante natural produzido por excrementos de pássaros), que foi objeto da Guerra do Pacífico, no século XIX, que opôs o Chile ao Peru e à Bolívia. O desenvolvimento dos fertilizantes sintéticos a partir do carvão minimizou a importância do guano e o ganho econômico da vitória chilena.

Quando se faz menção às tecnologias digitais, existem inovações importantes que vão além da difusão do acesso à Internet, especificamente por meio de smartphones, e a ampliação da capacidade dos processadores e o barateamento de armazenagem de dados, mencionadas anteriormente. Elas se referem à Inteligência Artificial, à Internet das Coisas, à análise de Big Data, às moedas virtuais e à economia sob demanda.

Quando a Apple inseriu a interface de pesquisa SIRI em seu smartphone, em 2010, deu-se um passo importante para o avanço da Inteligência Artificial (IA), pois colocou a disposição do cidadão comum um poderoso software que possibilita uma maior interação entre o homem e a máquina. Antes, os softwares de inteligência artificial eram operados por grandes empresas e por poderosos mainframes. Desde então, o sistema Android, presente na maior parte dos smartphones, também inseriu um software de pesquisa por voz, e grandes empresas como a IBM e a Google desenvolvem sistemas robustos como o Watson e o DeepMind para uma análise de dados incrivelmente grande.

Os sistemas de IA são capazes de armazenar e manipular dados, e também de adquirir, representar e manipular de conhecimento. Nesse sentido, possuem a capacidade de deduzir ou inferir novos padrões a partir do conhecimento preexistente e utilizar métodos de representação e manipulação capazes de resolver problemas complexos de caráter qualitativos, ou seja, que não são passíveis de regras ou leis previamente ensinadas ao computador.

Este tipo de software possui uma capacidade de manusear uma quantidade tão grande de informações que um ser humano jamais poderia fazê-lo ao longo da vida. Isso é bastante útil para potencializar as pesquisas científicas, aprimorar o sistema de gestão, precificar ativos como ações e moedas, gerir de maneira mais eficiente o tráfego das cidades, definir com maior exatidão o padrão de consumo de grupos e indivíduos, etc. Como mencionamos, é uma forma inovadora de potencializar o cérebro, depois que a máquina já potencializou os músculos humanos. A interação de IA e sua aplicação no processo produtivo é uma importante mudança paradigmática da QRI.

Outro aspecto ligado às tecnologias digitais se refere à capacidade proporcionada pela Internet e por outros sistemas de conexão (bluetooth, intranet, conexão em nuvem) para integrar os mais variados dispositivos eletrônicos com vistas a melhorar o monitoramento, a sua eficiência e segurança. É nesse contexto que se insere a “Internet das Coisas”, a integração de uma série de dispositivos como máquinas e equipamentos industriais, equipamentos urbanos (como os de iluminação pública e semáforos), computadores pessoais, telefones celulares, tablets, automóveis, e uma variedade de eletrodomésticos que podem ser conectados em rede e controlados à distância por meio da Internet ¹⁵.

Por conta do barateamento dos sensores eletrônicos que podem ser incorporados às “coisas”, há uma forte tendência à ampliação do uso da Internet para conectar dispositivos. Pesquisa realizada junto a executivos de grandes empresas (WEF, 2015), estima que em 2025 cerca de 1 trilhão de dispositivos estarão conectados à Internet no mundo inteiro. Dentre os aspectos positivos ressaltados pela pesquisa, destacam-se uma maior eficiência na utilização de recursos, o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade de vida, o controle dos impactos das atividades produtivas sobre o meio ambiente, menor custo de prestação de serviços, maior segurança frente à possibilidade de monitoramento “on line”, maior eficiência logística dentro e fora das empresas, facilidade para a concepção de produtos ajustados às necessidades de cada cliente, etc.

Outro instrumento importante da QRI é a “Análise de Big Data”. Frente à grande produção de dados gerados a cada momento na Internet, cria-se o desafio em saber como tornar esse oceano de dados em informações úteis. A análise de Big Data se vale da grande capacidade de processamento dos supercomputadores e ainda de sistemas de Inteligência Artificial para procurar padrões na massa de dados e construir informações significativas para diversos campos de atividade, como reconhecer padrões consumo de indivíduos e grupos sociais, formação de perfis de pessoas supostamente implicadas em crimes ou militância política virtual, impacto de políticas públicas sobre a opinião pública, estratégias de marketing e de mobilização social por meio de redes sociais, etc. De acordo com o estudo do WEF (2015), se considera o fato de que em 2025 os Estados Nacionais deixarão de realizar censos decenais por conta das informações sociais e demográficas coletadas por sistemas

15 - Ver: Internet of Things (IoT): What it is and why it matters. SAS. Disponível em: https://www.sas.com/pt_br/insights/big-data/internet-das-coisas.html#. Acesso em 10/04/2017.

de análise de Big Data. A figura 2, a seguir, oferece uma ideia sobre o volume de dados gerados por alguns dos principais criadores de fluxo na Internet mundial. Veja-se:

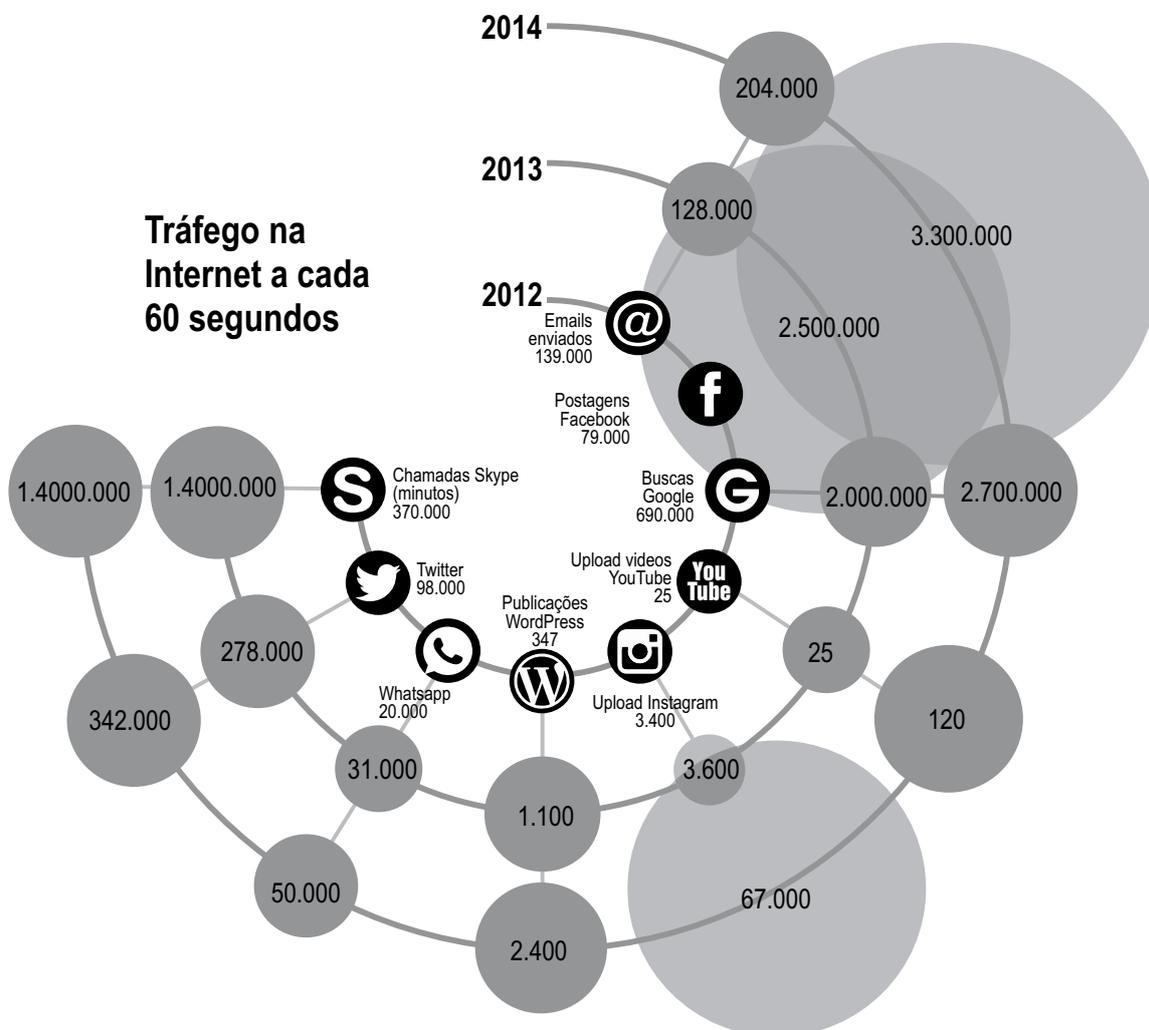


Figura 2 – Volume de tráfego na Internet em 60 segundos (seleção de criadores de tráfego): 2012-2014.

Fonte: El País, 2016.

Outro aspecto importante das tecnologias digitais diz respeito à formação de uma on demand-economy, a economia sob demanda, impulsionada por diversos aplicativos de Internet que tendem a moldar uma nova forma de interação entre as pessoas, principalmente em torno da troca de bens e serviços entre indivíduos, em vez de empresas aos consumidores. Isto está sendo viabilizado por plataformas que possibilitam este contato, como o Facebook, o Whatsapp, o Uber, a AirBnB, o Carona on Line, etc. Tais plataformas tendem a alterar a forma como se relacionam as pessoas, criando espaço para o chamado consumo colaborativa, em que determinados bens e ideias passam a ser compartilhado mediante um custo menor do

que os correlatos no mercado. O Facebook se tornou a maior empresa de mídia do mundo sem criar conteúdo, mas compartilhando as informações postadas por seus usuários; o Uber se tornou a maior empresa de taxi do mundo sem possuir uma frota própria, apenas possibilitando que os fornecedores e os cliente se encontrem no mercado, algo similar ao AirBnB, que se converteu a maior empresa de hotelaria do mundo sem possuir um a rede hoteleira. A este respeito é relevante a opinião de Jeremy Rifkins:

O capitalismo ainda não sabe como lidar com essa economia colaborativa. (...) A tecnologia digital leva a custos marginais próximos de zero. Os jovens estão produzindo e compartilhando sua própria música, o custo de produzir com qualidade de estúdio é quase zero e jovens compartilham o resultado por quase nada. O mesmo acontece com os vídeos. Os jornais e as revistas estão vivendo isso com as redes sociais. As pessoas contribuem para o Wikipedia por nada, o conhecimento do mundo está se democratizando. Muitos pensaram que isso só acontecia no mundo virtual, não no real, mas o que eu afirmo é que quando você aplica isso na Internet das Coisas essa diferença desaparece. Estamos vendo isso na energia, no transporte e na logística. (El Pais, 2016a)

É claro que as novas plataformas ainda estão em sua infância, e até agora, no mesmo instante que modificam o padrão de negócios nos setores onde atuam, elas também estão proporcionando um lucro excepcional aos seu criadores. No entanto, para efeito de uma reflexão ulterior sobre a potencialidade aberta pela tecnologia, elas trazem consigo possibilidades de socialização até então inimagináveis.

As biotecnologias são o terceiro vetor da QRI. Tecnologias como sequenciamento genético, a Biologia sintética por meio de manipulação do DNA, a combinação de edição de genes e impressoras 3D, as Ciências do Cérebro e o papel do Biomimetismo no processo de desenvolvimentos de novos materiais abrem perspectivas inovadoras na forma de se cuidar da saúde, na produção de alimentos, na criação de próteses, na interação entre ondas cerebrais e objetos externos ao corpo humano e no desenvolvimento de materiais poupadores de energia ou de estruturas inspiradas nos seres vivos que podem revolucionar a forma de se produzir, de edificar e de se projetar. Para tanto, o avanço da informática mais uma vez está contribuindo para o avanço dos experimentos em laboratórios, no desenvolvimento de instrumentos de medição cada vez mais sofisticados e no desenvolvimento de nanoestruturas.

Cada uma delas abre um enorme campo de utilização em diversas áreas da vida social. O projeto Genoma Humano, por exemplo, demandou 13 anos de pesquisas (1990-2003) e custou aproximadamente 3 bilhões de dólares. Atualmente, graças ao avanço da computação, o sequenciamento genético de uma pessoa pode ser realizado em poucas horas a um custo inferior a mil dólares. Num futuro próximo, o sequenciamento genético poderá identificar doenças que ainda não se manifestaram e indicar tratamentos específicos para cada pessoa, além de possibilitar o desenvolvimento de medicamentos “customizados”.

O desenvolvimento da biologia sintética por meio de manipulação do DNA abre possibilidades inimagináveis para a criação e aperfeiçoamento de organismos vivos. Viabiliza a criação novas variedades de plantas que poderiam absorver uma

quantidade maior de CO₂, contribuindo para a mitigação do efeito estufa e ainda aumentar a oferta de alimentos. Abre espaço para a criação de órgãos humanos por meio da introdução de genes humanos em outros animais ou para o desenvolvimento de cepas de bactérias que poderiam se alimentar de plásticos ou de outras substâncias que poluem o meio ambiente. Também poderiam criar vida humana a partir dessa manipulação de DNA, criando uma discussão moral e ética de grandes proporções.

As pesquisas relacionadas ao biomimetismo (ou seja, a imitação da natureza) no sentido de se desenvolver novas matérias que reproduzam a maneira de como os organismos vivos produzem as condições de sua sobrevivência podem contribuir para uma maior eficiência na utilização de recursos naturais. Um exemplo disso é bem esclarecedor: considerando que as conchas de alguns moluscos, é interessante notar que a sua constituição ocorre na temperatura do mar onde se encontram, ao passo que a produção de uma cerâmica para revestimento de moradias demanda temperaturas próximas a mil graus. O biomimetismo se coloca o problema de saber como produzir cerâmicas, com baixo custo energético de forma similar à forma como os moluscos produzem suas conchas. Mesmo a questão do design é bem interessante: o que se pode aprender do formato do bico de um pássaro para melhorar a aerodinâmica de um avião ou de um trem-bala? Ou ainda, como desenvolver fibras têxteis que tenha características similares à penas das aves. São problemas complexos mas que já estão sendo investigados nos principais centros de pesquisa do mundo.

Concluindo esta seção, vale citar Karl Marx quando mencionou que a humanidade só se coloca problemas que ela pode resolver. Neste sentido, é muito importante refletir sobre as possibilidades das novas tecnologias e como elas poderiam contribuir para a melhoria das condições de vida da Humanidade, particularmente no momento em que a renda combinada 8 bilionários mais ricos do mundo, com um patrimônio de 1,7 trilhão de dólares, é equivalente ao que percebe os 3,6 bilhões de pessoas mais pobres (Oxfam, 2017). Como vimos, o potencial produtivo, intelectual e tecnológico poderia fazer frente a esse problema, mas isso esbarra na forma como a sociedade se organiza.

Na seção seguinte, iremos discutir sobre os impactos da QRI nas empresas e no mercado de trabalho, buscando refletir sobre o papel do movimento sindical em atuar nessa rica e desafiadora conjuntura.

3 – Impactos econômicos e sociais da Quarta Revolução Industrial no Brasil e no Mundo

Os impactos sociais e econômicos da QRI já estão sendo sentidos no mundo inteiro. As possibilidades abertas pela tecnologia têm transformado a forma de produzir, de distribuir, de consumir e de se conviver. A velocidade com que as empresas são criadas e destruídas é muito grande. Uma inovação que custou algumas centenas de dólares pode depreciar ou destruir investimentos de bilhões de dólares. Diferentemente de outras revoluções, em que o emprego se deslocou da agricultura

para a indústria, e da indústria para o setor de serviços, a QRI está atuando para liberar uma enorme quantidade de trabalhadores de todos os setores. Colheitadeiras automáticas desempregam cortadores de cana; robôs e sistemas e máquinas desempregam montadores de automóveis; plataformas digitais e scanners desempregam pessoal no setor financeiro; informatização e racionalização desempregam servidores públicos em tarefas administrativas; o e-commerce contribui para o fechamento de lojas e o desemprego de comerciários. No entanto, a quantidade de empregos gerados pela criação e manutenção de softwares e hardwares não é suficiente para compensar a grande perda de empregos.

No mesmo momento em que a comunicação instantânea se expande a interação física entre as pessoas se dilui. Estão caindo os limites entre o espaço público e privado e, por conta disso, a privacidade do indivíduo é exposta muitas vezes de maneira indesejada. Nesta seção faremos uma breve reflexão sobre os impactos da QRI na vida da sociedade, privilegiando a análise sobre as empresas e os trabalhadores.

a) Impactos da QRI sobre as empresas

Em períodos de rápida mudança tecnológica verificamos fortes transformações da estrutura produtiva. A emergência da Segunda Revolução Industrial provocou uma radical mudança no mercado capitalista com a criação de grandes corporações oligopolistas, aumentando a barreira de entrada em setores mais intensivos em capital e levando à crise da pequena empresa. Mais adiante, durante a Terceira Revolução Industrial ocorreu uma nova transformação, que modificou o escopo das grandes empresas por meio de terceirizações, deslocamento de plantas industriais e a criação de cadeias produtivas globais. Já a QRI está possibilitando um forte modelo de concentração de capital, particularmente nos setores relacionados à tecnologia de informação (TI) e estão levando à falência ou à reestruturação grandes empresas que operam no setor industrial e de serviços. O setor de fotografias é um exemplo: empresas como a Kodak, Fujifilm, Agfa e Polaroid, que dominavam o setor até a década de 1990, hoje estão praticamente fora do segmento, e não apenas elas, mas toda uma cadeia de pontos de venda que captavam filmes para revelação, além das indústrias ligas à produção de papel de fotografia ou de filmes. Isso ocorreu não por falta de imagens. Como vimos na Figura 2, somente entre 2012 e 2014, as fotografias postadas na rede do Instagram passaram de 3.400 para 67.000, a cada minuto! Dentro da economia digital, onde os “produtos” não têm peso e que podem ser transmitidos por meio de impulsos elétricos, o custo de criação, postagem e compartilhamento dependem apenas da posse de um dispositivo, como um celular, tablet, ou computador, e do custo do acesso à Internet.

Por outro lado, diante do avanço da economia digital, mercados que até pouco tempo estavam protegidos por barreiras geográficas, volume de capital ou legislações nacionais hoje estão sujeitos à forte concorrência de empresas estrangeiras ou de novas empresas e/ou produtos entrantes mais ágeis e inovadores. O exemplo no setor de telefonia é significativo em termos mundiais, mas vamos nos concentrar no que ocorre no mercado brasileiro.

No final da década de 1990, o controle acionário do setor de telecomunicações foi privatizado por R\$ 22 bilhões. Ao longo dos anos, foram investidas outras dezenas de bilhões para a ampliação do número de assinantes de telefonia fixa, de estrutura de base para a telefonia celular, estruturas e cabeamento para o provimento de acesso à Internet, investimentos para a oferta de pacotes de televisão por assinatura, etc. O montante investido foi muito elevado. Entretanto, grande parte desse investimento, particularmente na transmissão de voz e de conteúdos televisivos, se depreciou rapidamente frente à introdução de softwares como o Skype, o Messenger, o FaceTime, o Whatsapp etc., que fornecem um serviço de boa qualidade a preço próximo a zero. Do ponto de vista de conteúdo, a disponibilidade de produtos em streaming, ou seja, distribuído gratuitamente on line na Internet, como o Youtube ou o Vimeo, e a venda de conteúdo a preços competitivos como o Netflix e o Spotify, estão afetando a lucratividade dos provedores de TVs por assinatura.

Ainda neste segmento, a digitalização da música jogou por terra milhares de empregos relacionados à impressão de mídias e de lojas especializadas, fazendo com que o negócio da música se deslocasse da venda de CDs para a venda em plataformas de venda on line como o iTunes da Apple. É interessante chamar atenção para o fato de que as empresas que oferecem serviços em streaming não possuem custos como a instalação de infraestrutura, manutenção e tampouco assistência pós-venda, que, geralmente, é feita on line por meio de perguntas e respostas frequentes. Por isso, o total de pessoas empregadas pela Netflix para operar com quase 100 milhões de assinantes é muito pequeno, girando em torno de 3.500 pessoas (tendo ainda equipes para a criação de conteúdo própria), enquanto que a Vivo, maior operadora de telefonia no Brasil, que possui 70 milhões de clientes e emprega 34 mil pessoas (empregos diretos e terceirizados).

Os modelos de gestão e de marketing das empresas estão sendo afetados pela informatização e digitalização de rotinas e procedimentos dentro de uma organização, pela mudança de hábitos de consumidores e ainda pela grande quantidade de informações disponíveis sobre o negócio. Para além das modificações relacionadas às inovações inseridas nos processos produtivos, a parte de gestão também está sendo muito impactada pela QRI. Por um lado, a mencionada pesquisa do WEF (2015), trabalha com a expectativa de que, até 2025, as diretorias e os conselhos de administração das grandes empresas contarão com o auxílio de um robô com inteligência artificial para referendar as decisões de seus membros. As gestões tributária, contábil e de recursos financeiros já podem ser realizadas por um número reduzido de pessoas por conta de plataformas disponibilizadas pelo poder público, por consultorias ou pelos bancos e administradores de ativos. Assim, a tendência neste setor é a de um forte enxugamento na força de trabalho empregada.

Já a gestão de marketing está sendo moldada pela grande disponibilidade de informações à disposição da administração. De um lado, a análise de Big Data proporciona a geração de informações gerenciais com uma velocidade muito maior do que as tradicionais pesquisas de mercado que dependiam da presença de um entrevistador junto aos pontos de venda ou aos clientes. Ademais, a integração de bancos de dados permite a verificação on line do volume de vendas, assim como o monitoramento de redes sociais que pode identificar tantos as críticas, os elogios e

as potenciais necessidades junto a determinado público-alvo.

Por outro lado, as campanhas de marketing tenderão a ser mais personalizadas, visto que existem milhares de informações pessoais que podem ser acessadas na Internet, sejam elas voluntárias, quando as pessoas divulgam informações privadas por meio de plataformas como o Facebook, Instagram, Twitter, etc., ou de forma involuntária, por meio do acesso que robôs fazem das atividades privadas do indivíduo na Internet, como as páginas acessadas, os produtos comprados, a busca de informações por produtos e serviços, e também pela negociação de bancos de dados que são criados por empresas com as quais o consumidor realizou alguma transação. Esse marketing personalizado por meio da Internet permite a criação de produtos “customizados” e tende a ser mais barato do que as campanhas publicitárias realizadas em outros meios, que muitas vezes não atingem o público-alvo apesar do grande aporte de recursos. Ademais, considerando a caráter global dos principais produtos e serviços, muitas dessas atividades serão feitas pela matriz reduzindo o espaço para agência de publicidades brasileiras.

Para além dessa mudança no contexto das empresas, há também fortes mudanças no ambiente externo onde elas atuam. Os rápidos avanços tecnológicos estão provocando uma grande pressão competitiva sobre as organizações, o que levará à forte redução das taxas de lucro, deflação de preços e, por consequência, a falência de muitas delas.

Aqui entra uma questão essencial para pensarmos sobre o futuro do sistema, uma vez que a QRI implica numa substituição massiva de força de trabalho por bens de capital. Marx (1986) chama a atenção para o fato de que a lucratividade se estabelece pela relação entre o os custos salariais e o excedente econômico criado e também pela proporção entre o capital constante (bens de capital, matérias-primas, edificações, etc.) e o capital variável (utilizado para a contratação de trabalhadores) no capital total da empresa. O capital é constante porque toda a depreciação de seu uso deve ser integralmente repassada para o custo de uma nova mercadoria, de forma a recompor o valor para a sua substituição por um equipamento novo. Assim, o capital constante não cria valor. Quem o cria é o trabalhador, que no processo de trabalho produz tanto o valor equivalente para remunerar o seu trabalho, o chamado trabalho necessário, quanto o valor que corresponde ao lucro do proprietário, denominado de trabalho excedente ou mais valia. Se por acaso se diminuiu fortemente a participação dos salários na composição do capital, tem-se o fato de que a quantidade de lucro auferida tende a diminuir, mesmo que ocorra um aumento da produtividade com o novo bem de capital. Além disso, se a concorrência entre as empresas se intensifica em meio a uma queda da demanda, visto a diminuição potencial do mercado consumidor decorrente da eliminação de empregos. Por conta disso, as empresas buscarão diminuir ainda mais os seus custos e aumentar os investimentos em bens de capital, acentuando a tendência à queda dos lucros em termos sistêmicos.

Um problema adicional relacionado ao aumento da concorrência está relacionado ao que Brynjolfsson e McAfee (2015) denominam de economia do “vencedor leva tudo”, fazendo menção às características de novas empresas que se tornam tão hegemônicas em um setor, principalmente no campo das TICs e do entreteni-

mento, que o concorrente relegado ao segundo posto torna-se insignificante frente à fatia de mercado do primeiro, ainda mais quando o serviço é disponibilizado de forma gratuita. Este é o caso do aplicativo de smartphones Waze, que permite ao motorista encontrar o melhor trajeto em seus deslocamentos dentro de grandes centros urbanos e que é considerado o melhor no mercado. Diante disso, o usuário poderia fazer a seguinte pergunta: se este aplicativo é o melhor e está sendo disponibilizado gratuitamente, por que eu o trocaria por outro que tivesse uma eficiência 5% menor? Isto é bem distinto de uma economia física: o mais sofisticado e o mais modesto restaurante podem conviver no mercado, visto que a limitação de espaço, a qualidade da comida e o preço fazem a diferenciação. Há espaço para todos de acordo com a sua segmentação no mercado. Como a economia digital se expande rapidamente por setores antes inimagináveis, aponta-se para o futuro um grande processo de concentração de riquezas e a eliminação em grande escala de empresas menos eficientes.

b) Impactos da QRI sobre o mercado de trabalho e a sociedade em geral

A questão do desemprego estrutural é uma tendência iniciada na TRI e que está sendo acentuada na QRI. Esta discussão não é nova no campo da sociologia do trabalho, vide as obras de Jeremy Rifkins (1995) e Domenico de Masi (2000). Diferentemente de outros momentos históricos em que houve uma forte modificação na estrutura do emprego, em que outros ofícios, a guerra e a migração resolveram parcialmente este problema, não se apresenta hoje no horizonte válvulas de escape por onde a população trabalhadora excedente pode encontrar novas oportunidades de sobrevivência. Se excluirmos a opção nefasta de diminuição da oferta de força de trabalho por meio de guerras catastróficas, como as duas Grandes Guerras do século XX que ceifaram quase que 100 milhões de vida, não sobra nem a opção da imigração em massa, mas os países que poderiam absorver mão-de-obra excedente também possuem elevado número de desempregados, motivo pelo qual aumenta a xenofobia em todo o mundo, tanto na Europa como nos Estados Unidos ou na África do Sul.

Há um discurso difundido de que a criação de novas tecnologias traz consigo a criação de uma nova onda de oportunidades de emprego. De certa forma, isto se verificou não porque os setores que receberam inovações tecnológicas não criaram postos de trabalho adicionais, pois, quando um empresário opta por trocar trabalhadores por máquinas o seu objetivo é diminuir a quantidade de pessoas e aumentar a produção per capita dos trabalhadores remanescentes. De fato, o aumento da oferta de empregos ocorre em outros setores, tanto pela sofisticação do nível de vida da população em geral, que passa a demandar uma maior gama de serviços pessoais, como pela criação de novas mercadorias ou ramos produtivos, tal como ocorreu com o desenvolvimento do setor de informática nos últimos 30 anos.

É interessante verificar que o desemprego industrial atinge economias que até há pouco tempo eram consideradas de baixos salários, como a da China. Esta, de-

vido à reestruturação de sua economia, que passou a privilegiar o desenvolvimento do mercado interno e do setor de serviços (na China este setor responde por apenas 50% do valor agregado), os salários industriais do país já são superiores a países como Brasil e México e próximos aos pagos em países da periferia da União Europeia (Folha de São Paulo, 2017). Por conta disso, a China não apenas está desenvolvendo a sua estratégia produtiva para a QRI como também suas empresas têm intensificado a utilização de robôs na linha de montagem. A empresa Foxconn, maior empresa mundial de subcontratação na área de montagem de equipamentos eletrônicos, anunciou que em 2016 que substituiu 60 mil trabalhadores por robôs em suas plantas na China. De acordo com a declaração da empresa:

“Estamos aplicando a engenharia robótica e outras tecnologias de fabricação inovadoras para substituir as tarefas repetitivas feitas anteriormente pelos funcionários, e por meio do treinamento, permitir que nossos funcionários se concentrem em elementos de maior valor agregado no processo de fabricação, tais como pesquisa e desenvolvimento, controle de processo e controle de qualidade” (BBC News, 2016). (tradução MCP)

Por outro lado, o país tem incentivado suas empresas a comprar companhias de tecnologia ao redor do mundo, como já ocorrera com a compra da divisão de computadores pessoais da IBM para a chinesa Lenovo. A mais recente investida foi a aquisição da empresa KUKA Industrial Robots pela chinesa Midea, passo importante para a China ter acesso a engenharia de ponta num setor essencial para a QRI (REUTERS, 2016). É preocupante e também que o Brasil está passando ao largo da QRI e da discussão sobre a modernização de sua estrutura econômica e da melhoria de sua oferta no mercado internacional, que ainda está centrada na exportação de commodities de baixo valor agregado.

Desde a década de 1980, a desindustrialização veio acompanhada pelo incremento do setor de serviços. Isto pode ser observado na distribuição da produção econômica por setores em países diversos países, como Estados Unidos e Brasil, onde se verifica um grande peso para as atividades de serviços e a menor participação de setores produtivos, como a indústria e a agricultura.

Nos EUA, temos a seguinte proporção: agricultura: 1,1%; indústria: 19,4%, serviços: 79,5%. No Brasil a situação não é muito distinta: agricultura: 6,3%, indústria: 21,8%, serviços: 72% (CIA. The World Factbook, 2017). Mas dessa vez não se pode esperar a salvação vinda deste setor, pois além de se aprofundar o desemprego na indústria por conta da maior automação e do uso de outras inovações como a manufatura aditiva (Impressão 3D), é também fato que as atividades de serviços são mais suscetíveis de serem digitalizadas, aprofundando o desemprego estrutural.

Ainda há que considerar que o setor de serviços é aquele que absorve a maior parte da mão-de-obra sem qualificação e sem esta possibilidade de acesso ao emprego, o problema social tende a se agravar, isto é, se forem mantidos os pressupostos da economia da economia atual.

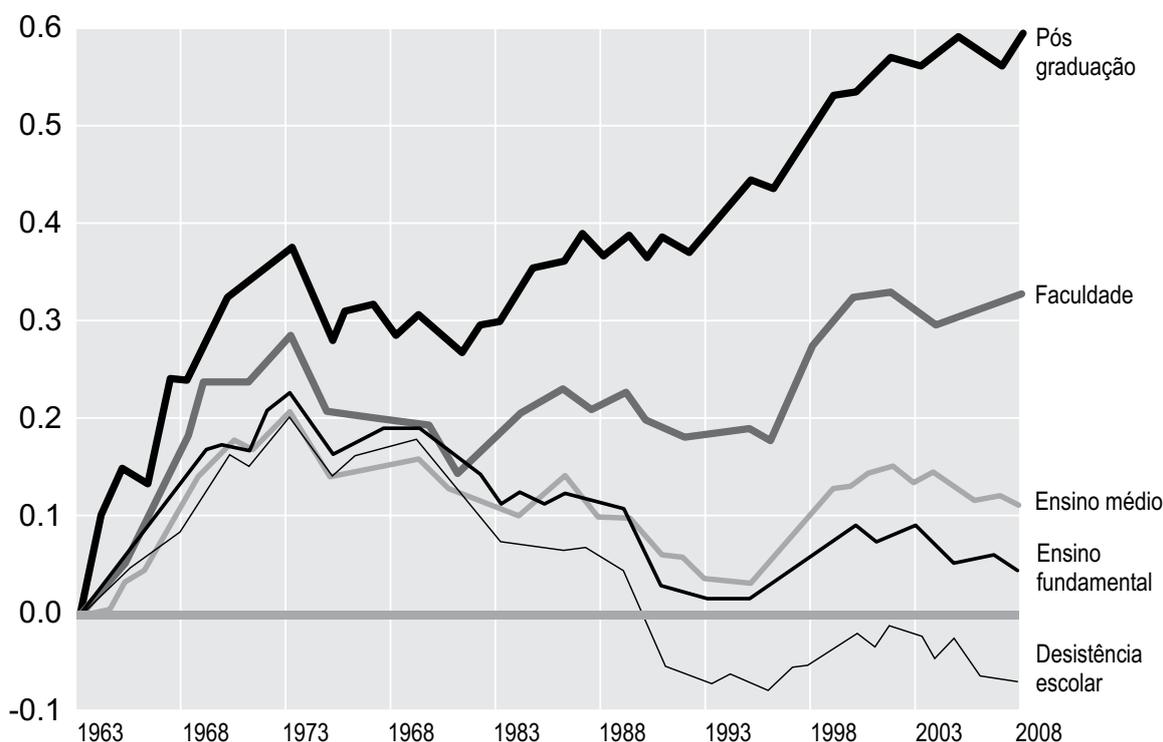


Figura 3 – Estados Unidos: evolução dos salários médios por faixa de escolaridade. 1963-2008.

Fonte: BRYNJOLFSSON, E. McAfee, A (2015).

Outra característica que impacta fortemente o mercado de trabalho é o aumento da disparidade de renda entre os diferentes níveis de escolaridade. O exemplo dos Estados Unidos não é um caso isolado, visto que o rendimento das pessoas com maior qualificação tende a se separar daquelas com menor escolaridade. Vale notar que o nível salarial dos trabalhadores que possuem até o ensino superior incompleto é inferior ao nível auferido em 1973. Pior para a condição dos trabalhadores sem o ensino médio completo, que recebem salários inferiores ao nível de 1963! Em países industrializados da Europa ocorre o mesmo problema. É justamente entre estes segmentos que surgem os movimentos xenófobos de extrema direita que alimentam o ódio aos imigrantes e à globalização econômica. Foi justamente nesse meio onde prosperou o discurso da saída do Reino Unido da União Europeia e onde Donald Trump arrebanhou muitos votos que antes eram destinados aos democratas, como na Região do “Cinturão da Sucata”, nos Grandes Lagos, onde foram eliminados milhões de empregos em indústrias do ramo metalomecânico.

Associado ao tema das disparidades de renda, a QRI traz consigo a questão da desregulamentação do mercado de trabalho, uma vez a legislação trabalhista em vigência no Brasil é um instrumento para refrear a queda de renda e criar um patamar mínimo de dignidade para a força de trabalho inserida no mercado formal. De um lado, as possibilidades abertas pela tecnologia permitem ao empregador usufruir do

serviço do trabalhador muito além do que os limites da jornada normal de trabalho, além de proporcionar um forte aumento da produtividade.

Na Primeira Revolução Industrial, por conta das novas máquinas, os empresários centralizaram a força de trabalho nas fábricas e a submeteu a uma disciplina militarizada. Já na QRI, é possível continuar explorando a força de trabalho desde a casa dos trabalhadores, que muitas vezes utilizam os seus próprios bens de capital, como o computador, o smartphone, a energia elétrica e a conexão de Internet para a realização de diversos tipos de tarefas, como venda, programação, revisão de textos, traduções, etc. Também possibilita a produção industrial por meio de impressoras de 3D cada vez mais baratas. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de se retornar a um padrão de produção anterior ao período da Primeira Revolução quando os empresários organizavam o trabalho doméstico por meio do sistema putting-out, quando os burgueses disponibilizavam para os trabalhadores no campo as ferramentas necessárias e as matérias-primas para a produção em suas próprias casas.

Nesse sentido, eliminar a regulamentação do trabalho revela-se uma necessidade para os empresários possam enfrentar a concorrência, melhor utilizar a força de trabalho, contratar empresas terceirizadas sem responsabilidades compartilhadas, dispensar os trabalhadores em momentos de baixa procura e não assumir custos trabalhistas que podem encarecer a sua produção em comparação com países onde esses custos são mínimos.

A situação da classe trabalhadora no México é dramática, visto que o país foi um dos primeiros a adotar políticas liberalizantes de desregulamentação do mercado de trabalho ao se incorporar ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em inglês). Ora se o empresário mexicano pode pagar dois dólares para um operário da indústria automobilística e não tem que enfrentar a represaria do Ministério Público e da Justiça do Trabalho, por que não se poderia fazer o mesmo no Brasil ¹⁶. Na perspectiva desses empresários, a legislação enrijece o mercado de trabalho e reduz a competitividade da indústria brasileira.

A questão da desregulamentação não diz respeito apenas aos empregados com carteira assinada. Diz respeito também a profissões que são regulamentadas por Conselhos profissionais ou por legislações específicas, como corretores de imóveis, contadores, taxistas, médicos, advogados, engenheiros, etc. No caso dos taxistas, a criação de uma plataforma digital como o Uber subverte toda a legislação dos municípios sobre o serviço de transporte individual de passageiros. Do ponto de vista tecnológico, problemas similares podem afetar outras profissões. A plataforma TurboTax, de assistência para serviços de contabilidade e recolhimento de impostos, nos Estados Unidos, oferta o seu serviço a um custo muito inferior ao que seria devido a um contador individual, retirando grande parte do trabalho deste. Plataformas como o AirBnB permite o aluguel de residências para turismo no mundo inteiro, competindo não apenas com a rede hoteleira, mas também com os corretores de imóveis. Similar a isso, a plataforma Decolar.com concorre com milhares de agên-

16 - A Audi, que vai iniciar a produção de carros de luxo na cidade de São José Chiapa, afirmou que 230.000 pessoas se candidataram às 4.200 vagas oferecidas para receber uma média de US\$ 7.200 por ano no caso dos operários da linha de montagem e um pouco menos que o triplo no caso dos engenheiros. A Ford e outras montadoras americanas que operam no México pagam salários de cerca US\$ 1,50 a US\$2,30 por hora (Roger e Althaus, 2016)

cias de turismo ao oferecer a possibilidade de se comprar passagens aéreas, reservar quartos em hotéis e alugar carros.

Merece referência a plataforma TaskRabbit, também dos Estados Unidos, de contratação de mão-de-obra temporária para os mais variados tipos de trabalho, o chamado “bico”. Sua funcionalidade se assemelha a um Uber para a contratação de trabalhadores desempregados que se sujeitam a qualquer tarefa que lhes dê alguma oportunidade de ganho.

A associação entre queda no salário real, eliminação do emprego formal, desregulamentação do mercado de trabalho criar um cenário muito complicado para a atuação do movimento sindical, no Brasil e no mundo. A situação tende a ser pior do que o processo levado a cabo na década de 1980, quando as políticas liberalizantes contribuíram para desregulamentar o mercado de trabalho e impor derrotas significativas ao movimento sindical, como ocorreu durante a greve dos mineiros na Inglaterra, entre os anos de 1984 e 1985. Desde então, o movimento sindical classista nunca mais recobrou sua força e os partidos vinculados aos trabalhadores tiveram que se deslocar para o centro político com vistas a ampliar sua base eleitoral frente à diminuição de sua base histórica.

O que é diferente nesta situação é o forte impacto da tecnologia nos mais variados tipos de negócios, que potencializam a escala de produção, mudam a relação de tempo e espaço no processo produtivo, barateiam o preço das mercadorias, burlam regulamentações e levam à diminuição acentuada do volume de trabalhadores, principalmente daqueles com menor qualificação. Nas fases anteriores, a tecnologia disputava espaço com o trabalhador qualificado, hoje, por conta de novos e baratos robôs, ela disputa espaço com o trabalhador com menor habilidade técnica. Ademais, o crescente desemprego estrutural será uma força poderosa contra a valorização dos salários.

Neste sentido, a atuação sindical deverá se concentrar prioritariamente na definição das regras gerais de regulamentação do mercado de trabalho e com menor ênfase nas reivindicações específicas de cada categoria profissional, já que será muito difícil criar pisos salariais para diferentes categorias que se situem muito acima do salário mínimo, política que vem sendo alvo de críticas por impedir uma maior flexibilidade para a massa salarial. Adicionalmente, a atuação sindical e dos partidos populares deve se pautar pela defesa dos atuais direitos trabalhistas, visto que são eles que permitem alguma dignidade para o trabalhador, como férias, seguro-desemprego, previdência social, etc. Isto porque, do ponto de vista dos empresários, seria a melhor manter a classe trabalhadora em constante agonia e ansiedade, sem saber se terá o que comer no dia seguinte, porque assim poderia dispor da força de trabalho em condições ideais para garantir uma lucratividade que tende a se reduzir nas décadas vindouras.

Considerações finais

Cabe destacar que este cenário pessimista sobre o futuro da economia e do lugar da classe trabalhadora é construído a partir da hipótese de que as forças econômicas e políticas atuais ainda manterão a hegemonia na sociedade, e que as enormes disparidades de renda e de oportunidades seriam absorvidas pela massa da população de forma passiva. Mas a História não mostra isso. As mudanças na infraestrutura exigem que ocorram mudanças no campo da institucionalidade e da cultura como a única maneira de reorganizar o convívio social. Os avanços tecnológicos criados sob o capitalismo exigiram uma mudança profunda na institucionalidade do Antigo Regime que implicava na instituição da liberdade pessoal e na igualdade formal entre os indivíduos para se concretizar. Num regime escravagista os trabalhadores não tinham interesse no avanço da produtividade. Já no regime de assalariamento, por mais que as condições sociais fossem precárias existia, ao menos do ponto de vista formal, a possibilidade de o indivíduo ser recompensado por um esforço adicional, daí o seu interesse pelo aumento da produtividade.

A sociedade que vai emergir da Quarta Revolução Industrial terá os seus próprios desafios e exigirá modificações institucionais para poder vingar os seus mais promissores frutos. Não será possível conviver com uma desigualdade social que tende a se ampliar. Se os empregos e os salários tendem a se escassear, haverá de se criar outros mecanismos para que as pessoas possam ter a renda que lhe garanta o acesso aos bens de uma vida confortável. Nesse aspecto, será essencial o papel que o Estado deverá assumir para regular o fluxo da renda, seja pela criação de empregos em infraestrutura e serviços sociais em larga escala, seja pela instituição de uma renda mínima para cada família, seja ainda pela criação de espaços produtivos comunitários. Não cabe no escopo desta reflexão dar o nome a esta nova organização da sociedade, mas apenas constatar que o Estado e a sociabilidade deverão ser reinventados.

Cabe lembrar que a QRI não implica no fim do trabalho, mas do emprego tal como conhecemos hoje. O capitalismo é uma sucessão de ciclos caracterizados pelo processo de "destruição criadora", tal como definiu Joseph A. Schumpeter. Cada inovação implica em destruição das formas de produção menos eficientes, isto vale para o motor a explosão interna, que está sendo suplantado pelos motores elétricos, como também para o compact disc (CD) que foi superado pela música on line. Por mais que a produção de bens e serviços possa ser multiplicada, isso não implica que todas as pessoas terão acesso a esses bens apenas pela venda de sua força de trabalho, porque a estrutura produtiva deixará de requer a quantidade de trabalhadores demandada atualmente. O emprego pode ser reorganizado de forma a ser menos penoso, de reduzir sua intensidade, de reduzir a jornada de trabalho e de ser exclusivamente remunerado pelas empresas. Não há um único caminho em se tratando da História.

Por outro lado, por mais que a produção industrial possa saturar as pessoas com mais bens de consumo, ainda haverá uma ampla variedade de serviços pessoais e culturais necessários para construir uma sociedade mais desenvolvida.

Em um país como o Brasil, com grandes deficiências de infraestrutura, moradias e carência de equipamentos sociais como escolas, hospitais, clubes, praças, transporte público de qualidade, etc. não faltarão oportunidades para a criação de emprego e renda.

Mais ainda, como a forma de se produzir e de se consumir criada pelo capitalismo deixou um passivo ambiental de grandes proporções, há muito espaço para os investimentos que viabilizem a recuperação do meio ambiente. A tecnologia pode contribuir decisivamente para tanto, mas sempre será necessário um contingente de trabalhadores para levar adiante esta tarefa.

A formação acadêmica e a qualificação profissional de hoje em dia já devem considerar as competências as habilidades para que as pessoas possam conviver com um mundo em rápida transformação. Da mesma forma, é importante pensar em termos filosóficos e morais para fazer frente ao avanço da tecnologia, que colocará em xeque valores tradicionais, sejam eles relacionados às possibilidades abertas pela Inteligência Artificial, que poderá criar máquinas mais inteligentes que seres humanos, ou ainda os desafios éticos relacionados à manipulação genética e à reprogramação do DNA dos organismos vivos. Os desafios são inúmeros, mas o caminho aberto pela onda de tecnologias trazidas pelas QRI pode ser luminoso, no sentido de mitigar as angústias e ansiedades do homem contemporâneo.

Finalmente, cabe frisar que as escolhas tecnológicas são feitas pelos homens dentro do ambiente em que vivem e dentro das condições culturais e políticas de cada época. Não há um único caminho e não há uma única escolha. Vivemos numa sociedade que dominou a natureza e que, se quisesse, poderia garantir as necessidades básicas para toda a população do mundo. É preciso fazer da tecnologia um instrumento para a felicidade humana e não tornar os seres humanos escravos da tecnologia e do lucro desenfreado.

Referências Bibliográficas

ANFAVEA (2016). Anuário da Indústria Automobilística Brasileira, 2016. Disponível em: http://www.automotivebusiness.com.br/abinteligencia/pdf/Anfavea_anuario2016.pdf Acesso em 10/04/2017.

ASHTON, T S (1971). A revolução Industrial. Lisboa, Publicações Europa-América.

BBC Brasil (2016). 'Quarta revolução industrial': Como o Brasil pode se preparar para a economia do futuro. 22/01/2016. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160122_quarta_revolucao_industrial_mw_ab. Acesso em 10/04/2017.

BBC NEWS (2016). Foxconn replaces '60,000 factory workers with robots'. 25/05/2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/technology-36376966>. Acesso em 10/04/2017.

BERGER, Suzanne (2005). How we compete. What Companies Around the World Are Doing to Make it in Today's Global Economy. MIT Industrial Performance Center. Boston, 2005.

BRAVERMAN, Harry (1980). Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar.

- BRYNJOLFSSON, E. McAfee, A (2015). A segunda era das máquinas. RJ. Alta Books.
- CIA. The World Factbook (2017). Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>. Acesso em 10/04/2017.
- DE MASI, Domenico (2000). O ócio criativo. Rio de Janeiro: Sextante.
- DIAMOND, Jared.(2004) Aço, germes e armas. São Paulo: Rio de Janeiro: Record.
- EL PAIS (2016). Impacto de las nuevas tecnologías en la economía. 12/08/2016. Disponível em: http://elpais.com/el-pais/2016/08/12/media/1471023805_310366.html?id_externo_soc=GO_CC. Acesso em 10/04/2017.
- EL PAIS (2016 a). Estamos diante do fim das energias fósseis. Entrevista com Jeremy Rifkin. 26/07/2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/21/tecnologia/1469105247_499897.html. Acesso em 10/04/2017.
- FOLHA DE SÃO PAULO (2017). Trabalhador brasileiro já ganha menos do que um chinês, aponta estudo. 05/03/2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1862186trabalhadorbrasileirojagahamenosdo-queumchinesapontaestudo.shtml>. Acesso em 10/04/2017.
- HOBBSAWM, Eric. (1986) Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- ITU (2016). ICT facts and figures. Disponível em: <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2016.pdf>. Acesso em 10/04/2017.
- MARX, Karl (1986). O Capital. São Paulo: Nova Cultural. v. I.
- MAZZUCATO, Mariana (2014). O Estado empreendedor. São Paulo: Portfolio-Penguin.
- OXFAM (2017). Uma economia para os 99%. 16/01/2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/uma-economia-para-os-99>. Acesso em 10/04/2017.
- PIRES, Marcos Cordeiro. O lugar da periferia na nova economia mundial. Cadernos de Estudos Culturais: eixos periféricos. V. 4, n. 8 2012. Campo Grande - MS. Editora UFMS. P. 123-138. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115182/ISSN19847785-2012-04-08-123-138.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso 10/04/2017.
- REUTERS (2016). China's Midea receives U.S. green light for Kuka takeover. 30/12/2016. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-kuka-m-a-mideamidea-group-idUSKBN14J0SP>. Acesso em 10/04/2017.
- RIFKINS , Jeremy(1995). O fim dos empregos. São Paulo: Makron Books.
- ROGERS, C. e ALTHAUS, D. "Mão de obra escassa ameaça boom do setor automotivo no México". In: Wall Street Journal Americas. Valor Econômico, 15/08/2016, p. B11. Disponível em: <http://dana.com.br/canaldana/2016/08/16/mao-de-obra-escassa-ameaca-boom-do-setor-automobilistico-no-mexico-2/>. Acesso em 10/04/2017.
- SCHMIDT, Eric; COHEN, Jared. A nova Era Digital. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.
- SCHWAB, Klaus (2016). The Fourth Industrial Revolution. Geneva- Switzerland: World Economic Forum.
- SMITH, Adam (1996). A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural/ Círculo do Livro.
- UOL (2016). Carro sem motorista acelera passo rumo às ruas dos EUA. 10/02/2016. Disponível em: <https://tecnologia.uol.com.br/noticias/afp/2016/02/10/carro-sem-motorista-acelera-passo-rumo-as-ruas-dos-eua.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 10/04/2017.
- WEF (2015). World Economic Forum. Global Agenda Council on the Future of Software & Society. "Deep Shift Technology Tipping Points and Societal Impact". Survey Report, September 2015. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GAC15_Technological_Tipping_Points_report_2015.pdf. Acesso em 10/04/2017.

Palestra - Roberto Troster

Roberto:

Boa tarde. Eu queria agradecer muito o convite, gostei muito da palestra do professor Reinaldo. Só uma discordância, dizem que quando duas pessoas pensam iguais quer dizer que nenhuma das duas pensa.

Eu acho que a recuperação pode ser um pouco melhor. Também gostei muito do que o Ari falou, mas acho que a gente não tem que esperar um presidente, um salvador da pátria, não podemos deixar Brasília resolver o que é bom para nós, e acho que a base tem que vir daqui.

E discordo sobre essa questão de honestidade do brasileiro. Eu sou filho de gringo de continentes diferentes, acho que na média o brasileiro é mais honesto do que muitos estrangeiros.

O ponto é o seguinte, senhores, eu quero responder o que a gente pode fazer para crescer mais rapidamente.

Tem um ditado, de um escritor russo, que diz que "na alegria, todas as famílias são iguais, na tristeza cada uma é diferente de um jeito". Eu acho que o Brasil tem características especiais que estão muito vinculadas à questão dos juros. Eu trabalho em Banco, trabalhei na FEBRABAN, e aí acho que tem solução. Então vamos lá.

A grande pergunta que o Reinaldo colocou muito bem, todas as grandes variáveis foram resolvidas, nós temos a inflação na meta, juros básicos caindo, o governo aprovou tudo que quis. Tem estabilidade política, mas o país não anda, e não anda porque tem desemprego e desemprego é a parte mais dolorosa. Você como ser humano vira um lixo, a sociedade não te quer mais porque você não consegue se provar. Tem até um ditado que diz que "quando o dinheiro não entra pela porta, o amor vai embora pela janela", e é muito verdadeiro.

Eu vou cansar vocês um pouquinho aqui com as previsões de crescimento da economia no começo do ano passado. Elas foram melhorando até agosto - no último dia está em 0,4%. Mesmo com a projeção da safra maior - nós vamos ter uma boa safra -, a projeção de crescimento está caindo. Então, se está tudo dando certo, por que o mais importante, que é crescer e dar emprego, não está dando certo? Essa é a grande questão.

Do que depende uma solução para uma crise de um país? Depende de duas coisas: do ambiente externo, quando os preços das commodities sobem, as expor-



tações do Brasil sobem, e vai tudo bem. O segundo fator é de uma coisa chamada governança. O que é governança? Capacidade de ação do governo. O governo tem capacidade de ação, domínio concreto, o ambiente externo é favorável para o Brasil, você tem preço de commodities em alta e juros internacionais baixos. E as outras duas coisas são o diagnóstico de estratégia e a superação.

O que o governo está fazendo está certo, mas está incompleto, está com o diagnóstico equivocado do que está acontecendo. Eu vou dar três exemplos. O primeiro foi na década de 30, quando houve a crise do café (em 1929), e olha quanto cresceram os países depois da crise. O Brasil fez a coisa certa, as reformas institucionais, a Lei de Câmbio, ou a Lei Trabalhista daquela época, do Oswaldo Aranha, criou a Companhia Siderúrgica Nacional, queimou café, viu qual era a situação e agiu sobre ela, e o país cresceu. O Brasil cresceu 11,7%, o Chile caiu quase 17%, o Uruguai, quase 9%, a Venezuela, 8%.

A Argentina subiu quase 9%, o Brasil um pouco mais, mas o México fez o dobro do Brasil. O Equador e o Chile, o triplo, o Uruguai e o Paraguai quase quatro vezes mais, e o Peru e a Bolívia, quase cinco vezes mais. Atuaram sobre os problemas e fizeram a coisa certa, e começaram a crescer.

A Grécia está caindo 26% e a Islândia subindo 10%. Os dois passaram por uma crise bancária, sendo que a crise na Islândia foi maior do que a da Grécia. A Islândia cresceu enquanto a Grécia caiu, por quê? Porque a Islândia foi exatamente à questão do crédito, atuando na questão do crédito, resolveu o problema e o país voltou a crescer. O desemprego na Grécia está acima dos 20%, na Islândia está 4%, a dívida pública caiu.

O que aconteceu no Brasil? Eu acho que o problema fiscal piorou depois da crise. Vocês veem aqui (no gráfico): são os dados da dívida pública; quando começa a crise, a dívida pública começa a crescer. Então, não se pode falar que a origem da crise é fiscal, pois os números mostram outra coisa. Falam que o risco do país piorou, o risco Brasil está caindo, ou seja, o problema fiscal não é o que atrapalha, se a gente vê investimento externo, sem entrar no mérito. Na verdade, a renda fixa está aumentando e não diminuindo.

E aí a gente vê arrecadação de impostos caindo por causa da crise. O que acontece? O crédito é caro, as pessoas atrasam os impostos, têm que pagar uma taxa, se a taxa atrasa crédito, tem que pagar uma taxa maior, vende menos, e acaba atrasando o imposto, é óbvio. É mais fácil atrasar no imposto do que atrasar no crédito. Vemos que o Brasil tem todos os sintomas de uma crise de crédito de “desalavancagem”, aperto no crédito, redução das concessões, encolhimento da oferta, margens mais altas e morosidade generalizada.

Aqui está um gráfico mostrando as concessões de crédito, “eu não sei o que está acontecendo aí, você deve estar fazendo coisa errada”. Bom, pessoal, um gráfico está aí, concessões de crédito, valores nominais estão caindo, o saldo de crédito está caindo, o que quer dizer, você está fazendo transferência de renda do setor não financeiro para o setor financeiro, você está fazendo a maior transferência da história, como o crédito está encolhendo as pessoas... Juros da dívida pública são 6,5%, e juros da dívida privada são 10,5% do PIB, quer dizer, 60% a mais do que os juros

da dívida pública. Todo mundo até aqui está pagando juros sobre juros e como está diminuindo o saldo, é transferência de riqueza de um setor para o outro.

Aqui as taxas de juros (só para mostrar o Banco Central) mostram que a taxa de juros média é de 32%, mas se a gente vir que esses itens aqui - cartão e cheque especial -, estão acima de 300%, já dá uma taxa média se todo o resto for 0% acima de 70%, quer dizer, tem um problema de transparência também. A inadimplência começou antes da crise, e piorou com ela. As recuperações judiciais estão aumentando. O que você faz se não tem crédito? Você diminui estoque, atrasa fornecedores, encolhe operação, não financia o cliente. E se você tem o nome sujo, é preciso pagar à vista, e então acaba demitindo gente, fechando a fábrica. Os únicos que estão ganhando muito hoje com a crise são os vendedores de placas "aluga-se e vende-se" (risos), são os que mais crescem no Brasil.

E você pode estar tendo essa crise de crédito por quatro motivos diferentes. Existe uma coisa chamada externalidades. Vamos supor que a padaria do Ari quebra, eu vi a padaria da esquina de casa, onde eu sempre ia. O que aconteceu? Com a crise, começou a ter menos produto, cortou funcionário, foi enxugando, e a qualidade do serviço caiu. Não é só a padaria que fecha, todos os seus fornecedores também perderam, os clientes perderam, todos os funcionários da padaria perderam, e isso se chama externalidade do crédito. As externalidades também são familiares: se eu tenho um problema financeiro, minha mulher e meu irmão também têm. O Ari se fosse meu amigo também teria... (risos). Você tem também efeito dominó: alguém não paga a padaria, a padaria não paga o fornecedor, o fornecedor não paga o outro, e o crédito está no centro dos problemas.

Por que você tem a crise de crédito no Brasil hoje, são quatro coisas que se combinam. Tem uma coisa que é chamada equilíbrio perverso, e o que é um equilíbrio perverso? Imaginem que nós todos moramos em volta de um lago, e pescamos em volta desse lago. Aí, o Jaime, mais esperto que o resto, diminui um pouquinho o tamanho da rede dele. O que acontece? Todos os outros têm que diminuir o tamanho da rede por causa dele. Se você não põe o tamanho mínimo, o que acontece? No sistema financeiro está acontecendo exatamente a mesma coisa: por um lado, a taxa básica está caindo e as taxas de juros continuam aumentando, apesar da taxa cair, porque cada um faz uma coisa que se chama empréstimo.

É só para mostrar que há empresas em que as perdas são 76% da receita, então, o que fazer? Ele empresta para um monte de gente, mas todos são maus pagadores. Então, torce-se para alguém pagar, mas fazendo isso se estraga o crédito dos outros e aí os outros estragam dos outros e assim vai. Esse enxugamento de liquidez é o grande problema da economia.

Aqui (no gráfico) há mais números ilustrando isso: você tem taxa para crédito pessoal que vai de 5% a 1.100%, e você permite que qualquer um faça o que quiser e ainda aparece na televisão e anuncia e esse tipo de coisa. Por último, tem o sistema financeiro... A justiça social é injusta, veja o caso que foi falado, do professor que ganha e se aposenta antes.

Aqui é só um exemplo numérico mostrando como no Chile, que tem taxas trinta vezes mais caras, e alguns de seus Bancos (são onze que operam nos dois países) têm a mesma rentabilidade que estão tendo aqui. Todo mundo fala dos lucros

dos Bancos. Os lucros dos Bancos brasileiros, apesar de grandes, são de empresas medianas. Eu acho que o grande problema dos Bancos não é a ganância (eles são tão gananciosos como qualquer um, são míopes, são conservadores, não querem mudar as coisas). Você vê que o mundo é outro, quem manda é o sistema, na época de inflação era uma coisa e agora é outra.

E para concluir: como superar a crise? Depende da gente, e tem uma coisa que me incomoda e que todo mundo fala, que país rico é país sem pobreza. Errado. País próprio é país sem pobreza, e eu explico por que: o cara rico, por exemplo, tem um sítio e no sítio ele encontra um pouco de ouro. O que acontece? Ele ficou rico e todo mês ele extrai um pouco de ouro e vive disso. Mas no dia que acaba o ouro, ele está pobre de novo, ele está tirando do estoque dele. Quando a gente fala que alguém é rico, a gente está falando de uma questão estática, agora, se ele pegar esse mesmo ouro e em vez de gastar ele fizer uma horta, um estábulo...

Palestra - Henrique Castro

Henrique:

Eu gostaria, antes de tudo, dizer da minha satisfação em estar aqui, agradecer ao Instituto de Altos Estudos da UGT pelo convite, é sempre um prazer. Eu desejo de alguma maneira retornar àquilo que o povo brasileiro nos dá e que não é apenas o nosso salário, mas uma universidade pública na qual podemos fazer pesquisa, aprofundar os conhecimentos sobre o Brasil e trazer um pouco desse conhecimento para discutir com vocês.

É importante dizer que na universidade nós não descobrimos a verdade, nós estudamos a realidade, e, uma realidade que vocês vivenciam, então, por favor, entendam as poucas coisas que vou falar como insumos para debate.

O tema dessa mesa é sobre as reformas que o Brasil precisa. Mas eu vou falar mais sobre o que somos nós, brasileiros, e como o Brasil é governado, ou seja, os desafios que nós temos de mobilização para podermos de fato mudar esse país.

Ultimamente vem acontecendo muita coisa no Brasil: manifestações de ruas, a derrubada de uma Presidenta da República, investigação e prisão de empresários, o autoritarismo do judiciário, como foi comentado pelo Professor Benício.

Nós temos ainda uma outra novidade neste país, que é a da direita se assumir como tal - sempre houve direita no Brasil, mas era uma direita que se travestia até de esquerda e hoje ela se assume publicamente. Essas são algumas pequenas novidades no Brasil, mas, no entanto, paradoxalmente, eu penso que no fundamental a política brasileira não mudou.

As decisões continuam sendo tomadas por cima, com acordo de elites, desconsiderando a maioria da população e eu vou falar um pouco mais a respeito disso. Mas mais paradoxalmente ainda, o Brasil mudou em outros aspectos, e muito. O país em que eu nasci, em que a maior parte das pessoas aqui também nasceu, é um país completamente diferente do atual. Na minha infância, era comum que a classe média não tivesse luz elétrica em casa. Hoje, temos uma eletrificação quase que total, uma universalização do ensino fundamental (mesmo com uma qualidade de ensino muito baixa), um maior acesso à universidade, uma maioria da população vivendo em cidades, eleições em todos os níveis, liberdade de expressão. Aqueles que como eu cresceram durante uma ditadura sabem o quanto isso significa, mas, no entanto, o Brasil permanece o mesmo em relação à concentração de poder econô-



mico e político em pequenas elites, e, elites não só de direita, instabilidade política, acordos por cima, um verdadeiro apartheid social, desapego à democracia (vou passar alguns dados sobre isso logo adiante), falta de consensos mínimos em relação ao que deve ser o país, uma absurda concentração de renda - algo que só existe no Brasil, quer dizer, existem em alguns outros também, mas existe muito nosso, como a jabuticaba -, o liberalismo é autoritário - nós somos liberais e autoritários ao mesmo tempo e nisso não há mudanças substantivas ao longo do tempo.

Agora, no campo político, que é o enfoque da minha fala, os últimos eventos e notadamente a derrubada da Presidenta Dilma não implicaram uma mudança no padrão político brasileiro. Alguns até se assustaram com os últimos eventos, porque consideraram que havia uma democracia já estabelecida, consolidada no Brasil, porque se limitaram a olhar eleições. Mas democracia é muito mais do que eleições. Esses dados que eu vou passar para vocês, eu vou passar muito rapidamente: são de uma pesquisa chamada Pesquisa Mundial de Valores, desenvolvida em mais de cem países, e coordenada por mim Brasil. Essa pesquisa fala sobre cultura política, ou seja, o que as pessoas pensam sobre a política.

Eu vou trazer alguns dados rápidos para nós sabermos quem somos. Os brasileiros, no mundo, entre cerca de cem países pesquisados, são os que menos confiam uns nos outros. Nós não confiamos nos outros. Sei que existem alguns problemas técnicos nessa questão, mas é verdade que o nosso nível de desconfiança é muito alto.

Mais adiante, na pesquisa, há outra informação também para se pensar. Perguntamos sobre algumas instituições, comparando 2007 com 2014 (reparem bem, 2014 não é função dos últimos eventos, é antes disso), e o nível de confiança dos brasileiros em relação aos partidos políticos diminuiu: em uma escala de um a dez, de 2,6 passou para 1,9; em relação ao Congresso, de 2,9 passou para 2,3. Também houve diminuição da confiança nos sindicatos nos últimos tempos (já era baixa), ou seja, e assim sucessivamente. Se vocês notarem, o mais alto nível de confiança que os brasileiros têm é em relação às Igrejas em geral, não apenas Igreja Católica, e mesmo assim é baixo, em 1,6, ou seja, corrobora a visão anterior de que o nosso nível de confiança é baixo. Mais adiante, verificamos a medida de confiança na democracia, também de um a dez: em que medida é importante para o senhor e para senhora viver em um país governado de maneira democrática? De 6,2 em 2007 foi para 5,6 em 2017, ou seja, as pessoas estão se apegando menos à democracia.

Em que medida o Brasil está sendo governado de maneira democrática? Eu acho incrível que em 10, 8, diz que está sendo governado de maneira democrática, mas houve uma diminuição disso para 2017 e pior, quando falamos que é democrático as Forças Armadas assumirem o Governo se ele for incompetente, cerca de metade dos brasileiros disse (e aumentou em relação a 2007 para 2014) que isso faz parte da democracia.

Aqueles que viveram o regime militar sabem o quanto dói ouvir isso, mas vamos adiante para continuar conhecendo e depois discutir o que isso implica na política. O professor Benício falou sobre a questão que o nosso nacionalismo tem diminuído, vejam este gráfico, essa linha azul, que está lá em cima e decaí, mostra de 1990 até agora: perguntou-se às pessoas o quanto elas são orgulhosas de serem

brasileiras e houve uma diminuição significativa nesse nível. Para ficar claro o que isso significa, vamos comparar com outros países: no Brasil temos cerca de 34% das pessoas dizendo que são muito orgulhosas de serem brasileiras.

Se pegarmos, por exemplo, a Índia, o resultado é 72%, mais que o dobro; Estados Unidos, 60%; África do Sul, 63% e assim vai. E para nos preocuparmos um pouquinho mais: os jovens são menos orgulhosos do Brasil do que os mais velhos, ou seja, somos em geral menos orgulhosos, mas os jovens são menos orgulhosos ainda. Ou seja, nós não estamos tão bem assim, se olharmos como é a nossa população, e, esse é o povo brasileiro.

A maior parte das pessoas entrevistadas são de baixa renda e baixa escolaridade. Essa mostra representa a população brasileira, então, notem que o quadro não é muito bom, mas para piorar, se olharmos para a história política brasileira, o importante é o seguinte: desde 1935, apenas quatro presidentes que foram eleitos concluíram os seus mandatos - eu não considero que a Presidenta Dilma tenha concluído seu mandato, alguns colegas consideram porque ela concluiu um mandato, mas na minha percepção ela não está entre esses quatro, que foram Gaspar Dutra (de 1946 a 1951), Juscelino (de 1956 a 1961), todo o regime militar, depois teve o Jânio que não foi eleito, o Jango que não foi eleito e não concluiu, nós temos o Collor, depois da chamada redemocratização, que foi eleito, mas não concluiu o mandato, Itamar que não foi eleito, mas concluiu, depois temos Fernando Henrique com dois mandatos, e, Lula com dois mandatos, ou seja, o problema ou a coisa boa é que os dezesseis anos de aparente estabilidade política brasileira deram a impressão que nós tínhamos, de fato, apagado essa nossa herança maldita de sermos um país instável, no qual as elites mudam os governantes ao seu bel prazer. Tivemos um grande otimismo com o Lula, foi uma época em que muitas pessoas, independentemente de concordarem ou não com o Partido dos Trabalhadores, acreditavam que o Brasil tinha de fato chegado a um momento ótimo do país com a transição pacífica de Fernando Henrique para Lula, só que chega a Dilma e as coisas começam a não parecer tão bem, e eu não vou relatar os fatos aqui porque é conhecido de todos, um golpe branco como houve também com o Collor, independentemente de nós concordarmos com o presidente A ou o presidente B, o fato é que ambos foram tirados do governo do seu mandato de uma maneira no mínimo duvidosa, no mínimo no limiar da Constituição. A maior parte das democracias é muito cautelosa em tirar governantes.

A maior parte das democracias espera com muito carinho o final do mandato para assim haver dentro das regras vigentes, vingança nas urnas. Aqui não, nós esperamos e queremos que aquele que é diferente de nós seja retirado imediatamente, porque nós somos desconfiados, intolerantes, não acreditamos no outro. Mas isso não se dá pela população, que é usada de uma maneira muito vil pelas elites, as elites simplesmente se usam do movimento popular para fazer valer os seus interesses. É difícil para nós, que participamos do movimento popular, nos darmos conta disso, que somos na maior parte das vezes utilizados como massa de manobra e a população fica atônita vendo os acontecimentos. Isso acontece desde a proclamação da República.

E é justamente esse domínio das elites que faz com que vejamos o descalabro

que está existindo no Brasil hoje. Se olharmos o que está sendo feito pelo Governo Federal, no Congresso Nacional, as chamadas mudanças na previdência, a retirada de direitos sociais, isso é feito completamente à revelia de tudo o que foi dito, e inclusive por aqueles que estão defendendo essas mudanças, eles o fazem olhando para outro lado, que não a população que saiu às ruas, independentemente de ter sido uma população que apoiou o golpe branco, não importa, era gente na rua e eles ignoram solenemente isso pra fazer valer os seus interesses.

Para concluir, eu gostaria de fazer uma comparação rápida entre o que aconteceu com a destituição da ex-Presidenta Dilma e dois outros importantes movimentos de massa no Brasil, que foram as Diretas Já e o Impeachment do ex-Presidente Collor. São situações completamente diferentes, momentos históricos diferentes, mas na minha concepção e é essa a provocação que eu queria trazer para vocês, os três fatos têm uma coisa em comum: movimento de massas, participação da população e ao final, decisão de elites ignorando a população. Cada um com as suas particularidades teve as seguintes características: intensa participação nos meios de comunicação - aqueles que viveram o movimento das Diretas Já devem se lembrar que a TV chamava para as manifestações, não apenas a TV, governadores de Estado liberavam o metrô, no Rio e em São Paulo, por exemplo, para as pessoas irem para as manifestações, a Globo fez uma minissérie para falar dos Caras Pintadas, enfim, havia todo um sentimento social com envolvimento da imprensa. Os três momentos terminam sem a participação da população, o caso da ex-Presidenta Dilma, todos nós conhecemos, no caso das Diretas Já, havia uma unanimidade no discurso, em favor das Diretas Já, embora, o interesse real do conservadorismo era angariar forças para atuar no colégio eleitoral.

Tancredo e seus aliados queriam mostrar que tinham força para o regime militar e, com isso, elegeu-se Tancredo Neves, não exatamente uma pessoa com grandes aspirações de mudança, não exatamente alguém vindo do povo, seja lá o que o povo for, e, José Sarney, que foi presidente da juventude da Arena, ambos então no PMDB. Assim tranquilizou-se a direita e os setores que eram comprometidos com a ditadura. No caso do Impeachment do Presidente Collor, repetem-se ações de massa, seu posterior esvaziamento e mais uma vez um político historicamente ligado ao PMDB, historicamente ligado a situações no mínimo não mudancistas por assim dizer, entra em cena Itamar Franco, que naquele momento estava em outro partido.

Eu entendo que esses três exemplos sejam completamente diferentes, momentos diferentes, mas os três trabalham com movimento de massa, manipulação da massa, na minha opinião, e, terminam em acordos de elites, ou seja, sempre soluções por cima, com pouco respeito à Constituição, com uso da população como massa de manobra, tudo feito sem que se questione os interesses dos grandes monopólios, os interesses das grandes empresas, os interesses das grandes fortunas, que são ao fim do cabo, os maiores beneficiários da política pública. Eu vou mostrar uma charge do SamPaulo, um cartunista porto-alegrense, que foi lançada logo após o fim do Impeachment do Collor: o menininho pobre, perguntando para o povo "e agora, agora já acabou tudo, já pode tirar a fantasia", fazendo uma alegoria ao Carnaval, e o povo que como um verdadeiro palhaço, diz, já tirei, ou seja, ele foi usado como palhaço no movimento.

Os humoristas têm essa capacidade de retratar a realidade de uma maneira muito superior a nós, analistas políticos, espelhando bem aquilo que eu gostaria de dizer. O povo vai para as ruas e é feito de palhaço. Bem, para terminar, pode parecer que eu sou muito pessimista em relação ao nosso país, mas não sou. Eu acho que a política, a cultura política autoritária, a cultura política elitista, que desconfia de tudo, é um impedimento sério para avançarmos, particularmente o movimento sindical, porque as bases precisam acreditar que as suas lideranças os representam, não basta essas lideranças quererem representá-los, elas têm que fazer com que se acredite que elas estejam fazendo, e, como que se faz isto, vocês sabem melhor do que eu, lutando, com conquistas, com vitórias, com propostas que estejam perto dos interesses deles.

Eu acredito que, em relação à política, no largo espectro, nada mudou no Brasil. Nós continuamos com uma tremenda instabilidade política, continuamos com acordos feitos por cima, sem considerar sequer pensar o que o povo quer, uma elite empresarial e política pouco afeita à democracia, inclusive a elite esquerda, isso é a essência da nossa política. Ontem nós estávamos jantando, alguns colegas, e lembramos do filme do diretor italiano Luchino Visconti, baseado no grande livro de Lampedusa, um autor italiano, que tem uma frase que virou clássica na literatura e no cinema: “algo deve mudar para que tudo continue como está”, ou seja, de tempos em tempos no Brasil, as coisas aparentemente mudam, as elites fazem parecer que as coisas estão mudando, para as coisas permanecerem como estão. Foi assim com essa última mudança de governo. Com a entrada do Vice-Presidente Temer, as pessoas acreditaram que haveria mudança, mas as coisas continuam como estavam, e alguns vão me dizer, mas agora haverá mudanças, e mudanças para o mal, vão acabar com a Previdência! Isso é mais uma etapa para as coisas permanecerem como estão, permanecerem com forte poder das elites, com forte concentração de renda, com forte monopólio do poder.

Como cientista social eu sou pessimista, acredito que a realidade é muito terrível. Como brasileiro, aprendi por uma série de situações, a tentar ser otimista, no sentido de acreditar que é possível fazer alguma coisa, talvez eu não veja mudanças positivas, mas acredito que é possível fazer algo. Porém, infelizmente, eu não vejo que isso irá acontecer nos próximos anos, eu antevejo dias muito difíceis para a maior parte da população brasileira, incluindo os trabalhadores. Obrigado.



Palestra - Hermes Zaneti

Hermes Zaneti:

Eu queria cumprimentar os membros da mesa, bom dia a todos e a todas, agradecer essa oportunidade de compartilhar uma experiência de vida. Ontem, quando o advogado dos sindicatos disse que a Constituição de 88 é também resultado do nosso movimento, quero iniciar dizendo que eu fui constituinte, e fui constituinte como líder sindical eleito na minha condição de base, e lá felizmente conseguimos fazer um bom trabalho e eu concordo plenamente com a avaliação que o advogado fez sobre a nossa Constituição de 88.

O Brasil tem 500 anos desde a invasão do Brasil em 1500. Na verdade, o Brasil, como país, tem pouco mais de 200 anos, desde a vinda de Dom João VI, em 1808. Desde lá, nós tivemos muitas Constituições ou pelo menos várias Constituições ao longo desses pouco mais de 200 anos, mas a primeira que se pode dizer que passou a governar o país foi a Constituição de 88 e aí vou iniciar esse trabalho, mostrando que sempre me refiro à Constituição de 88.

Um dia nós estávamos voltando e o Dr. Ulysses suspendeu a sessão e eu fui falar com ele: “Dr. Ulysses, o senhor está conduzindo a Assembleia Constituinte com a segurança de quem vai ser depois eleito presidente e isso não vai ocorrer”. Ele olhou para mim, deu um berro e eu disse a razão: “O senhor passa a ideia que com a nova Constituição o Brasil vai mudar e isso não vai ser assim porque a norma é uma coisa, a realidade é outra que precisa ser construída”. E aí, eu quero referir

especialmente o Art. 5, § 1 que assegura direitos e garantias fundamentais com aplicação imediata, é aí que se dá o primeiro grande ponto de porque a Constituição passou a governar o país.

O grande problema da Constituição de 88 não é o de estar ultrapassada, como dizem alguns que temem que ela saia totalmente do papel e querem uma nova Constituinte, o grande problema é ela nunca ter sido efetivada para o interesse da sociedade produtiva, pelo contrário, foi agredida e eu vou mostrar, Aqui eu tenho três pontos, eu peço máxima atenção porque ontem, aqui como representante ou que tenha sido representante da FEBRABAN, eu entendi tudo, porque ele tentou insinuar que nós não devemos fazer mobilização popular, entendi que nós fazemos mobilização popular para fazer as autoridades decidirem a favor do povo aquilo que deve ser decidido, mas eles nomeiam quem decide, essa é a diferença. Haja visto



o atual Ministro da Fazenda, que foi antes presidente do Banco Central, e por aí. Eu quero iniciar mostrando que nós tivemos nesse período 101 emendas da Constituição Federal, mas quero destacar três fatos da Constituição que na verdade se constituíram numa gravidade imensurável para nos levar à situação que nós vivemos agora e pela qual está se discutindo se vamos fazer essa reforma ou aquela reforma.

Primeiro, a Constituição de 88 foi alterada, mas nunca foi suprimida a Alínea “b” do Inc. II do § 3 do Art. 166. Essa letra “b” é resultado de uma manobra solerte praticada num sábado e aprovada num domingo da transição do primeiro para o segundo turno da Constituinte. O então constituinte Nelson Jobim assinou junto com o então líder do PTB, daqui de São Paulo, Castor Henrique, quando fizeram essa letra “b” e incluíram, aproveitando a fusão de três emendas de forma absolutamente antirregimental. Essa letra “b” prevê o seguinte: privilegiamento do pagamento dos juros e encargos e serviços da vida pública, aliás, da dívida externa. A consequência disso, eu vou mostrar em números logo em seguida. Segundo, foi revogado o Inciso 1º, 2º, 3º “a” e “b”, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do Art. 192, e como fizeram isso? Primeiro, uma ação no Supremo Tribunal Federal disse que, apreciando o Código de Defesa do Consumidor, distinguiu serviços bancários de operações bancárias e disse que aquela limitação servia para serviços bancários, mas não para operações bancárias e classificou os empréstimos, a ação de juros como operação bancária.

Aproveitando isso, o Congresso Nacional revogou o Art. 192, e, aliás, manteve o cabo do artigo, que é perfunctório e liquidou o resto. Sabe o que dizia o Art. 192? Que os juros estavam limitados a 12% a.a.; hoje nós temos juros a quase 500% a.a., como o próprio senhor da FEBRABAN, ontem, mostrou aqui, ou seja, ao invés da Constituição prevalecer, foi revogada, para não ser cumprida. Esse é o segundo e grande atentado contra a Constituição que fizemos e que a manobra mostra isso, que eles nomeiam quem decide de forma criminosa e contra os interesses do povo, o que nos leva a situação como a que estamos vivendo aqui.

Ainda, foi arquivado o resultado de um inquérito do Art. 26 do Ato das exposições constitucionais transitórias. Eu fui apresentado aqui como o autor do direito de voto aos 16 anos, infelizmente sim, briguei por isso, mas considero que a minha grande luta na Constituinte foi a inclusão desse Art. 26, que previa fazer um exame pericial e analítico dos atos e fatos constitutivos do endividamento externo brasileiro. Coloquei um ano de prazo porque pensei, se eu não botar prazo, não vai fazer nunca, só que eu não me dei conta que ao botar um ano, eles não iam querer instalar, levamos seis meses para instalar, dez dias antes de vencer o prazo, de um ano, a partir da promulgação, fomos avisados pelo presidente do Congresso nacional, Senador Nelson Carneiro, de que o prazo estava terminando e que ele ia mandar para o arquivo. O senador por São Paulo, Severo Gomes, que era o relator da comissão mista, apressou e conseguimos fazer o relatório, que eu vou lhes mostrar algumas das conclusões. No dia 4 de outubro de 1989, provavelmente o único Artigo cumprido a risco no prazo pela Constituição Federal, e nós apresentamos à mesa do Congresso Nacional o relatório. O Presidente Nelson Carneiro mandou para o arquivo, dizendo que não havia mais prazo para apreciar, que havia se esgotado o prazo de um ano, embora tenhamos concluído esse relatório parcial do Severo Gomes, dentro do prazo no último dia da vigência.

O que ocorreu em função dessas três situações? Esse elenco transformou a proposta de uma sociedade produtiva em uma sociedade rentista. Essa é a grande conclusão que se pode chegar analisando os três pontos e isso colocou o sistema produtivo a serviço do sistema financeiro. É por isso que estamos aqui dizendo que não temos emprego, que não existe salário, que não valorizam o trabalho. A consequência que nós estamos vivendo hoje tem como raiz a adição ilegal, eu diria criminosa, da letra “b” do Inc. II do § 3 do Art. 166. De 1989 a 1998, portanto onze anos, o Brasil pagou a título de juros e amortizações no exterior 225 bilhões de dólares, ou seja, nesse período da dívida externa de 115 bilhões, que era dívida lá em “89”, o Brasil pagou 225 bilhões e ainda ficou devendo 235 bilhões.

É isso que nos coloca nessa situação, e é essa a ação criminosa do resultado lá daquela inserção solerte na Constituição do país. De 1986, comparando com “88” e “89”, o serviço da dívida decorrente dessa inserção foi multiplicado por 11, enquanto o de pessoal 3,7 e a transferência para Estados e Municípios decresceu, por isso que o vereador de Baixo Guandu, do Espírito Santo, estava dizendo que o município não tem dinheiro, claro, está aí a raiz desse problema. A dívida externa bruta atual do Brasil é de 545 bilhões dólares.

Dizem que não tem mais dívida externa, mentira. A dívida externa é de 545 bilhões de dólares, eu digo bruta porque é, parte de dívida pública e parte das empresas. Só que a parte da dívida das empresas, o último responsável é o Banco Central do Brasil, porque a dívida é contraída em dólares e quem administra essa questão do dólar é o Banco Central.

Agora vamos para a dívida pública federal e interna, 4,5 trilhões e já não estou falando mais na dívida externa. E, só em 2015 a dívida pública cresceu 732 bilhões em um ano. Agora, o que é a dívida pública? É preciso entender isso, porque se alguém estivesse endividado, e, tivesse o resultado desse endividamento, seria compreensível, a dívida pública é um sistema que utiliza o endividamento público às avessas, pois, ao invés de aportar recursos ao Estado, suga os recursos públicos e os transfere ao setor financeiro, privado, sem nenhuma contrapartida e tornando a dívida cada vez maior.

Vamos ver os resultados disso, qual é a contrapartida? Eu vou mostrar aqui coisas que todos nós já sabemos no dia a dia, mas é importante ter claro, especialmente levem isso depois para os seus sindicalizados para que o povo tome consciência. Todos os dias a gente vê pela televisão que a educação está assim, a saúde não tem... é uma coisa pavorosa olhar os jornais, só que nunca dizem qual é a causa disso, porque se vocês forem ver quem patrocina esses jornais, todos são os beneficiários dessa situação. Muito bem, 15 km de distância entre a Vila Planalto da miséria em Brasília e o centro do poder. Estamos falando de saúde pública, de educação pública, de transporte público, que além de pouco dinheiro ainda é mal aplicado, porque aí fizeram um viaduto que liga nada a coisa nenhuma.

Aqui eu quero mostrar uma coisa importante, eles têm tanta consciência do saque que estão fazendo contra o povo, que eles transportam o dinheiro desse jeito aí. Ontem, o Reinaldo Gonçalves falou dos Bancos, observem o que ocorreu e aí me falem de crise, eu pergunto crise de quem? Olha o que ocorreu com o Banco de 1996 a 2015, o lucro dos Bancos: em 2015, eles lucraram 100 bilhões de reais,

então não venham falar em crise generalizada, crise que o povo está suportando. Aqui há um dado importante que eu acho que vale a pena colocar: no ano de 2016, o Bradesco, de 100 bilhões passou a valer 160 bilhões; o Unibanco, de 150 bilhões passou para 208 bilhões; o Santander, de 57 bilhões para 110 bilhões; o Banco do Brasil, de 4 bilhões para 78 bilhões. Essa é a valorização que eles tiveram como organização numa avaliação feita pela Revista Exame, e aí nós fomos investigar nas mãos de quem, quem são os rentistas: 47% são Bancos públicos e nacionais, aliás, e estrangeiros os detentores dessas aplicações, dessa sociedade rentista.

A carga tributária é a de um país desenvolvido e nós temos os serviços públicos de um país pobre. A carga tributária, então, já é de 35%. Agora vemos que no ano de 2016 foram arrecadados 2 trilhões e em 2017 já estamos, até 19 de abril, com 678 bilhões. Aí de novo, vou lembrar por números agora, o vereador de Baixo Guandu, que vale para os municípios todos: além de ser muito alta a carga tributária, ela está redistribuída de forma irracional para quem pretende ver o povo atendido em suas necessidades.

A União fica com 68, os Estados com 23 e os Municípios com 6%. Então, por aí se começa a explicar o que ocorre, e, chamo a atenção que nós brasileiros vamos trabalhar até 1º de junho para pagar impostos. Aqui é possível fazer uma analogia porque parece que o Senado vai apreciar a solução que eles dizem ser para as dívidas dos Estados. A solução é que eles vão suspender o pagamento durante dois anos para que o próximo governador pague, além da dívida que já existe, mais os juros do que não está sendo pago agora. É uma violência que está sendo cometida contra os Estados.

Muito bem, o que ocorreu lá em 1999? Foram assumidos 93 bilhões pelo conjunto dos Estados brasileiros, como dívida pela União. De 1999 a 2015 os Estados pagaram 277 bilhões daqueles 93 bilhões e ainda estavam devendo 476 bilhões, para quê? A União suga o dinheiro dos Estados para poder pagar juros e encargos da dívida pública, não é para atender melhor às necessidades do povo. Peguei a situação do Rio Grande do Sul como exemplo para lhes mostrar as consequências. O Rio Grande do Sul financiou junto à União 9,7, pagou 24 bilhões até 2015, e deve 52 bilhões, mas o número hoje já é 57 bilhões. Isso tem solução? Eu tomei a liberdade, embora não seja deputado no momento, mas reuni os três senadores do Rio Grande do Sul na minha casa, em Brasília, e, convenci-os a apresentar o projeto de lei que diz simplesmente o seguinte: "é justo que nós devolvamos a União Federal o valor real que nós tomamos emprestado", então, atualiza pelo IPCA, sem juros. Qual é a repercussão disso?

No dia 1º de maio de 2013, o Rio Grande do Sul teria a conta quitada. Lá naquela data já teria um crédito de 8,8 bilhões e isso vale na mesma proporção para os demais Estados. E aqui, evidentemente, eu não vou ler o quadro todo, mas, por exemplo, no dia 21 de março de 2016, os números indicavam que o Brasil estava pagando 3,1 bilhões por dia de juros e encargos da vida pública. Qual é a consequência disso? Aqui está então, o gráfico mostrando, 51% e a previsão orçamentária para 2017, já para o ano corrente, é de 50.66%, ou seja, vai estar mantido em torno de 50% dos gastos da União, com os juros e encargos da dívida.

Para a gente fazer uma comparação, um brasileiro nasce devendo 19 mil reais, quando tem 22 anos e concluiu a faculdade, enfim, se coloca no trabalho, já vai estar devendo 363 mil.

Muito bem, o Brasil pagou em moeda, isso analisada a execução orçamentária da União, em 2015, 960 bilhões de juros e encargos de amortizações da dívida pública. Gastou 60 bilhões com todos esses programas - FIES, Minha Casa Minha Vida, PAC Mobilidade Urbana, PRONATEC, Ciência sem Fronteira, PAC Saneamento, construção de creches e pré-escolas, construção de unidades básicas de saúde, construção de cisternas -, 960 bilhões de juros e encargos da dívida, para 60 bilhões para esses programas todos. Aí, quando lançaram o Programa Transposição do Rio São Francisco, que é importante para o nordeste brasileiro de integração, estavam previstos 4,8 bilhões, mas já está agora em 9,3 bilhões, inclusive discutindo quem é que tem razão. O fato é que esses 9,3 bilhões significam três dias do pagamento dos juros e encargos da dívida pública.

O Bolsa Família, que muitos contestam, custa nove dias da dívida pública e ainda sobra 1 bilhão. O governo está fazendo revisão dos benefícios do INSS, dos benefícios do Bolsa Família, é domínio público, mas não faz a revisão da dívida pública, por quê? Qual é o medo? Aí vem a pergunta, existe solução? Bom, a dívida pública é uma caixa preta, vocês sabem que o Banco Central não dá informações sobre a dívida pública alegando sigilo bancário, mas sou eu que estou pagando a conta, e eu não tenho o direito de saber? Ponto um; exame pericial e analítico da dívida pública, saber a quem deve e quanto devem, por que deve e como pode pagar?

Há uma grande preocupação inclusive, do meu amigo professor Moisés, que há um consenso internacional que se devem cumprir os contratos, quando os contratos existem, quando os contratos estão conforme a lei. Eu vou mostrar aqui que nós não estamos com contratos válidos, no sentido de que temos contratos inexistentes, então, desde logo vamos descartar a ideia de que estamos propondo um calote. Ninguém está propondo calote, estamos propondo pagar o que se deve, a quem se deve e o quanto se deve, sabendo antes que é um direito democrático absoluto, o direito à informação, eu quero saber se eu estou pagando a conta, qual é o valor dessa conta, por que eu fiz essa conta, quanto eu devo e como é que eu posso pagar.

Essa é a questão essencial da democracia, o direito à informação. O relatório do Severo Gomes, que nós aprovamos no dia 4 de outubro de 1989, previa uma série de medidas - que por questão de tempo eu não vou abordar, mas vou colocar depois, aí estão também os nomes dos membros da comissão.

Nós temos que tomar em nossas mãos o controle do poder político. Como fazer isso? Sistema parlamentar de governo, voto distrital, voto destituente, limitação do número de partidos políticos - nós temos hoje 35 partidos políticos - e reconstrução da Federação Brasileira em base àqueles dados que colocamos antes. Muito bem, parto para as conclusões, eu trouxe algumas conclusões que deixo a cargo da UGT na esperança de que nós possamos assumir o protagonismo em nossas mãos para construir a sociedade que nos serve e não que serve aos rentistas, ajuizar ação civil pública pela própria UGT, que é uma ação civil nos termos do Art. 5 da Lei da Ação Civil Pública, com a finalidade de declarar a nulidade no sentido da inexistência

dos acordos firmados com o FMI, relativos à dívida externa, que não observaram o mandamento constitucional do referendun legislativo. Esses que assinaram em nome do Brasil não tinham procuração para fazê-lo, isso dependia de um referendun do Congresso Nacional que jamais foi feito e na nossa comissão tudo isso ficou provado pelos mais eminentes juristas do país, à época em que elaboramos esse trabalho. E, é importante dizer aqui que não há que falar de prescrição simplesmente pelo fato de que aqueles acordos não existem no ponto de vista jurídico. E como diz o meu amigo, professor Benício, "quem não nasceu, não morre".

Vamos pensar que o porteiro do tribunal, conhecendo os termos de uma ação proposta, decretasse uma sentença condenatória ou absolutória, mas que ele não estivesse investido do poder. Foi o que ocorreu com quem assinou, em nome do Brasil, esses acordos com o FMI. Por isso eles são nulos no sentido de inexistentes, o que nos abre, então, a possibilidade de impedir a UGT, como associação civil pública, que entre com isso que o Nelson Carneiro mandou para o arquivo, mas que a ação civil pública pode resgatar.

Exigir do poder executivo que promova os exames pericial e analítico dos atos e fatos consecutivos do endividamento público. Está na Constituição, e não foi feito, vamos fazer. Vamos ver as medidas judiciais cabíveis visando o ressarcimento dos danos causados ao Brasil pela elevação unilateral da taxa de juros. Isso é um escândalo, esses acordos previam uma tal de cláusula de juros flutuantes, sabem o que é isso? Você toma um dinheiro emprestado e o credor decide quanto vai te cobrar de juros.

Quem faz os pilares sobre os quais iam se sustentar os percentuais de juros a serem cobrados são os nossos credores. É por isso que estamos vendo aquela violência toda se abatendo sobre nós que estamos pagando a conta. Pressionar mediante representação ao Ministério Público Federal para instaurar procedimento administrativo investigatório que possa dar suporte às conclusões aqui levantadas, adiantando que será necessário analisar da esfera criminal e administrativa a prescritibilidade ou não dos crimes praticados pelos negociadores. Imaginem que nesses contratos eles abriram mão da soberania nacional e botaram corte para decidir qualquer dúvida especialmente os mediadores em Nova York, ou seja, na sede de quem não está.

O Ministério Público está envolvido, me perdoem que eu diga isso, não vou entrar no mérito, mas está envolvido numa corrupção no varejo, mas não acordou até hoje a corrupção por atacado. Nós estamos chegando a cerca de 7 trilhões, somando as duas dívidas. Onde está o Ministério Público Federal para olhar isso mais de perto e tomar alguma medida e salvaguarda do povo? Só que diante desses números todos, eu já estou concluindo, parece que nós estamos diante de ladrões de galinha que assaltaram o cofre errado. Pressionada diante representação ao Tribunal de Contas da União para que realize tomada de conta especial em relação aos contratos da dívida pública, considerando a dívida externa e interna e a relação necessária entre elas, especialmente quanto à nulidade no sentido de inexistência dos atos originários da dívida.

Conclusões propostas, finalmente para o controle do poder político, mobilizar o Congresso Nacional para obter 1/3 de deputados ou 1/3 de senadores, que é o

Art. 61 da Constituição de 1988, com o objetivo de propor emenda constitucional visando restituir ao povo brasileiro o controle do poder político, através da alteração da Constituição para entre outras medidas instituir.

A história é a seguinte, o Sarney, com o seu bando, mandou atacar a constituinte no sentido de impedir que implantássemos o parlamentarismo. Fizemos uma Constituição toda para o parlamentarismo, e, na última hora se implantou o presidencialismo, porque o Sarney queria cinco anos de mandato para presidente. Nós nos opusemos, queríamos o parlamentarismo e quatro anos para Sarney, mas perdemos, é preciso que fique claro isso.

O que estava em jogo não eram quatro ou cinco anos para o Sarney, mas sim o sistema parlamentar, pois as elites não queriam abrir mão do presidencialismo, porque é muito mais fácil pressionar o presidente ou colocar lá o presidente que possa resguardar os seus interesses. Voto distrital e voto destituente: o que é o voto? O voto é uma procuração que eu dou a alguém para decidir em meu nome, então, eu tenho direito de tirar o mandato que eu dei, de caçar a procuração que eu dei se esse que vai decidir em meu nome for contra os meus interesses. Por isso necessitamos do voto distrital, para que seja discutido, poder cobrar e poder acompanhar.

Por fim, limitação do número de partidos políticos: nessa questão, pode-se discutir a proposta do professor Benício, sobre as cláusulas de barreira. Imaginem quando chegar a 100 partidos e em 600 parlamentares, vai ser a média de seis parlamentares por partido. Impossível governar um país assim, ainda mais nesse sistema atual chamado presidencialismo de coalizão.

Reconstrução da Federação brasileira e separação das funções de governo, das funções de garantia, propondo um Estado unitário de garantias e um Estado federado de governo. Por fim, fiz aqui um trocadilho que espero que nos chame todos, para entendermos o quanto urgente é "quem sabe faz a hora não espera acontecer".



Previdência: Reformar para excluir?

Claudio Puty

Os gastos sociais quebraram o Estado?



PIB recua 3,6% em 2016, e Brasil tem pior recessão da história

Essa sequência, de dois anos seguidos de baixa, só foi verificada no Brasil em 1930 e 1931; ritmo de corte em 2015 e 2016 foi o maior. Pela 1ª vez, todos os setores se contraíram.

Por Anzy Cury e Daniel Silveira, G1
07/03/2017 09h05 - Atualizado 07/03/2017 14h37

A agenda do governo Temer

(a partir da apresentação de Henrique Meirelles no CDES)

Diagnóstico

- Retomada do crescimento pressupõe ajuste fiscal=estado mínimo
- Gasto Público afasta investimento privado (crowding in- crowding out)

Medidas: REDUÇÃO DO PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA

- Novo regime fiscal – PEC dos gastos
- Reforma da previdência
- Medidas pro-produtividade (sic!)
- Reforma trabalhista
- Posse estrangeira de terras
- Cadastro Crédito Positivo
- Reforma no setor de óleo e Gas: pré-sal, modelo de partilha, etc
- Fim de margem de preferencia nas compras governamentais,



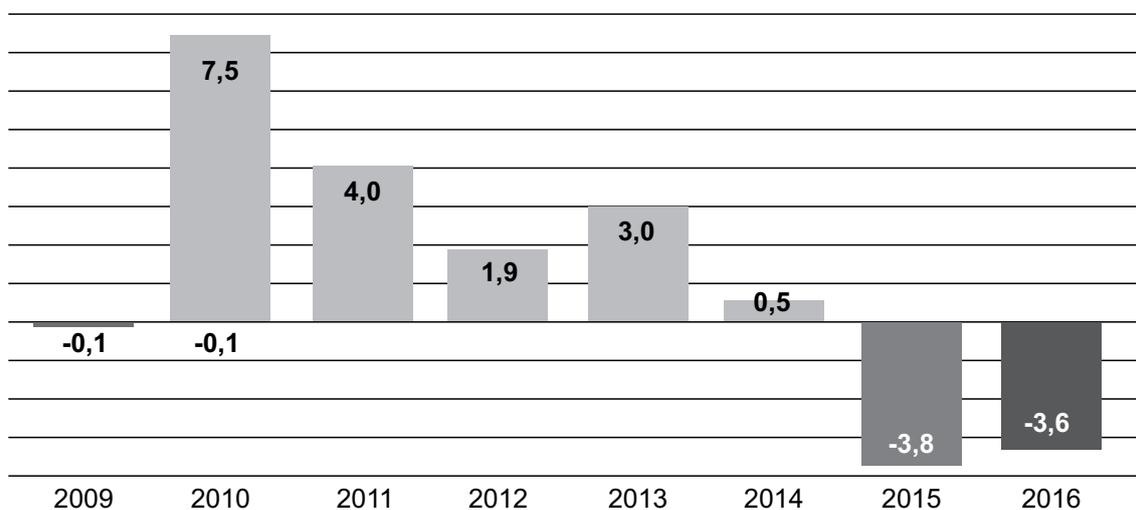
Não há referência a:

- Política econômica: juro e câmbio
- Política industrial: defesa da indústria e Conteúdo nacional
- C&T: sistema de inovação
- Educação e Produtividade

Petrobras: 2/3 do investimento público em 2013

PIB

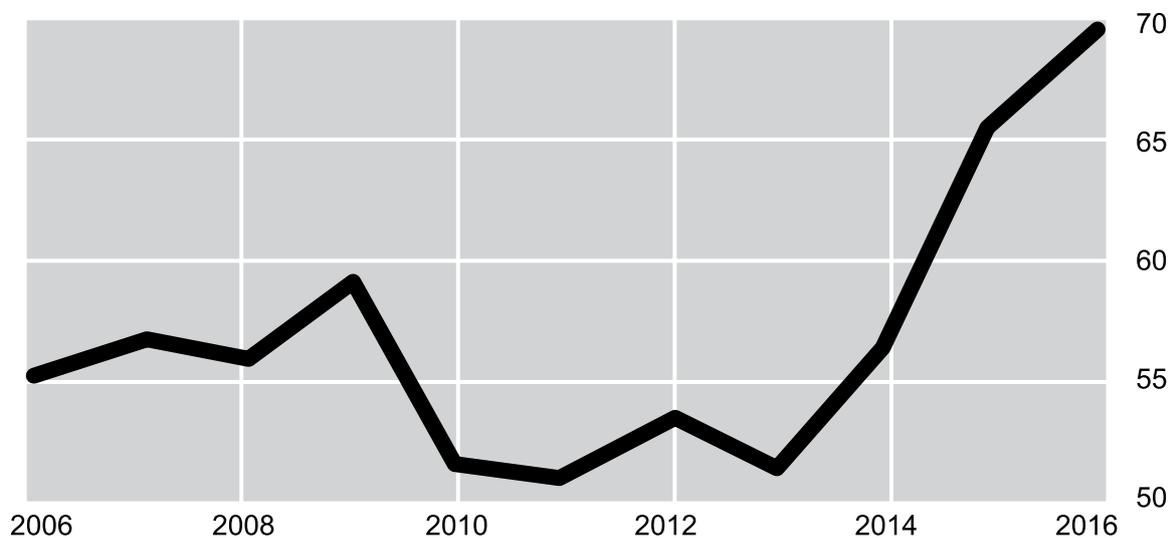
Ano X ano anterior, em %



Dívida Pública

56,0% do PIB no final de 2014

70,0% no mesmo período de 2016



Folha de S. Paulo - 31/03/2017

mercado

Desemprego bate novo recorde e já atinge mais de 13 milhões no Brasil

PIB do Brasil recua 3,6% em 2016

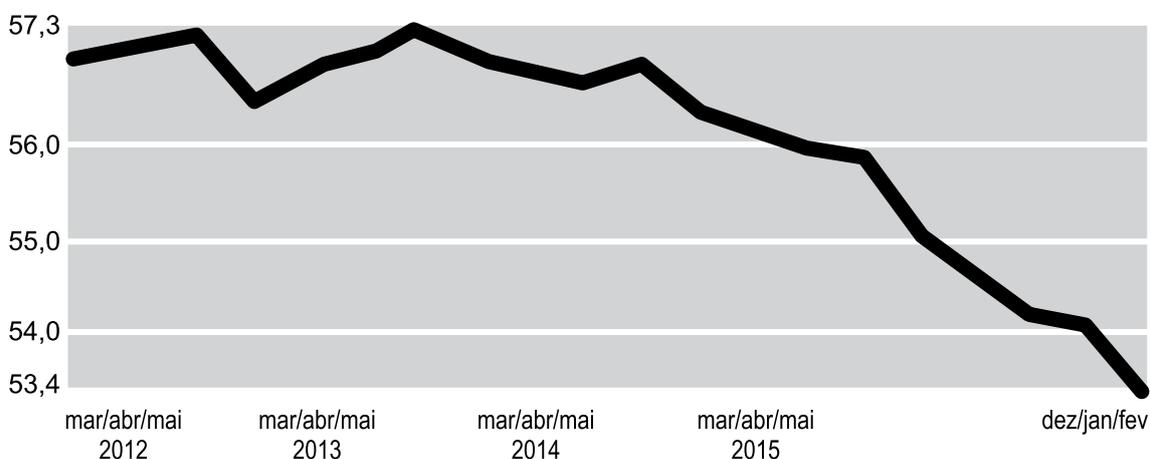
9 de 14 < >

©GustavoMello/gustavomelossa - Fotolia



Nível da ocupação

indicador que mede o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar



Os gastos sociais quebraram o Estado?

Dados de 2015

- Juros sobre dívida pública: R\$ 502 bilhões
- Desonerações Tributárias: R\$ 280 bilhões
- Sonegação fiscal anual estimada: R\$ 452 bilhões
- Gastos Previdenciários: R\$ 486 bilhões

The image shows two overlapping screenshots of the Valor Econômico website. The top screenshot features the article "Atrasar reforma da Previdência pode custar 23% do PIB até 2060, diz estudo" dated 25/04/2016. The bottom screenshot features the article "Meirelles: Despesa do INSS seria 17,5% do PIB em 2060 com regra atual" dated 01/11/2016.

Atrasar reforma da Previdência pode custar 23% do PIB até 2060, diz estudo

25/04/2016 às 05h00 2

Exclusivo para assinantes

globo.com | g1 | globoesporte | gshow | famosos & etc | vídeos

MENU G1 ECONOMIA

Envelhecimento da população

A principal causa do aumento do rombo da Previdência nos próximos anos, diz o secretário, é o envelhecimento da população brasileira e a redução na taxa de natalidade. Esse movimento leva à queda do número de trabalhadores da ativa que "financiam" os aposentados.

"Hoje, para cada 11 idosos, você tem 100 pessoas em idade ativa [contribuindo para a Previdência]. A gente passa por um processo de envelhecimento populacional muito acentuado, principalmente por causa da queda da taxa de fecundidade, em que esses 11 idosos para 100 pessoas em idade ativa vão virar 44 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa [em 2060]", prevê Caetano.

Segundo o gasto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para pagar todos os benefícios, que hoje fica em 8% do Produto Interno Bruto (PIB), pode passar, em 2060, ao equivalente a 17% do PIB.

Tem um processo de crescimento

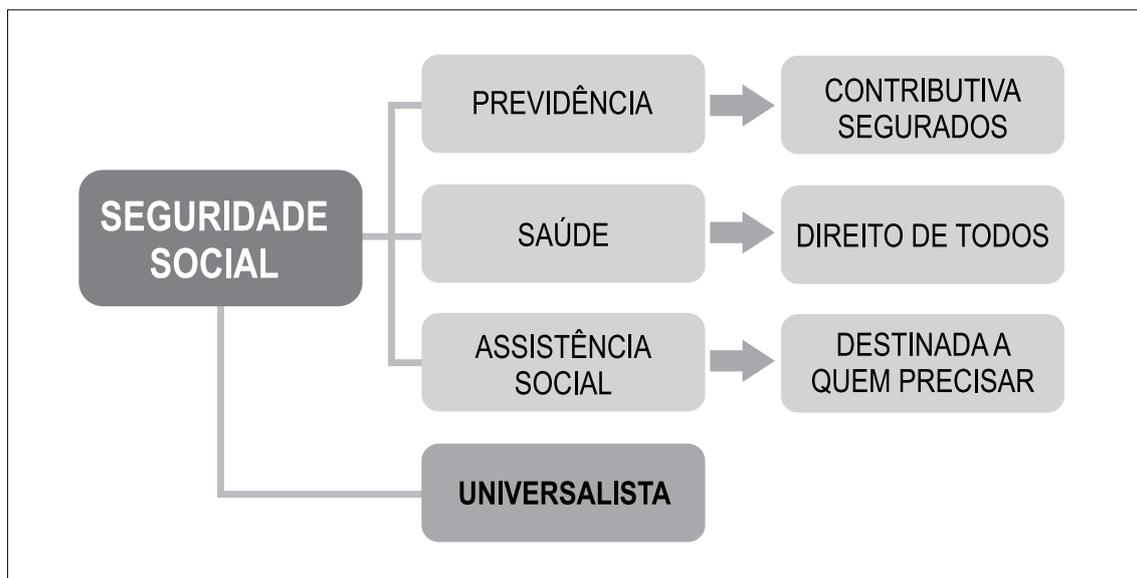
Meirelles: Despesa do INSS seria 17,5% do PIB em 2060 com regra atual

01/11/2016 às 18h07

Por Estevão Taiar e Luciano Máximo | Valor

SÃO PAULO - (Atualizada às 18h37) O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta terça-feira que as despesas previdenciárias no Brasil atingiriam 17,5% do PIB em 2060 com as regras atuais. Também disse que, sem uma reforma, "há risco de ter Previdência insolvente em alguns Estados já", e não "daqui a dez anos".

SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO – CONSTITUIÇÃO 1988



Princípios da Seguridade

Solidariedade

Na relação de custeio da Seguridade Social, aplica-se o princípio de que todos que compõem a sociedade devem colaborar para a cobertura dos riscos provenientes da perda ou redução da capacidade de trabalho ou dos meios de subsistência.

FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL



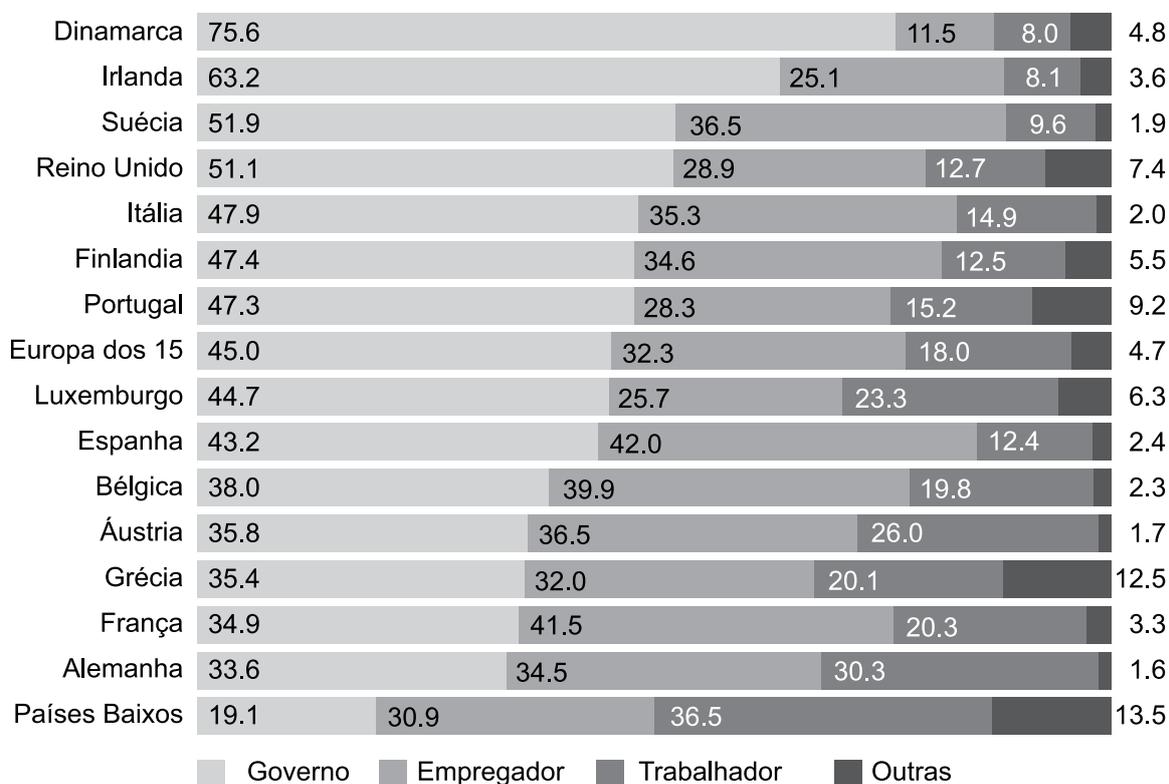
FIGURA 1 - FONTES DE RECEITAS DA PROTEÇÃO SOCIAL

(Participação %)

OCDE (EU-15)

2015

Fonte: Eurostat



SEGURIDADE SOCIAL – ALGUNS NÚMEROS

A cobertura atual supera 110 milhões de pessoas

(se também forem contabilizados os benefícios indiretos, com membros da família)

Em 2016:

- RGPS: 28,8 milhões de benefícios previdenciários;
- Assistência Social (LOAS – idosos e deficientes de baixa renda): 4,5 milhões de benefícios;
- Bolsa Família: atende a 14 milhões de famílias: o valor médio pago às famílias subiu de R\$ 162 para R\$ 182. Os benefícios do programa estavam sem reajuste havia dois anos. Receberam reajuste de 12,5% em julho/2016.
- Seguro-desemprego: 8,5 milhões de pessoas.

Em 2016, 69% dos benefícios previdenciários são iguais a 1 salário mínimo; e, 92% dos benefícios são inferiores a 3 salários mínimos, ou seja, em valores de hoje, inferiores a R\$2.640,00.

69% dos benefícios previdenciários são iguais a 1 salário mínimo.

92% dos benefícios são inferiores a 3 salários mínimos, ou seja, em valores de hoje, inferiores a R\$2.640,00.

(dados de 2016)

RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL (2014)

RECEITAS	(R\$ bilhões)
Receita Previdenciária Líquida	350,9
Cofins	195,9
CSLL	63,2
Pis/Pasep	51,8
Concursos de Prognósticos e outras	4,8
Receitas Órgãos Próprios SSocial	19,4
Transfer. Orçamento Fiscal EPU	1,8
TOTAL RECEITAS SEGURIDADE SOCIAL	687,8

RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL (2015)

RECEITAS	(R\$ bilhões)
Receita Previdenciária Líquida	352,6
Cofins	200,9
CSLL	59,7
Pis/Pasep	52,9
Concursos de Prognósticos e outras	5,4
Receitas Órgãos Próprios SSocial	20,5
Transfer. Orçamento Fiscal EPU	2,2
TOTAL RECEITAS SEGURIDADE SOCIAL	694,2

EXECUÇÃO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (2015)

PROGRAMAS SOCIAIS	R\$ bilhões
Benefícios Previdenciários Urbanos	336,3
Benefícios Previdenciários Rurais	98,0
Compensações Regimes Próprios	1,8
Assistenciais Idosos – LOAS e RMV	18,5
Assistenciais Deficientes – LOAS e RMV	23,3
EPU – Legislação Especial	2,2
Saúde – Despesas Ministério da Saúde	102,2
Assistência Social – Despesas MDS	5,4
Previdência – Despesas MPS	8,2
Outras ações – FAT	48,7
Bolsa Família	26,9
Outras ações Seguridade Social	11,5
TOTAL PROGRAMAS SOCIAIS	683,1

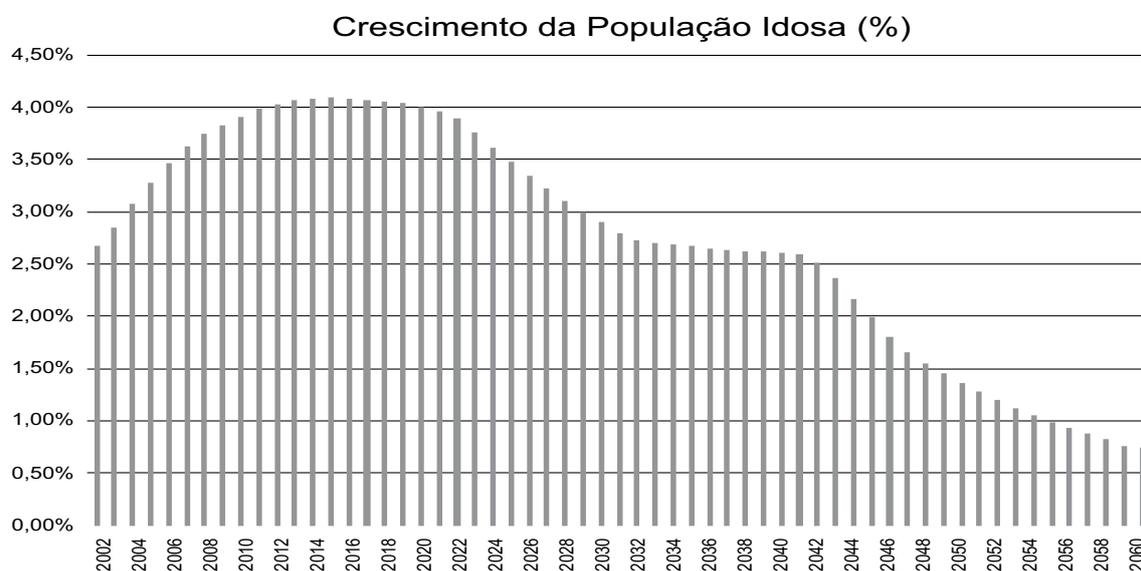
SEQUÊNCIA DE SUPERÁVITS

R\$ bilhões	2012	2013	2014	2015
RECEITAS	595,8	651,1	687,8	694,2
PROGRAMAS SOCIAIS	513,0	574,7	687,8	683,1
SUPERÁVIT	82,8	76,4	55,7	11,1

PREVIDÊNCIA – NÚMEROS PRELIMINARES (2017)

PREÇOS DE DEZ/2016 - R\$ bi	CONTRIBUIÇÕES	BENEFÍCIOS	SALDO
URBANO	355,9	402,7	(46,8)
RURAL	8,0	113,1	(105,1)
TOTAL	363,9	515,8	(151,9)

Tendências Demográficas



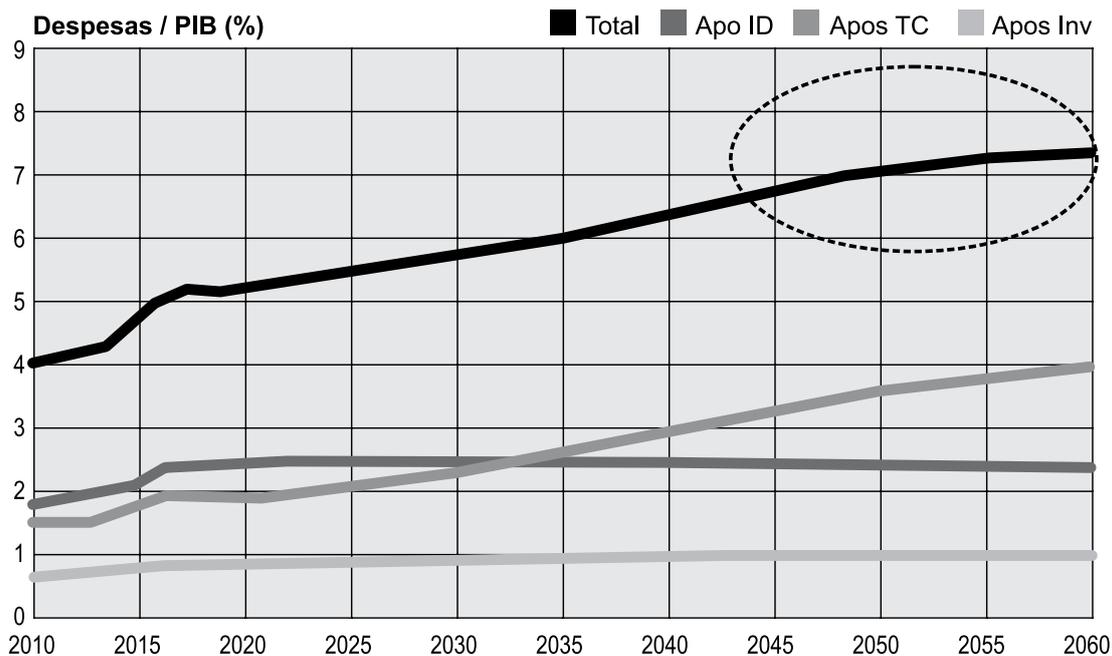
Evolução das principais variáveis para projeção de longo prazo 2015/2060

Exercício	Massa salarial %	Crescimento vegetativo %	Taxa de inflação anual (INPC acumulado)	Varição real do PIB %	Reajuste do salário mínimo %	Reajuste dos demais benefícios %
2015	2,75 %	3,82 %	11,28 %	-3,85 %	8,84 %	6,23 %
2016	2,97 %	3,06 %	7,50 %	-3,05 %	11,68 %	11,28 %
2017	7,17 %	3,44 %	6,00 %	1,00 %	7,50 %	7,50 %
2018	9,61 %	3,66 %	5,40 %	2,90 %	6,00 %	6,00 %
2019	10,97 %	3,87 %	5,00 %	3,20 %	6,45 %	5,40 %
2020	7,49 %	4,11 %	3,50 %	3,86 %	6,09 %	3,50 %
2046	5,18 %	2,38 %	3,50 %	1,62 %	6,09 %	3,50 %
2047	5,10 %	2,34 %	3,50 %	1,55 %	6,09 %	3,50 %
2048	5,05 %	2,29 %	3,50 %	1,50 %	6,09 %	3,50 %
2049	5,01 %	2,25 %	3,50 %	1,46 %	6,09 %	3,50 %
2050	5,00 %	2,20 %	3,50 %	1,44 %	6,09 %	3,50 %
2051	4,92 %	2,15 %	3,50 %	1,37 %	6,09 %	3,50 %
2052	4,85 %	2,10 %	3,50 %	1,31 %	6,09 %	3,50 %
2053	4,77 %	2,05 %	3,50 %	1,23 %	6,09 %	3,50 %
2054	4,75 %	1,99 %	3,50 %	1,21 %	6,09 %	3,50 %
2055	4,71 %	1,92 %	3,50 %	1,17 %	6,09 %	3,50 %
2056	4,69 %	1,86 %	3,50 %	1,15 %	6,09 %	3,50 %
2057	4,67 %	1,80 %	3,50 %	1,13 %	6,09 %	3,50 %
2058	4,65 %	1,74 %	3,50 %	1,11 %	6,09 %	3,50 %
2059	4,61 %	1,66 %	3,50 %	1,08 %	6,09 %	3,50 %
2060	4,61 %	1,60 %	3,50 %	1,07 %	6,09 %	3,50 %

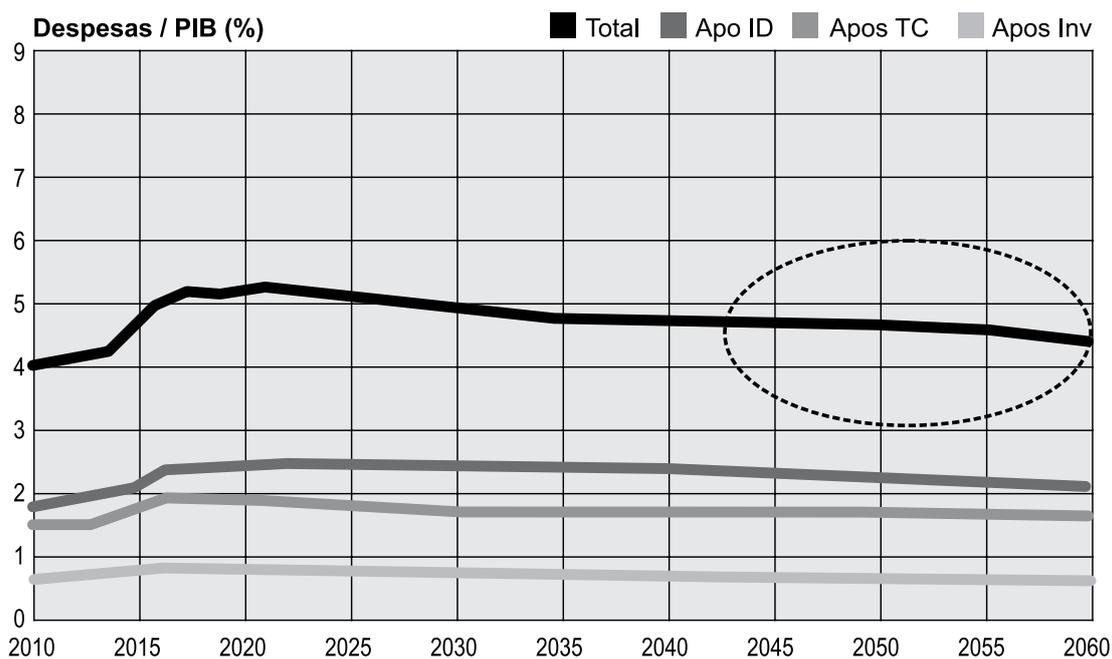
E se forem aplicadas diferentes taxa de crescimento do Salário Mínimo?

- INPC do ano anterior + Taxa do PIB do ano (t-2);
- INPC do ano anterior.

Correção SM: INPC (t-1), PIB (t-2)



Correção SM: INPC

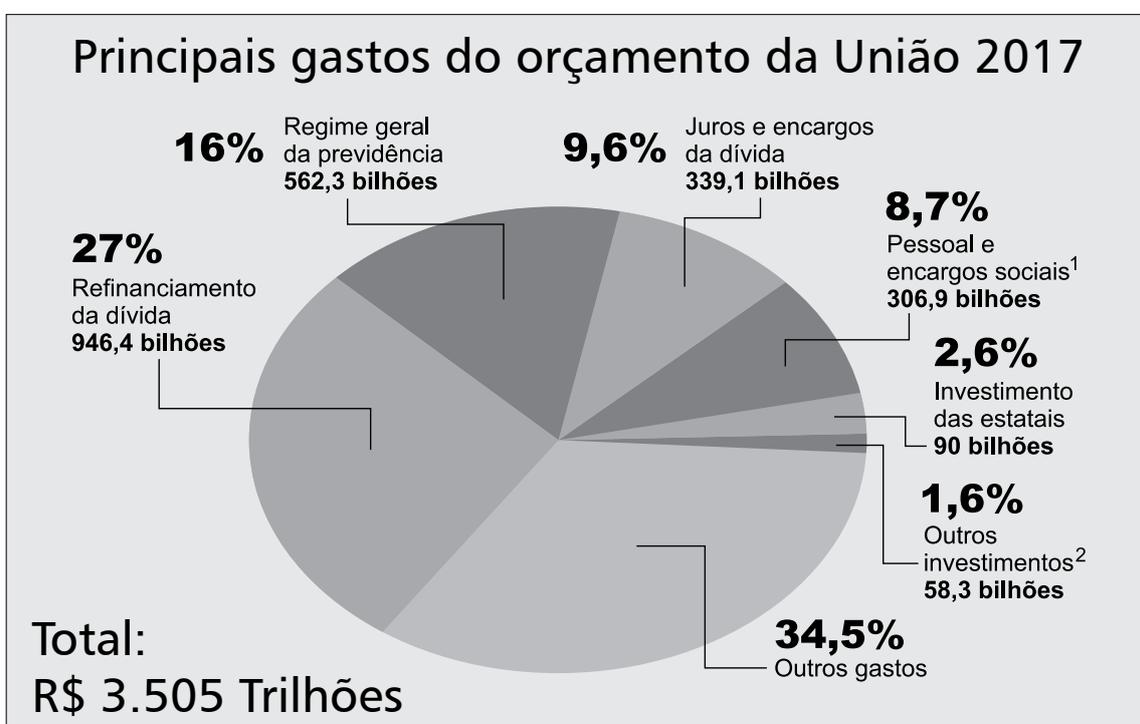


- Reajuste conforme regra atual, a relação despesa / PIB estabiliza;
- Reajuste somente pelo INPC, a relação despesa / PIB decresce.
- Sistema altamente sensível a mudanças nos parâmetros de simulação.

A ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS (dez/2014)

Dos 5.568 municípios, em 3.875 deles (70%) o valor dos repasses aos aposentados e demais beneficiários da Previdência supera o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Em 4.589 municípios (82%) os pagamentos aos beneficiários do INSS superam a arrecadação municipal.



1 - valor pessoal pessoal ativo e inativo - aposentados e pensionistas - da União

2 - Recursos previstos no orçamento fiscal e da Seguridade Social

Fonte: relatório final do Senador Eduardo Braga sobre PLOA 2017

DESVIOS HISTÓRICOS

- IAPs – década de 50 – subscrição de ações preferenciais de CSN, Chesf, FNM, etc
- BNDE - 1952 – obrigação IAPs concederem empréstimos
- 1962 – Débito da União com Psocial – CR\$ 200 bilhões
- Construção de Brasília (DF) – US\$ 52,5 bilhões
- Transamazônica, Rio-Niterói, Itaipu, Volta Redonda...
- Saldos positivos apropriados pela União entre 66 e 99
- R\$ 400 bilhões – atualizado - R\$ 1,584 trilhão

(Ipea/BNDES - Jornal ZH, 24/10/99)

A PEC 287

Carência mínima para acesso à aposentadoria: 65 anos de idade e 25 anos de contribuição.

- Haverá apenas aposentadoria por idade aos 65 anos, indistintamente, para homem e mulher, trabalhador urbano e rural, servidor público e trabalhador da iniciativa privada.
- Além disso, passa-se a exigir do trabalhador o mínimo de 25 anos de contribuição (contra os atuais 15 anos) para receber apenas 76% do valor da aposentadoria.
- Para receber 100%, o trabalhador terá que contribuir por mais 24 anos.
- TOTAL: 25 anos + 24 anos = 49 anos de contribuição.

A PEC 287: EXCLUSÃO

- Em 2015, 60% das aposentadorias por idade concedidas foram para trabalhadores que não chegaram aos 20 anos de contribuição;
- Em 2015, 79% dos aposentados por idade haviam contribuído por menos que os 25 anos que serão exigidos pela reforma.
- A mudança deve atingir principalmente os mais pobres que, em geral, contribuem por menos tempo, pois costumam ser mais sujeitos ao trabalho informal.

QUANTIDADE RGPS/INSS (Previdência) (em 12/16)

Espécies	Urbanos	Rurais	Total
Por Idade	3.781.420	6.319.393	10.100.813
Por Invalidez	2.777.593	457.977	3.235.570
Por Tempo de Contribuição (19,2%)	5.704.271	21.574	5.725.845
Pensão por Morte	5.212.006	2.350.544	7.562.550
Auxílio-Doença	1.330.816	211.921	1.542.737
Outros	978.573	58.328	1.036.901
Assistenciais	4.485.246	66.255	4.551.501
Total	24.269.925	9.485.992	33.755.917

Percentual de aposentados por idade nos Estados

- Valor médio do benefício: R\$890,00.
- Aposentadoria por idade é predominante nos Estados mais pobres do país.

TO	96,5%
RR	96,1%
MA	95,7%
RO	95,10%
PI	94,3%
AC	92,6%
MT	91,1%
AP	90,3%
PA	90,2%

Em 19 municípios brasileiros a expectativa de vida é de exatamente 65 anos, em outras 63 cidades é de 66 anos.

A redução do valor das aposentadorias

O valor das aposentadorias cairá por dois motivos:

1 - O valor passa a ser calculado em 51% da média dos Salários de Benefício + 1 % (por cada ano de contribuição).

Ou seja, com as novas regras, a aposentadoria "parcial" teria patamar inicial de 76% (51% + 25%); contra os atuais 85% (70% + 1% por ano = 70% + 15%)

Para alcançar a "aposentadoria integral" (100% do Salário de Benefício), será preciso combinar 65 anos de idade e 49 anos de contribuição (51% + 25% + 24% = 100%).

2 - O valor da aposentadoria será calculado sobre a média de TODOS OS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO (desde julho de 1994) x 51% + 1% a cada ano de contribuição, não mais sobre a média dos 80% maiores salários de contribuição (desde julho de 1994).

O valor do benefício será menor tanto porque: 1. começa com apenas 51% como por 2. utiliza todas as contribuições (e não as 80% maiores)

Exemplo: uma mulher de 65 anos de idade e 25 anos de contribuição, que contribui em média sobre R\$2000,00 vai receber R\$ 2000 (51% + 25%) = R\$ 1.520,00, que corresponde a 76% do salário de benefício.

- Para essa mulher ter direito a aposentadoria integral aos 65 anos, ela teria que ter entrado no mercado de trabalho formal aos 16 anos e contribuir, ininterruptamente, por 49 anos.
- Se começasse a trabalhar aos 23 anos (média de idade de ingresso no mercado de trabalho), ela se aposentaria apenas aos 72 anos de idade, 12 anos a mais do que na regra de hoje.

A idade mínima de 65 anos não é fixa. Haverá elevação progressiva

A idade mínima de aposentadoria será elevada em 1 ano a cada aumento de 1 ano na expectativa de sobrevida dos brasileiros aos 65 anos de idade, estimada pelo IBGE.

Haverá casos em que o segurado quando chegar perto de completar 65 anos, não alcançará a idade mínima exigida, pois esta já terá aumentado (essa regra produziria efeito 5 anos após a Emenda – art. 22 da PEC)

Regra de transição para o acesso à aposentadoria: aumento de 50% no tempo de contribuição

- Se enquadram nessa regra o trabalhador com 50 anos ou mais, se homem, e 45 anos ou mais, se mulher;
- Poderão se aposentar antes dos 65 anos, desde que cumpram o restante do tempo de contribuição vigente com acréscimo de 50%.

Exemplo: Mulher de 46 anos e 25 anos de contribuição. Faltam 5 anos p/ aposentadoria por tempo de contribuição. 50% desse período= 2,5 anos. Tempo total a cumprir= 32,5 anos de contribuição.

Exemplo: Mulher de 55 anos e 10 anos de contribuição. Falta 5 anos para aposentadoria por idade. 50% desse período= 2,5 anos. Tempo total a cumprir= 7,5 anos de contribuição.

- Mas, como não há regra de transição para a fixação do valor inicial dos benefícios, fica, na prática, reduzido o direito esperado, mesmo por aqueles que estão acima da idade de corte.

Aposentadoria por invalidez ficou mais inacessível e seu valor foi reduzido

- Com a PEC 287, a aposentadoria por invalidez passa a exigir a incapacidade permanente para o trabalho.
- O valor do benefício será reduzido pois, à exceção da invalidez por acidente de trabalho, o cálculo seguirá a regra de 51% da média dos salários de contribuição, acrescido de 1 % por ano de contribuição (hoje é 100% do salário de benefício).
- As situações de doenças graves, especificadas em lei (tuberculose, hanseníase, neoplasia maligna, AIDS etc.), resultarão em aposentadorias proporcionais e não mais integrais (100% do salário de benefício).
- Existe a possibilidade de não concessão de benefício por incapacidade aos facultativos, especialmente às donas-de-casa (é atividade não remunerada e a PEC trata da “incapacidade permanente para o trabalho”).
- A diferença entre benefícios decorrentes e não decorrentes de acidente de trabalho vai gerar muitas discussões judiciais. Do ponto de vista previdenciário, não haveria porque fazer essa distinção.

Aposentadoria especial

- A aposentadoria especial terá idade mínima (55 anos), independentemente da insalubridade, o que hoje não é exigido.
- Embora reduzida em 10 anos a idade com relação aos demais trabalhadores e 5 anos a menos de contribuição (20 anos), a proposta de reforma fixa em 20 anos o tempo mínimo na atividade prejudicial para a concessão do benefício, o que representa aumento em alguns casos.
- As atividades devem efetivamente prejudicar a saúde (hoje basta o risco da exposição ao agente nocivo). Não há mais previsão para atividades de risco. A periculosidade deixa de ser critério para concessão. Ao invés de proteção, o texto da reforma está exigindo o dano efetivo e a perda das condições de saúde.
- Exemplo: trabalhador de câmara frigorífica, eletricitista, enfermeiro, dentista. Estão expostos ao risco (podem adoecer quando submetidos à exposição), mas não necessariamente ao dano efetivo. Perderão o direito a aposentadoria especial. Terão que se aposentar aos 65 anos.
- Redução do valor das aposentadorias, de 100% do salário de benefício para o percentual calculado segundo a regra geral apontada anteriormente.

Pensão por morte

- Haverá redução no valor das pensões.
- Desvinculação ao salário mínimo
- O benefício passará a ser de 50% do valor da aposentadoria que o segurado recebe ou que receberia caso se aposentasse por invalidez no momento do óbito.
- A esse benefício será concedido uma parcela de 10% para cada dependente adicional, até o limite de 100%.
- CONCLUSÃO: Provavelmente, uma grande parcela dos futuros pensionistas terá renda equivalente a 60% do salário mínimo. A não reversibilidade das cotas dos demais beneficiários também irá penalizar o rendimento familiar.

Proibição de acumulação de aposentadorias

- Veda a acumulação de mais de uma aposentadoria por parte do mesmo segurado;
- Proíbe que se receba aposentadoria e pensão, de mesmo regime ou de regimes previdenciários diferentes.

Benefício Assistencial - BPC: carência mínima de 70 anos de idade

- Elevação da carência mínima de 65 para 70 anos para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), dirigido aos idosos e portadores de deficiências socialmente mais vulneráveis (renda familiar per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo);
- O benefício terá valor arbitrado pelo governo, inferior a um salário mínimo.
- Hoje beneficia mais de quatro milhões de famílias (cerca de 16 milhões de pessoas).
- O requisito de idade será elevado ainda mais, acompanhando o aumento da expectativa de sobrevida aos 65 anos.
- Hoje, 90% dos beneficiários começa a receber o benefício antes dos 70 anos.
- O tempo de usufruto do benefício cairá pela metade, de 7,9 anos para 3,9 anos.

Trabalhador rural

- A aposentadoria será de 65 anos para homens e mulheres e 25 anos de contribuição.
- O valor das aposentadorias será de um salário mínimo.
- O segurado especial passaria a efetuar uma contribuição individual, a ser instituída em lei posteriormente (no prazo de 12 meses)
- A contribuição sobre a produção somente permaneceria até a nova lei. Para os empregadores rurais seria extinta imediatamente e estes pagariam sobre a folha de salários.

Regimes Próprios

- Os servidores que ainda não possuem a idade de 50 anos (homens) e 45 (mulheres) e aqueles que, mesmo possuindo essa idade, ainda não sejam titulares de cargo efetivo até a data de promulgação da PEC 287 serão frontalmente atingidos em todos os direitos consagrados.
- Os demais poderão se enquadrar nas regras de transição ou, caso já tenham completado os requisitos

Previdência dos servidores públicos (RPPS)

- Unificação dos requisitos para a aposentadoria com as propostas para o Regime Geral.
- Eliminação da aposentadoria por tempo de contribuição (30 ou 35 anos de contribuição e 55 ou 60 anos de idade, para mulheres e homens, respectivamente).
- A aposentadoria compulsória passa de 70 para 75 anos de idade.
- A aposentadoria voluntária exige: idade mínima de 65 anos e 25 anos de contribuição, desde que cumpridos 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria, sem distinção de gênero.
- A idade mínima (de 65 anos da aposentadoria voluntária e a idade mínima de 75 anos da aposentadoria compulsória) serão alteradas em um ano a mais sempre que se verificar o aumento na expectativa de sobrevida da população brasileira em um ano inteiro.

O valor da aposentadoria não poderá ser superior ao limite máximo estabelecido para o RGPS.

PROPOSTAS – ANFIP/CENTRAIS (06/06/2016)

1. Revisão ou fim das desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento das empresas;
2. Revisão das isenções previdenciárias para entidades filantrópicas;

RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS (LDO)

Setores/R\$ bilhões	2016	2017
Simplex	24,14	22,15
MEI	1,16	1,12
Exportador rural	6,43	7,65
Desoneração folha (CPRB)	25,85	17,00
Dona de casa	0,26	0,24
Filantropia (Saúde/Educação)	11,53	11,82
Olimpíada	0,33	0,03
Total	69,70	60,01

PROPOSTAS – ANFIP/CENTRAIS (06/06/2016)

3. Alienação de imóveis da Previdência Social e de outros patrimônios em desuso através de leilão;



PROPOSTAS – ANFIP/CENTRAIS

4. Fim da aplicação da DRU - Desvinculação de Receitas da União - sobre o orçamento da Seguridade Social;

DESVINCULAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

FSE – Fundo Social de Emergência	(ECR 1, de 01/03/94)
FEF – Fundo de Estabilização Fiscal	(EC 10, de 04/03/1996)
DRU – Desvinculação das Receitas da União	(EC 29, de 13/09/2000)

DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS DA UNIÃO (DRU)

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS (R\$ bilhões)	2012	2013	2014	2015
Cofins	36,3	39,9	39,2	40,2
CSLL	11,5	12,5	12,6	11,9
Pis/Pasep	9,5	10,2	10,4	10,6
Outras Contribuições Sociais	0,8	0,8	1,0	1,1
TOTAL	58,1	63,4	63,2	63,8

A EC 93/16 prorrogou em 24/08 a DRU até 2023 e ampliou de 20% para 30%. Permite desvincular cerca de R\$ 100 bilhões de contribuições sociais em 12 meses.

PROPOSTAS – ANFIP/CENTRAIS

5. Criação de mecanismos mais ágeis para a cobrança da dívida ativa da Previdência Social;

DIVIDA ATIVA PREVIDENCIÁRIA

R\$ 374.904.450.949,04

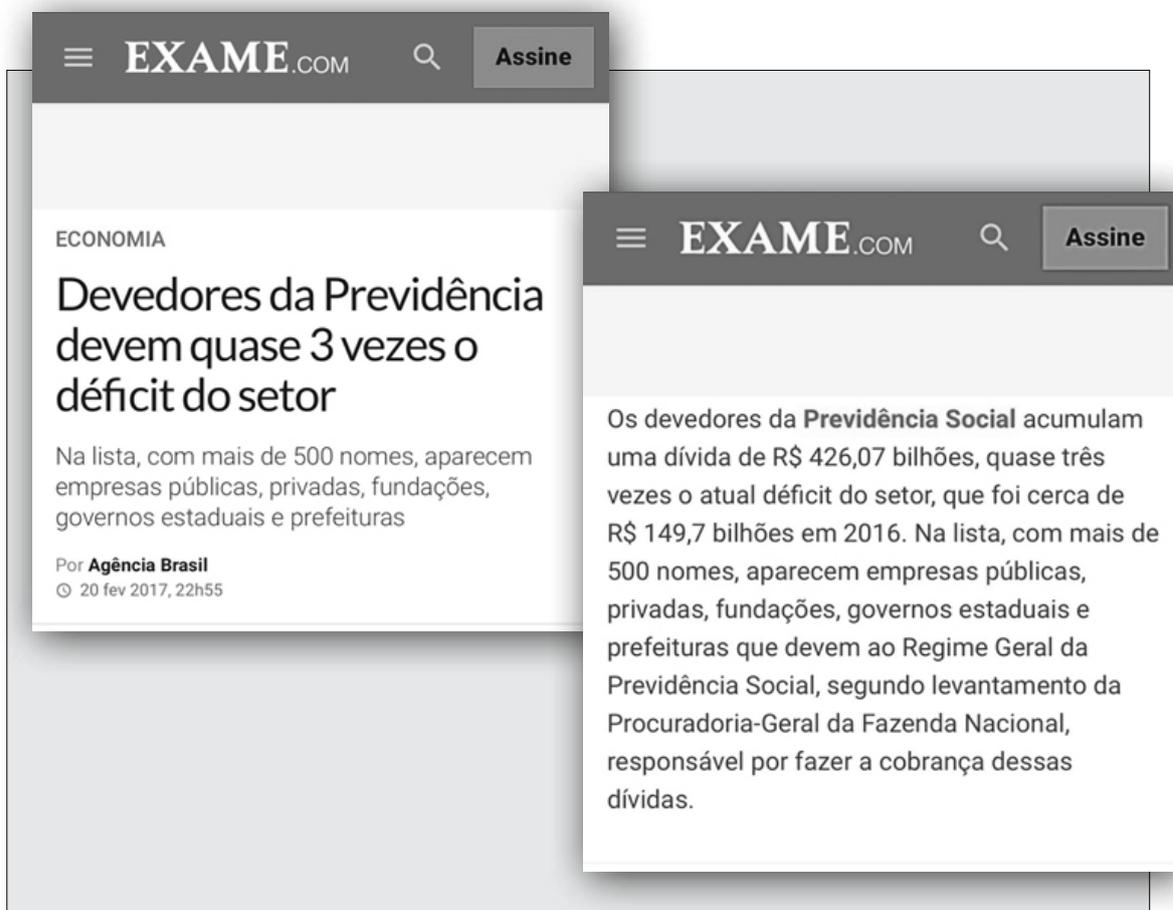
Recuperabilidade remota

R\$ 70.809.516.266,59 (18,8%)

Em 12/2015

+ cerca de R\$ 120 bilhões em fase administrativa

MAIORES DEVEDORES PREVIDÊNCIA



ECONOMIA

Devedores da Previdência devem quase 3 vezes o déficit do setor

Na lista, com mais de 500 nomes, aparecem empresas públicas, privadas, fundações, governos estaduais e prefeituras

Por **Agência Brasil**
© 20 fev 2017, 22h55

Os devedores da **Previdência Social** acumulam uma dívida de R\$ 426,07 bilhões, quase três vezes o atual déficit do setor, que foi cerca de R\$ 149,7 bilhões em 2016. Na lista, com mais de 500 nomes, aparecem empresas públicas, privadas, fundações, governos estaduais e prefeituras que devem ao Regime Geral da Previdência Social, segundo levantamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, responsável por fazer a cobrança dessas dívidas.

PROPOSTAS – ANFIP/CENTRAIS

6. Melhoria da fiscalização da Previdência Social, por meio do aumento do número de fiscais em atividade e aperfeiçoamento da gestão e dos processos de fiscalização;

A Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, extinguiu a Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) e criou a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

- Em fev/2007 – 4.180 Auditores Fiscais da Previdência Social
- Em dez/2016 – cerca de 900 envolvidos com atividades PSocial

7. Revisão das alíquotas de contribuição para a Previdência Social do setor do agronegócio;

- PIB Brasil 2016 – R\$ 6,266 trilhões
- PIB Agropecuária – 23% do total
- R\$ 1,441 trilhão

Palestra - Gustavo Gorhmann

Gustavo Gorhmann:

Bom dia a todos e a todas, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer o convite de estar aqui hoje com vocês, à UGT e ao Instituto de Altos Estudos da UGT, é um grande prazer, como sempre.

A minha intervenção vai revisar alguns elementos, rapidamente, muitas coisas que já foram comentadas aqui, mas eu vou procurar focar na questão da ordenação política do Estado brasileiro. Em primeiro lugar, a gente tem que ter uma ideia do que é uma reforma e do que são estabelecimentos de políticas.

No Brasil, as reformas ultrapassam a simples noção de reforma, elas são usadas para constituir um campo de disputa política, então, toda a vez que alguém, ou grupos, desejam introduzir políticas, são chamadas reformas para fazer frente a crises □ não necessariamente precisamos de reformas para resolver crises, isso é uma opção política que há neste país.

Então, muitas vezes políticas podem se confundir com reformas, e o que eu estou entendendo por reformas aqui? Reformas que alteram questões estruturais do Estado brasileiro e das regulações sobre a economia, sobre a política, sobre aspecto da sociedade no sentido de fundamental. Então, são reformas, nos remetem a alterações no campo institucional constitucional.

O Brasil tem uma trajetória de reformas muito ricas. Eu optei por começar na década de 1930, que nos traz aspectos mais modernos desse processo constante de reformas. Nessa década nós temos a Revolução de 30 e ascensão de Getúlio Vargas, que nos trouxe a nacionalização das elites, ou seja, o combate às elites regionais, tudo isso por meio de reformas constitucionais, centralização federal, a regulação, a primeira regulação consistente da relação capital e trabalho e a alteração do sistema eleitoral com a incorporação de mulheres no processo eleitoral e com a reconfiguração daquele mundo do sistema majoritário que propiciava a existência de currais eleitorais e o mando do coronel sobre determinadas regiões eleitorais. Pois bem, Getúlio, com essa transformação eleitoral, modificou do sistema majoritário ao proporcional, abrindo chances das diversidades políticas ideológicas que se faziam especialmente presentes no campo do meio urbano, que estava em acelerado crescimento. Essas reformas todas - quando eu falo reformas do campo constitucional, elas não dizem respeito ao aspecto exclusivamente fundador de uma



reforma, uma reforma funda, mas respondem à dinâmica conflitiva de grupos políticos, os mais diferentes. Seja por açambarcamento das riquezas produzidas, como só ia acontecer com as elites, os trabalhadores produzem, criam as riquezas e as elites estão lá prontas para capturar esses recursos e usar em prol do seu próprio enriquecimento e continuidade do sistema.

As reformas, nesse campo, então, as reformas constitucionais respondem às dinâmicas básicas da sociedade, mas elas também são capazes de fundar campos novos para dar conta de novas relações que existem na sociedade. Na década de 1940, nós temos a continuidade do processo centralizador que Getúlio começou a fazer, centralização no Estado Federal e o confronto entre uma política ideológica propriamente dita e uma política de clientela daquele velho mundo moralista, daquele velho mundo do coronel, um mundo clientelista, muitas vezes.

E a limitação da participação política, Getúlio apesar de promover, na década de 1930, o sistema proporcional, o objetivo dele não era propriamente uma incorporação livre da população brasileira, da sociedade brasileira, era uma incorporação tutelada, então, há uma limitação da participação política no sentido de que em 1937 e até 1945, tudo isso é o Estado Novo, que diz respeito a um poder centralizado.

Na década de 1950, as reformas se dão no eixo do desenvolvimento nacional, com a industrialização, um processo de industrialização, então, todas as reformas tendiam a organizar, digamos, novamente, reforçar a tutela do Estado sobre as relações capital/trabalho, no sentido de promoção da industrialização, substituindo as velhas forças oligarcas ruralistas por uma modernização nas relações de produção. E, nesse sentido, o Estado foi o ator principal, que se constituiu nesse campo. Getúlio carreou muito a presença do Estado na economia como forma de alavancar esse processo de industrialização. É um modelo que veio, perdurou até a emergência do governo Collor.

Nós assistimos a partir de 1945 a ampliação do termo eleitoral, ou seja, mais pessoas são incorporadas ao processo eleitoral e ao surgimento de um novo multipartidarismo, porque havia multipartidarismo no tempo da República Velha, mas ele não era consistente, era praticamente hegemônico por um único partido, mas a partir de 1945, nós vemos a sociedade brasileira ficar mais complexa e as opções partidárias também se multiplicam.

Na década de 1960, nós temos a centralização autoritária, que buscou realizar uma modernização das relações de produção concomitante a uma internacionalização do capitalismo brasileiro, ou seja, não foi uma internalização independente autônoma, e sim subordinada aos grandes fluxos do capital das nações do capitalismo fundador.

Nós assistimos também com o regime militar à supressão das liberdades e das opções político-partidárias, e assistimos também a uma fundamental reforma do ensino, especialmente do Ensino Superior, num primeiro momento, e depois dos Ensinos Primário e Secundário.

Na década de 1970, as principais questões introduzidas do ponto de vista constitucional reformador são no sentido de uma semi-institucionalização da represão no Brasil e de alterações suficientes para controlar a nova dinâmica da sociedade

que, em sua luta, começava a colocar a democracia como a questão fundamental da sua agenda política. Na década de 1980, na primeira metade, nós assistimos também à continuidade desses esforços do regime, para um recuo controlado □ os militares foram saindo aos poucos, sob pressão □, mas não foi um processo rápido. Era então um multipartidarismo controlado, com regras de funcionamento eleitoral que beneficiavam os atores apoiadores do regime.

O regime militar cai em 1985, e aí se desata um período muito rico e lindo da política brasileira, do qual nós temos a honra de assistir à atuação do Hermes Zanetti, como já falado aqui, não apenas na questão relativa ao voto facultativo, mas em muitas outras, uma referência para nós, daquele tempo de paixões políticas, no sentido de reconstruir o país e aí sim fazia sentido falar em reconstruir o país, porque se tratava de colocar toda a institucionalidade do regime militar abaixo, de dar liberdade suficiente para o país, organizar-se em novas bases, em bases democráticas de liberdade de expressão e de organização. Foi o que aconteceu nesse lindo período.

O processo constituinte foi rico e colocou questões muito importantes fixadas na Constituição promulgada em 1988. Uma dessas questões, um grande campo que foi garantido pela Constituição de 88, foi o reconhecimento dos direitos sociais. Esse é um campo importantíssimo, que os trabalhadores deste país alcançaram no bojo da luta contra a ditadura e da luta pela democracia.

O exemplo maior é a universalização do sistema de saúde, o nosso SUS - com todos os problemas, ainda é algo valiosíssimo e é muito difícil de se encontrar em países um sistema tal qual o SUS. Ele não tem que ser alterado, tem que ser melhorado. Não tem que ser substituído, ele é um vetor, é uma herança que nós temos que cuidar com muito cuidado, especialmente os trabalhadores.

Nós assistimos também nesse período à explosão do multipartidarismo, da participação e da incorporação de mais e mais camadas no âmbito da luta política, os jovens acima de 16 anos, os analfabetos, também incorporados ao processo, então, foi um momento muito rico da vida política brasileira. Na década de 1990, nós assistimos à uma continuidade dessa inflexão fundadora de uma democracia, houve ajustes, mas ainda havia esse espírito de construção democrática, de consolidação democrática e começam a acontecer as primeiras manifestações de uma nova agenda de alterações da relação capital/trabalho, e do escopo do Estado, da presença do Estado na economia, revertendo o modelo fundado por Getúlio Vargas. Ao longo da década de 1990, a preocupação com a funcionalidade do Estado foi se colocando cada vez maior e culmina no ano de 2000, com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, havia duas grandes preocupações nesse momento pela dinâmica da luta política e traduzido em termos de forças políticas, alcançar governabilidade e, agora, aqui se coloca a diminuição do tamanho do Estado.

O primeiro a falar nesse tipo de agenda política foi Collor, secundado depois por Fernando Henrique Cardoso e todos os seus governos caminharam nesse sentido. A velocidade só não foi maior porque havia a sociedade brasileira indicando outro caminho, e resistindo a esse tipo de proposição, mais houve mudanças. Chegamos, então, à década de 2000, houve uma certa instabilidade institucional do chamado presidencialismo de coalizão no Brasil, as reformas políticas foram periféricas, não foram significativas ao ponto de mudar a cara do sistema do regime, do

funcionamento democrático brasileiro e assistimos à continuidade, por exemplo, à reforma previdenciária - o Lula deu continuidade à reforma previdenciária que foi reinaugurada pelo Fernando Henrique Cardoso.

Chegamos, então, à década 10 dos anos 2000, e, aqui assistimos à instabilidade do Presidencialismo de coalizão se pronunciar com força, e nós assistimos agora o retorno de agendas velhas, agendas que eu digo que são velhas, porque são voltadas para a diminuição do Estado com uma perspectiva neoliberal. Essa perspectiva neoliberal aconteceu nos anos 1970, na Inglaterra, nos países do capitalismo central, europeus principalmente.

A ideologia neoliberal que vem com a Thatcher, com o Reagan, ela nada mais faz do que tentar responder à crise de acumulação do capital nos anos 1970, proporcionada inclusive pela crise do petróleo. O capitalismo naquele momento está com um problema de acumulação, e problemas de acumulação no capitalismo são resolvidos pelo rebaixamento da massa salarial, da massa de riqueza que é apropriada por parte dos trabalhadores.

Então, nós temos esse ethos neoliberal formado para resolver uma crise dos anos 1970 se colocando nos anos 1980, 1990, 2000, nos países do capitalismo central e o que o Brasil vai emetizar na década de 1990 para cá. Bom, esse modelo entrou em crise a partir de 2008, e por quê? Por conta do sistema, a ganância do sistema financeiro, aquele cuja fórmula é: dinheiro gera mais dinheiro. Não tem trabalho no meio, então, esse modelo começa a fazer água, começa a só sobrar, foi falado aqui Trump, e eu incluo Putin, Brexit, todas expressões dessa crise que assistimos agora no planeta inteiro.

Crise que, inclusive, não apresenta vetores de solução. A solução pela esquerda, que parecia vir da Grécia, se foi. As soluções que estão sendo colocadas aí são nacionalistas, protecionistas, Trump, Brexit, nacionalismo russo, a perspectiva chinesa de defesa dos seus espaços nacionais e da presença como nação em lugares de rentabilidade econômica. Então, nós temos um mundo diferente daquele onde foi gestada a solução neoliberal.

Bom, o futuro é o futuro, ainda não assistimos à emergência de alternativas consistentes, no entanto, aqui no Brasil as reformas buscam trazer esse ethos de uma política neoliberal com aquilo que de melhor eles sabem fazer, que é tentar rebaixar custo do trabalho, ou seja, parte da riqueza apropriada pelos trabalhadores. Mas elas acabam por se autonomizar frente à sociedade e criar grandes problemas, um desses problemas, por exemplo, que a gente vive é a asfixia de certas práticas científicas por conta de excesso de controle por causa do Tribunal de Contas. Eles se transformam em atores substitutos nessa cena política. Eu tenho algumas perguntas para vocês pensarem. A corrupção impede o desenvolvimento e o crescimento do país? A política de desindustrialização promovida pelo FHC tem a ver com corrupção? Foi provocada pela corrupção?

O boom do agronegócio, os preços das commodities que proporcionaram o governo Lula a ter um bom governo é fruto da corrupção? A corrupção causa crise internacional? E a corrupção brasileira causa crise? A corrupção, no meu ponto de vista, pode ter muito mais a ver com o incremento das condições de vida do trabalhador porque aqueles milhõezinhos, que são nada para a Odebrecht, são muito

para o trabalhador lá no posto de saúde, na educação, é para o trabalhador que isso importa.

A corrupção não é muita coisa para o grande capitalista, e nós, com essa dificuldade da formação de imagem adequada, as contradições do nosso tempo, nós podemos entrar num processo - é uma possibilidade, e eu quero levantá-la aqui -, parecido com o da Venezuela. O processo que a gente assiste hoje, na Venezuela, um pé do que acontece lá é por conta da decadência das suas elites, que eram ligadas ao processo petrolífero.

Essas elites entraram em decadência, tiveram inclusive presidentes impedidos por conta de corrupção, mas essas velhas elites da Venezuela não conseguiram se renovar e isso abriu campo para soluções esquisitas, estranhas e perigosas como o Hugo Chávez, um militar (por que o regime venezuelano não cai? Porque os militares o apoiam).

Antes de ser um esquerdista, o Hugo Chávez era um militar. Então, vocês vejam que tipo de problema começa a ser colocado por elites gananciosas, que só enxergam o lucro imediato. Existem políticos que só atuam no varejo e elites econômicas que só querem o lucro imediato. Abrem campo para soluções muito perigosas para o povo, para os trabalhadores, soluções que são autoritárias e que levam a caminhos terríveis.

A punição aos crimes de colarinho branco, como se chamava antigamente, necessariamente alteram o padrão de observância das leis, e, aqui vem uma pergunta que quero questionar à própria sociedade brasileira, ao espetáculo de inquisição, ao espetáculo de punição: isso reverte em mudanças dos padrões societários, reverte em mudanças dos padrões de confiança em nossas instituições e naqueles que estão ocupando as instituições, isso é possível de ser pensado ou é apenas um sonho?

O combate à corrupção produz essa nova elite que nós estamos precisando? E, aqui, elite é um termo que não diz respeito apenas à elite capitalista, às elites no sentido das ciências políticas. As elites são capazes de organizar e dirigir, então, podemos falar de elite sindical, por exemplo, nenhum demérito, a elite sindical que são vocês, os responsáveis por organizar o campo dos trabalhadores deste país, vocês têm essa responsabilidade enquanto elite, então, esse combate à corrupção é capaz de formar uma nova elite, num amplo sentido, tanto a direita quanto a esquerda, quanto aos centros, dos trabalhadores, dos empresários? Quais concepções de reformas de desenvolvimento elas estão abrigoando? O mundo está em desequilíbrio, e as crises políticas são colocadas em relação aos modelos estabelecidos ou neoliberalismos ou sociais-democracias mitigadas, e a emergência de ações pela direita, que são tentativas de responder a esse processo de crise, nacionalismo, discriminação, e essa agenda passou pela aprovação eleitoral, para cumprir um requisito mínimo, da democracia, a agenda que está sendo colocada hoje, por parte do governo Temer, ela passou pelo crivo eleitoral? Então, esse mundo em transformação está colocando em questão tudo, a Internet está se transformando numa amplificação dos mecanismos políticos que já eram usados no passado.

Eu me lembro que nas primeiras vezes em que o Lula concorreu, apareceram panfletos (naquela época não tinha Internet), que diziam que o Lula era parceiro do

diabo e aí colocavam uns desenhinhos e era sério, não era brincadeira, era realmente para passar uma ideia disso.

Apostava-se na insuficiência política das pessoas, que elas comprariam um discurso de associação com um determinado personagem, com diabo. Era assim que faziam antigamente, quando diziam que os comunistas comiam criancinhas. Então, são mitos que se criam na propaganda e que por mais que a Internet nos possibilite acesso a coisas interessantes, boas e ótimas, ela também nos dá acesso a coisas irrelevantes ou de pura fachada. A eleição do Trump revelou-nos mecanismos de invasão de sites e de notícias, produção de notícias falsas para jogar na luta política. É a esse mundo que estamos assistindo. Eu já falei aqui da questão da atualidade dessas reformas, para mim elas não têm atualidade, elas não enfrentam os desafios que são importantes e relevantes hoje, que são os processos produtivos avançados de alta tecnologia, que as nações hoje, se quiserem participar da produção das riquezas do mundo inteiro, elas têm que investir em processo produtivo de alta tecnologia, novas sistemáticas educacionais - a educação também está em cheque. Nós estamos chegando numa situação limite, capacitação criativa e gerencial, e, aqui eu não digo que essa é uma lição que inclusive os capitalistas não estão fazendo, eles não estão se habilitando no Brasil a terem uma capacidade criativa e gerencial de tocar os seus negócios, ainda estão operando de formas tradicionais, acumulação de recursos para enfrentar esses desafios, quem deve fazer o Estado ou os empresários, e um novo sistema de arbitramento de conflitos.

A Justiça do Trabalho resolve os conflitos existentes atualmente, qual é a natureza desses conflitos nesse novo mundo? Tudo isso remete a pensar a estrutura política brasileira e, no Brasil, qual é a estrutura que pode atender a esses novos desafios? Nós temos um ponto de partida, que é o Presidencialismo de coalizão e isso faz como todo processo representativo de governo, ele tem uma equação entre representação e governabilidade, ou seja, ao mesmo tempo em que tem que dar representação aos diferentes grupos da sociedade, ele tem que alcançar um padrão de governabilidade para que o Estado e as forças que o ocupam possam implementar seu plano de governo. Então, qual é o ponto de equilíbrio entre uma coisa e outra, isso não se discute sistematicamente no Brasil. Os representantes estão representando quem, afinal de contas? Nós temos dois grandes problemas no campo da representação, a seleção adversa e o azar moral, ou seja, a seleção adversa é quando o eleitorado não acerta na aposta, e o azar moral é quando o representante trai o seu eleitorado. São dois grandes problemas que vêm consubstanciados, por exemplo, nós temos um vetor assim de que já nos dá uma pista que há problemas nesse processo representativo no processo de impedimento da Presidenta Dilma, que houve a referência, eu sabia de coisas, muitos fizeram referências a seus eleitores, muitos poucos, Deus e família não os elegeu, então nós temos aqui um problema.

Cabe ressaltar um problema sério da ordenação institucional brasileira na questão dos poderes. No Brasil, diferentemente de outros países, nós temos uma organização do poder, conflituosa, porque os poderes têm alto grau de autonomia e um grau moderado para baixo de controle mútuo e isso faz com que os poderes possam arbitrar políticas em desafio à política do outro, o que gera conflito. Um exemplo recente, de fevereiro de 2015: a Câmara e o Senado modificaram o pro-



cesso de emendas parlamentares ao orçamento, tiraram poder da Presidência em contingenciar os valores, ou seja, transformaram o orçamento também em orçamento impositivo, ou seja, é um avanço numa prerrogativa de controle mútuo que havia, os deputados pediam as emendas e o executivo moderava a liberação dessas emendas, o executivo não pode mais moderar, então, foi uma prerrogativa que deu independência aos deputados, aos representantes, em detrimento dessa moderação do executivo.

Esse é o padrão hoje, é um problema que tem que ser resolvido do ponto de vista institucional no país. Há algumas propostas de reformas e a questão, por fim, é só do judiciário, que passou de um poder neutro a um processo de judicialização da política e da judicialização da política ao protagonismo político. O judiciário estava, lá no seu cantinho, aí, os políticos como não tinham força suficiente pra resolver os seus conflitos, chamaram o judiciário para resolver. Ele gostou da coisa e agora quer mandar em todo mundo. Eu aqui resumi muito caricatamente a coisa, mas é isso, esse é o sentido.



Palestra - Andrea Galvão

Andrea:

Boa tarde a todas e todos, eu gostaria de agradecer à UGT pelo convite. É a terceira vez que eu participo do Seminário da UGT, então, eu gostaria de dizer, em nome dessa relação, digamos, antiga, e dessa intimidade, que eu acho que com três anos de participação, vou me permitir falar coisas que eu sei que muitos de vocês não vão gostar de ouvir, mas é com a franqueza que esse momento exige e eu acho que é importante a gente ter coragem de se colocar diante de certas questões e de enfrentar um debate difícil para todos nós que estudamos e vivemos o sindicalismo.

Eu falo como uma pesquisadora do movimento sindical, mas também como uma militante do Movimento Sindical Docente, que é um movimento sindical extremamente difícil de ser construído, que enfrenta muita resistência por parte dos próprios professores. Para vocês terem uma ideia, para conseguir fazer uma assembleia e organizar a nossa adesão à greve geral do dia 28, tivemos uma assembleia muito pequena, com a participação ínfima de colegas, de filiados e com uma oposição muito grande da maior parte dos docentes que acham que estamos “muito bem, obrigada”, que não precisamos fazer nada. Um seminário, como este que a UGT promove, é um momento importante de debate, de formação, de formação sindical, de formação política, e eu estou falando aqui como encarregada da formação, da UGT e a gente precisa aproveitar esses momentos para poder ter a coragem de se reinventar.

Queria dizer que o sindicalismo, nos últimos anos, nos governos do Lula e da Dilma, se fortaleceu em alguns aspectos, mas ficou na mesma ou se enfraqueceu em outros. Ele se fortaleceu no que se refere à negociação coletiva, conseguindo reajustes superiores à inflação, ele se fortaleceu na retomada das greves, no crescimento do número de greves, no reconhecimento institucional que obteve, através da participação em conselhos, em fóruns de negociação, no âmbito do governo, mas ele se enfraqueceu, se a gente for pensar no aspecto que chamo de uma acomodação política do sindicalismo, a uma situação que de maneira equivocada pensamos que estava consagrada e assegurada, no que se refere a conquistas de direitos, a crescimento e agora vemos que não estava nem assegurada nem garantida nem definida, e ele se enfraqueceu ou ficou no mesmo lugar na sua capacidade de interlocução com os trabalhadores, com os seus filiados e com a sociedade de maneira mais ampla.



A instituição sindical perdeu credibilidade. A última vez em que eu estive aqui, falei da participação do movimento sindical nas manifestações de junho de 2013 e naquele momento a gente percebeu que o sindicalismo não era mais o agente que comandava as ruas, não era a instituição que tinha capacidade de chamar a população para participar.

O sindicalismo recuperou em parte essa condição nas manifestações contra a lei da terceirização, em 2015, e agora novamente com essas manifestações contra as reformas da Previdência trabalhista. Então, de certa forma, o movimento sindical tem recuperado um pouco essa capacidade de colocar gente na rua, algo que havia perdido durante esse período que eu chamo de acomodação política. Mas, para além dessa capacidade de colocar gente na rua, nós precisamos ser capazes também de convencer as nossas respectivas bases da importância da instituição sindical, da importância cotidiana, não apenas nesses movimentos de resistência contra as reformas, que na verdade são mudanças regressivas, que visam desmontar direitos. Então, nesse sentido, o enfraquecimento se dá numa incapacidade do sindicalismo de dialogar com essas bases e de atrair uma parcela importante de trabalhadores, que são trabalhadores precários.

Eu sei que a UGT tem uma preocupação com relação a isso, mas de maneira geral, se a gente olha para a taxa de sindicalização e para os trabalhadores que são efetivamente sindicalizados, a capacidade de representar essas pessoas é muito pequena. O outro ponto que eu queria destacar é que o governo atual quer enfraquecer o sindicalismo, e ele quer fazer isso retirando os recursos financeiros que o sustentam.

Mas essa é a debilidade eterna do movimento sindical brasileiro. O movimento sindical, que se constituiu dessa forma, desde a legislação instituída por Vargas na década de 1930 e consagrada na CLT, em 1943, e o sindicalismo a partir de então não consegue contar com as próprias forças, esse é o nosso limite. Para adiantar a minha posição, vou me pronunciar contra a unicidade sindical e contra o imposto sindical. Eu vou dizer o porquê depois. Porque o sindicalismo não conta com as suas próprias forças, e com isso ele corre o risco de sempre cair na chantagem dos governos.

E, quando falo do governo aqui, estou me referindo ao Governo Federal, ao Executivo, mas também às ações que estão sendo promovidas no Legislativo e no Judiciário, porque o Judiciário também estabeleceu uma norma, que regula a contribuição assistencial, limitando essa contribuição aos filiados. O sindicalismo precisa assumir riscos se ele quiser se manter vivo e crescer. Nesse sentido, o governo está fazendo chantagem com o movimento sindical, e eu acho que a gente tem que dizer isso de maneira clara, para obter apoio para a reforma trabalhista. Mas acho que esse tiro pode sair pela culatra: aqueles que acreditam que a estratégia de tirar recursos financeiros do movimento sindical vai acabar com o movimento, podem se equivocar, já que é justamente nessa condição que o sindicalismo pode encontrar forças e argumentos para convencer os trabalhadores da sua importância.

Ontem mesmo vi na página da UGT a fala do Tatá, dizendo que o Ministério do Trabalho permite a criação de sindicatos, de um sindicato por dia, e que isso é usado politicamente. E é isso mesmo, nós ficamos reféns de algo que não controlamos.

Então, eu queria defender a diferença que existe entre a intervenção do Estado no direito individual e a intervenção do Estado no direito coletivo. Acho que é preciso distinguir a reforma trabalhista que trata de direitos individuais dos trabalhadores e que parte do pressuposto de que a relação entre capital e trabalho é uma relação assimétrica, desigual, e nesse sentido é necessária a proteção do Estado, a ideia de direitos universais que asseguram as condições de trabalho e de dignidade para o conjunto dos trabalhadores. O direito coletivo é o sindical: quem deve estabelecer a maneira pela qual nós nos organizamos somos nós mesmos e não o Estado. Não é o Estado que tem que dizer quantos sindicatos podemos ter, qual é a categoria profissional, quais são os limites da categoria profissional que devemos, na qual devemos nos organizar e como vamos nos financiar.

Eu vou sustentar aqui que, apesar do que diz a Constituição brasileira, de que é livre a organização sindical, a organização sindical não é livre porque nós não a controlamos. A criação de sindicato pode ser livre, mas quem define se esses sindicatos se enquadram ou não nas categorias profissionais pré-estabelecidas, quem define se o sindicato pode ser reconhecido ou não, é o Estado, não é o trabalhador. E isso faz com que o trabalhador se distancie do sindicato.

Eu acho que é importante discutir uma autorreforma, quer dizer, que sindicalismo nós queremos? É importante definir quais são as nossas divergências, e elas dizem respeito a esses pontos, o fim ou a manutenção da unicidade sindical, o fim ou a manutenção do imposto sindical e das demais contribuições que são compulsórias, ou seja, que são estabelecidas pelo Estado.

A última vez em que se tentou fazer uma discussão sobre reforma sindical foi no Fórum Nacional do Trabalho, no governo Lula, em que se chegou a uma proposta de emenda constitucional que não avançou, lá em 2005 naquelas convenções políticas do mensalão. E também não avançou nada dada às grandes divergências entre diligentes sindicais e diligentes patronais.

Então, eu vou defender duas teses: a primeira é que, ao contrário do que sustentam alguns autores, alguns estudiosos e alguns dirigentes, a estrutura sindical brasileira corporativa continua impedindo o exercício da liberdade, da autonomia sindical, porque é o Estado que define como devemos nos organizar. A segunda é que essa estrutura impõe limites à ação do movimento sindical. A unicidade sindical e as contribuições compulsórias desestimulam o trabalho de base. Elas induzem à fragmentação das entidades sindicais e à ausência da organização no local de trabalho, elas garantem a existência de um sindicalismo sem que haja necessidade de filiar trabalhadores e, no limite, nós podemos chegar a um modelo de sindicalismo sem sindicalizados, porque a verdade é essa, os nossos sindicatos não precisam do sindicalizado, nós temos recursos sem precisar afiliar ninguém, nós temos recursos garantidos pelo Estado sem precisar afiliar ninguém.

A despeito desses limites que impedem uma atuação política mais incisiva, é do conhecimento de todos nós que os dirigentes sindicais consideram a estrutura sindical benéfica porque ela assegura o monopólio da representação a uma única organização, evitando supostamente a divisão dos trabalhadores entre organizações concorrentes e assegurando os meios necessários à sobrevivência dos sindicatos. O argumento é que ser contra essa estrutura seria ser contra o próprio sindicalismo, e

eu estou dizendo aqui o contrário. Vou falar alguns argumentos para poder ilustrar um pouco essa minha posição. Um dos argumentos usados para defender essa estrutura é que o pluralismo, que seria o oposto da unicidade, fragmenta a classe trabalhadora.

Eu quero dizer o seguinte: essa unicidade do movimento sindical brasileiro é uma ficção política, é ilusória, não só porque existem treze, catorze centrais sindicais (dependendo do momento em que a gente entra na página do Ministério, o número varia), mas porque o número de sindicatos cresceu de 5.536 em 1987, um ano antes da Constituição, para 11.327 em abril deste ano. O número de sindicatos dobrou em 30 anos. Então, a unicidade sindical não impede a divisão de sindicatos, os sindicatos criam artifícios para desmembrar categorias, seja por base territorial, reduzindo a abrangência territorial, seja desmembrando via criação de categorias distintas, procurando justificar que uma categoria não faz parte de uma categoria à qual anteriormente pertencia.

Os defensores da estrutura sindical argumentam que o pluralismo é uma perspectiva neoliberal, que traz a concorrência para o interior das organizações sindicais atendendo aos interesses patronais de divisão dos trabalhadores. Mas do ponto de vista neoliberal, o sindicalismo, seja o sindicato único ou o plural, é sempre uma instituição indesejável porque interfere na livre negociação entre patrões e empregados. Isso, no texto da reforma trabalhista, está colocado como autonomia, coletiva da vontade.

O sindicato limita o direito dos capitalistas de exporem livremente os trabalhadores segundo a sua vontade. Então, nesse sentido, qualquer organização deforma as leis do mercado. Um segundo ponto é que a adoção do pluralismo possibilitaria para esses defensores da estrutura sindical a criação de sindicatos por empresa sob o controle patronal. Esse argumento também carece de evidências, porque assim como o fim da unicidade pode levar à criação de sindicatos por empresa, também pode criar sindicatos bastante atuantes em bases em que antes havia sindicato de fachada, sindicato de carimbo, sindicato fantasma, sindicato que não tem atuação nenhuma. Então, a unicidade possibilita as condições financeiras para criação e perpetuação da burocracia sindical, favorece o distanciamento em relação à base. Outro argumento é que a unicidade não impediu a emergência de um sindicalismo combatível e atuante, é verdade, um sindicalismo que resistiu à ditadura militar, que fez greve quando era proibido e que levou à criação das centrais sindicais quando isso não era permitido pela lei. Mas, se é verdade que a unicidade não impediu a emergência desse sindicalismo combatível, ela impede os trabalhadores de se organizarem em sindicalismos combatíveis e atuantes quando os sindicatos oficiais são controlados por dirigentes próximos do patronato.

Outro elemento que a gente poderia considerar é a crítica de que o pluralismo instauraria a divisão, a politização e o conflito. Esse argumento retoma a posição dos defensores do corporativismo quando da implantação do corporativismo na década de 1930. Segundo esse raciocínio, o pluralismo sindical estimula a politização dos trabalhadores e o conflito entre diferentes tendências sindicais, prejudicando a paz social.

Esse argumento é encontrado ainda nos dias de hoje, inclusive no discurso de lideranças patronais que têm medo do fim do monopólio da representação, porque temem a instauração de uma anarquia sindical no interior da empresa, por entender que a empresa não saberia com qual sindicato negociar. Então é melhor ter um sindicato que já conhecemos, que no limite podemos controlar, do que correr o risco de uma confusão, de uma disputa entre diferentes forças e posições dentro da empresa.

O argumento de que através da unicidade o Estado protege os trabalhadores da divisão oculta uma falácia, como eu já adiantei. O sindicalismo brasileiro é dividido, já é politizado da desistência de diferentes centrais, de diferentes correntes políticas do interior de um sindicato único. E aqui eu queria enfatizar a diferença entre pluralismo e pluralidade, a possibilidade de os trabalhadores se organizarem como quiserem, inclusive, pondo fim ao monopólio da representação, se assim entenderem que é o caso. Não significa que eles vão necessariamente criar uma série de sindicatos que concorram entre si. Então, o pluralismo não é sinônimo de pluralidade, assim como unicidade não é sinônimo de unidade. São duas coisas bastante diferentes, e a gente precisa discutir as implicações desses termos, os trabalhadores podem lutar para manter unidade se assim desejarem.

Para concluir, a gente sempre faz essa discussão e fala "bom, não é o momento de mudar nada". Não mudamos nada nem quando estamos bem nem quando estamos mal. Quando estamos mal, o argumento de que a correlação de forças é impeditiva, de que não temos condição de nos contrapor à ofensiva patronal, ofensiva governamental, sempre faz com que nós acabemos assumindo uma atitude protelatória, de que não quer mudar nunca nada. Então, essa é uma posição principista, a gente adia mudanças para um futuro que nunca chega, a correlação de forças nunca é favorável ao fim da unicidade, porque isso não é desejável pelos próprios diligentes sindicais. Ela é vista como uma virtude, é preciso alterar essa posição de princípio, a meu ver, se a gente quer de fato encarar uma discussão de autorreforma e quiser ser protagonista dessa discussão, não deixar que outros façam, se a gente quiser se aproveitar desse momento para se reinventar e se fortalecer.

A unicidade facilita o desmonte de direitos porque ela alimenta sindicatos fantasmas, sindicatos que não organizam os trabalhadores, que têm pouca representatividade junto à sua base, e, que têm baixo poder de negociação. Segundo os dados do Ministério, dos 11.000 sindicatos registrados no Brasil, mais de 5.000 nunca negociaram um acordo ou convenção coletiva sequer, ou seja, eles não exercem a principal atividade que caracteriza a existência do sindicato.

Esse tipo de sindicato nada faz para defender os trabalhadores diante do ofício da patronal. Então, se a gente tem medo do fim da unicidade, se a gente tem medo do fim das contribuições compulsórias, acho que a gente precisa encarar esse medo de frente, arriscar e dizer o seguinte: muitos sindicatos vão desaparecer? Vão desaparecer aqueles sindicatos que não fazem nada. Aqueles que lutam de fato, que buscam representar os trabalhadores, esses sim vão sobreviver e em melhores condições, mostrando para os trabalhadores qual é a sua importância, convencendo os trabalhadores dessa necessidade de se organizar, de se mobilizar para defender os seus direitos. Obrigada.



Autorreforma sindical: mais autonomia e auto-regulação

Moises Balestro:

Quando surgiram as primeiras centrais sindicais depois do Golpe Militar, nos anos 1980, elas constituíam organizações informais sem o reconhecimento oficial do Estado. O período de fortes mobilizações sindicais nos anos 1980 tiveram um papel relevante das centrais. Saindo de um regime militar e retomando a democracia, o período se caracterizava pela necessidade dos sindicatos serem mais independentes em relação à tutela do Estado.

Havia fortes críticas à herança getulista sob influência da “Carta del Lavoro” do fascismo italiano e aos arranjos corporativistas do Estado Novo.

Criticar a ação e a interferência do Estado era essencial para que os trabalhadores pudessem se auto-organizar em suas lutas, pautas e reivindicações.

À época, as maiores dificuldades de participação sindical ainda ocorriam em função da repressão política e não em função do desinteresse e da falta de identificação com os sindicatos que caracterizam o período neoliberal.

No entanto, apesar dos esforços para conquistar uma maior autonomia em relação ao Estado, as estruturas sindicais fundamentais do período getulista permaneceram, especialmente as federações e confederações.

Na década de 1990, com o aumento do desemprego, com a fragmentação da identidade das classes trabalhadoras e com o aumento dos trabalhadores informais e terceirizados, a representação sindical e a própria ação sindical foram perdendo o vigor.

Ao contrário do período do regime militar, o problema maior não era a interferência do Estado por meio de intervenções na vida sindical, mas as mudanças estruturais que estavam ocorrendo com os trabalhadores e com o mercado de trabalho.

Com o início da disseminação das ideias neoliberais de mais mercado e superioridade do privado sobre o Estatal e até mesmo sobre o público, os sindicatos e movimentos sociais passaram a defender o Estado. Foram as mobilizações contra as privatizações, contra as medidas de flexibilização das relações entre capital e trabalho, contra a redução do Estado. O Estado deixa de ser atacado como no regime militar para ser defendido contra a supremacia do mercado e contra a ideologia neoliberal.



Paulatinamente, os sindicatos, e a maior influência de sindicatos ligados ao funcionalismo público, desenvolveram uma cultura de apoio ao Estado contra aqueles que queriam menos Estado na economia.

Paradoxalmente, isso contribuiu para processos que hoje são desastrosos para a política e a economia do país. Destacam-se a judicialização da política, a interferência de partes do Estado na vida cotidiana dos sindicatos e a formação de burocracias poderosas e auto-interessadas que não são mais controladas pelos governos democraticamente eleitos e menos ainda pela sociedade civil organizada. Sem controle político e sem controle social, estas organizações do Estado revigoram a cultura autoritária da sociedade brasileira.

Com o capital mais concentrado, mais internacionalizado e mais forte, elas se voltam para o elo mais fraco; as organizações sindicais. Este é o pano de fundo sobre o qual a autorreforma sindical precisa ser discutida. Acresce-se a isso elementos novos como o fim da contribuição sindical obrigatória e a profunda reforma na legislação trabalhista. Mudanças drásticas que colocam de imediato um novo cenário que reforça ainda mais a necessidade da autorreforma sindical.

É chegado o momento de recuperar a bandeira da autonomia sindical, especialmente da auto-regulação e da auto-sustentação dos sindicatos. As duas décadas mostraram que não temos que defender o Estado em abstrato para criticar a expansão da lógica do mercado para todas as relações sociais. Entre Estado e mercado, existem os recursos comuns associados à ação coletiva cuja forma de organização não depende do mercado e nem do Estado.

De acordo com a CSA (Confederación Sindical de Trabajadores de las Américas), a autorreforma sindical responde à necessidade de aumentar a representatividade, a legitimidade e a influência dos sindicatos nas relações entre capital e trabalho.

Comparativamente com outras organizações, a confiança nos sindicatos no Brasil não é baixa. A confiança (pouca e muita) no Estado corresponde a 29,6% da população e a confiança em partidos políticos é ainda mais baixa, correspondendo a 11,5%. No caso dos sindicatos, a confiança corresponde a 37% da população. No entanto, trata-se de uma confiança mais baixa do que o nível de confiança em empresas privadas que chega a 50%¹. De uma maneira geral, o nível de confiança em instituições no Brasil é baixa.

Em relação às avaliações do funcionamento das instituições políticas e do poder judiciário, a grande maioria da população avalia mal e muito mal. O congresso nacional é mal avaliado por 77% da população. Já os partidos políticos são mal avaliados por 86,8% da população. O poder judiciário, por sua vez, é mal avaliado por 66,6% da população. Isto sinaliza um espaço de atuação para os sindicatos no sentido de recuperar valores de cidadania. Talvez mais do que os partidos políticos e mais do que o congresso nacional, são os sindicatos que possuem maior potencial de se conectar com o cotidiano das pessoas.

No entanto, o percentual de membros ativos dos sindicatos ainda é baixo. Este percentual corresponde a 4,7% da população.

1 -Dados retirados da pesquisa de opinião Latinobarometro de 2015.

No caso das igrejas, o percentual de membros ativos sobe para 18,9%². Trata-se de uma diferença expressiva entre duas organizações que se caracterizam pela lógica de influenciar e mobilizar grupos sociais, ainda que com propósitos distintos.

Em parte, isto pode ser influenciado pela baixa correlação entre a disposição para a mobilização social e a confiança em sindicatos. A correlação entre a disposição de lutar por aumento de salários e melhores condições de trabalho e a confiança em sindicatos foi baixa³. A correlação entre disposição de protestar pela melhoria da saúde e da educação e a confiança em sindicatos também foi baixa⁴. O que isto sinaliza ainda que de forma preliminar? Isto revela que a associação entre mobilização e sindicatos é pequena.

Um aspecto é a dinâmica de mobilização mais característica das chamadas pautas específicas como questões de raça e gênero e outras vinculadas aos direitos de minorias que não foi apreendida pelos sindicatos. Os sindicatos não conseguiram acompanhar as mudanças que ocorreram na construção identitária dos trabalhadores.

Esta análise corrobora a necessidade da autorreforma sindical. Soma-se a isso o fato que quase 50% da força de trabalho brasileira não possui um contrato formal sob a égide da legislação trabalhista. Com as mudanças na CLT que foram aprovadas no Congresso e no Senado, a terceirização torna-se praticamente irrestrita e atingirá os setores privado e público. Além disso, os sindicatos ainda se organizam com base em categorias profissionais e não em ramos de atividade econômica. Assim, trabalhadores na mesma empresa pertencem a diferentes sindicatos sem que eles se coordenem adequadamente quanto às reivindicações e ações.

As novas formas de organização do trabalho que emergem da chamada economia colaborativa (sharing economy) reforçam ainda mais a chamada 'pejotização' e o trabalho por conta própria. A Uber não considera os seus motoristas como empregados, mas como "empreendedores" parceiros. No entanto, todas as regras de funcionamento e especialmente as tarifas são definidas pela corporação privada Uber.

A nova legislação trabalhista que permite o negociado acima do legislado também abre caminho para a autorreforma sindical. De agora em diante, será menos Estado e mais capacidade de barganha e mobilização entre sindicatos e empregadores.

Além disso, os sindicatos vivem um problema de reprodução social. Os dirigentes estão envelhecendo e há imensa dificuldade em mobilizar jovens para a ação sindical. Quando se considera a densidade sindical por intervalos etários, são os jovens os que menos se filiam e se interessam pelo sindicato.

Alguns princípios fundamentais da autorreforma sindical são:

- Trabalhadores se auto-organizam
- Não há necessidade de uma tutela seja do capital ou do Estado

2 - Dados da Pesquisa Mundial de Valores com amostra probabilística para a população brasileira. Os dados foram coletados em 2014.

3 - Segundo dados do Latinobarometro (2014), esta correlação foi de .137, considerada uma correlação baixa porque está abaixo de .3.

4 - A correlação foi de .103.

- Construção coletiva das regras e governança dos comuns (Ostrom)
- Empoderamento das centrais sindicais
- Regulação social ao invés de regulação estatal

Os trabalhadores se auto-organizarem significa que as regras do jogo da organização sindical serão construídas pelas próprias centrais sindicais. Auto-organização não é sinônimo de fragmentação ao estilo liberal em que cada sindicato adota suas próprias regras de funcionamento. Ao contrário, auto-organização requer um alto grau de organização entre as diferentes organizações sindicais de maior representatividade. Portanto, o mandato para realizar a autorreforma sindical é das centrais sindicais e não dos sindicatos de forma isolada.

O fim da tutela sobre as regras de representação sindical e mesmo as regras de funcionamento dos sindicatos será uma conquista dos trabalhadores que lhes permitirá uma relação empoderada seja com os empregadores ou com o Estado.

Há várias experiências de uma gestão coletiva de recursos comuns. O estudo detalhado de experiências de gestão de recursos hídricos, florestais e outros tipos de recurso conferiu um prêmio Nobel para a cientista política Elinor Ostrom em 1999. Ela evidenciou que há situações em que a gestão e organização mais eficiente de recursos de uso comuns é a que deriva da ação coletiva. A ação coletiva de gestão dos recursos comuns é mais eficiente do que a privada e mais eficiente do que a estatal.

Em uma analogia com o trabalho de Ostrom, pode-se sustentar que o conteúdo da autorreforma sindical é um recurso comum dos sindicatos. Por sua vez, as regras para construir a autorreforma deve considerar os princípios do que Ostrom chama de recursos auto-organizados. Tais princípios consistem na definição de regras de fronteira (quem está dentro e quem está fora). Ou seja, quais serão os critérios de aceitação das centrais sindicais que participarão da autorreforma. As regras que regulam o uso do recurso coletivo. Um exemplo são fundos públicos (não estatais) de financiamento das atividades sindicais. Quais serão as regras para o uso deste recurso coletivo?

Assegurar a participação plena na elaboração e na modificação das regras. Isto implica regras mais justas e com maior aderência daqueles que delas farão uso. Por fim, o monitoramento deve ser feito pelos próprios membros e as sanções devem ser graduais para aqueles que não cumprem as regras construídas coletivamente.

Os desafios para construir as condições de uma autorreforma sindical são consideráveis. O primeiro deles tem a ver com a construção de legitimidade de regras que não derivam de leis em uma sociedade legalista e autoritária como a brasileira. O segundo grande desafio é a superação do legalismo e do estatismo no movimento sindical. Afinal, são mais de oitenta anos que os sindicatos possuem a tutela do Estado em maior ou em menor grau. O terceiro grande desafio é a inversão da lógica de regulação desde cima, desde o Estado equivocadamente tratado como neutro para a auto-regulação.

Trata-se de uma mudança cultural fundamental no movimento sindical. No entanto, mais do que nunca as mudanças institucionais em curso no país empurram para o surgimento de uma nova cultura sindical.

Palestra - Patrícia Peletiere – DIEESE

Patrícia:

Boa tarde a todos e todas, eu quero começar parabenizando a UGT por essa iniciativa que, se não me engano, é o 4º ano, de inovar. E nas comemorações do 1º de maio, colocando sempre temas tão relevantes para reflexão e construção de um movimento sindical mais forte.

É possível a criação de um espaço intersindical de debates? Se eu parasse por aí, diria que o DIEESE é um espaço criado pelo movimento sindical e intersindical, que existe há 60 anos, com todas as nossas diversidades, e consegue ser um espaço onde respeitadamente, às vezes de forma mais acalorada, o movimento sindical trava disputas e divergências para tentar construir algum consenso pensando na unidade da classe.

Então, por questão inclusive do espaço onde eu atuo, nós acreditamos que a autorreforma talvez seja o único caminho de fortalecimento e sobrevivência do movimento sindical. Seja isso em qualquer momento, é assim que a gente acredita que se constrói a história do movimento sindical, talvez nesse momento de uma crise profunda □ econômica, política e social □ que nós vivemos, seja também a oportunidade para travarmos esse debate de uma maneira mais urgente, quem sabe construir as saídas.

Diferentemente da professora Andrea, que já enriqueceu o debate entrando propriamente no conteúdo, eu quis trazer algumas reflexões para se pensar como é possível ou o que é necessário fazer para um debate sobre autorreforma. Você tem que ter alguns pressupostos e é isso que eu queria trazer para a reflexão. Então, o primeiro pressuposto fundamental que a gente precisa considerar ao fazer qualquer debate é que o nosso sistema de relações de trabalho está constituído em um sistema capitalista. Como é que isso acontece num sistema capitalista? Tem uma natureza da relação capital/trabalho, está certo, onde é uma relação de compra e venda e que a prevalência é a produção para o mercado.

A força de trabalho é uma mercadoria, uma mercadoria especial, mas é uma mercadoria. Nesse sistema, há as instituições e os sujeitos sociais que definem essas relações, interagem e definem essa organização, e tem o mercado de trabalho, onde nós vendemos e compramos a força de trabalho. A gente tem os atores sociais, que são vendedores e compradores, ou trabalhadores e empregadores, e tem os produtos e as mercadorias, dentre as quais a força de trabalho é o nosso objeto.



Trata-se então de uma relação multifacetada, composta por determinantes econômicos, sociais, políticos e jurídicos. Econômico por ter uma relação de compra e venda de mercadoria, mesmo sendo uma mercadoria especial. Jurídico porque envolve, formal ou informalmente, algum tipo de compromisso, de acordo, que implique em direitos e deveres de uma parte e de outra. Político porque expressa em seus termos uma relação de poder. E social porque tem como fundamento a maneira pela qual a nossa sociedade se organiza.

Muito bem, inerente a essa relação, os conflitos de interesse, há, portanto, um desequilíbrio natural, estrutural das forças nesse mercado de trabalho entre os compradores dessa força de trabalho e os vendedores, nós trabalhadores.

O trabalhador individual, exceto em situações muito especiais, tem uma capacidade quase nula de estabelecer os termos dessa troca, por isso dizemos que é uma relação absolutamente assimétrica, como a professora Andrea colocou. Mesmo a troca coletiva, somos nós, sindicatos dos atores coletivos, responsáveis por essa negociação, embora exista um poder de barganha maior do que o do trabalhador individual. Ainda assim nós temos uma relação absolutamente assimétrica entre capital e trabalho, e nós estamos falando dessa relação de poder - e aqui poderíamos entrar no porquê nós temos essa relação tão assimétrica, que não é objeto da nossa reflexão, mas ela concretamente é assim, por eventos externos que estão absolutamente fora do controle dos trabalhadores.

Muito bem, num sistema de relações de trabalho como o nosso, portanto, você tem alguns elementos que são fundamentais e que constituem essas relações. Então, você tem um contrato de trabalho que pode ser individual ou coletivo, você tem a questão da organização - que eu não vou entrar aqui porque vocês conhecem melhor do que eu -, e como é a nossa estrutura organizativa hoje para realização desses contratos e negociações coletivas. Talvez esse seja o principal objeto da nossa reflexão: pensar qual é a nossa capacidade real de discutir uma autorreforma.

Então, vocês guardaram que nós temos uma relação absolutamente desigual, mesmo sendo coletivos. Uma relação de poder desigual, a questão do sustento desse sistema. Nós temos que nos fazer algumas perguntas: a disputa entre capital e trabalho é árdua, nós sabemos disso, e com poder de barganha de trabalho da mercadoria... qual é de fato? Isso seria o aprofundamento de uma legislação de greve, que garantisse essas possibilidades. Hoje concretamente vemos que o direito de greve existe, mas ele tem várias restrições, então essa liberdade é muito relativa, essa condição autônoma de definir quando se quer interromper esse vínculo. Como assegurar a possibilidade de organização e representação no local de trabalho? Talvez isso seja o mais importante, e nós não temos isso. A não retaliação e o não impedimento ao bom desempenho do trabalho sindical, demissões imotivadas, impedimentos à ascensão profissional, deslocamento geográfico de dirigentes mesmo filiados; hoje você tem uma estabilidade precária do dirigente sindical, a greve no setor privado tem um julgamento por abusividade, no setor público nem sequer tem a legislação que garanta isso, não há garantia legal ao acesso às informações das empresas, o que limita demais a negociação e a intervenção, e, nós temos ainda, a questão do financiamento sindical.

Se é uma relação cujo conflito é inerente, você também tem que ter espaços de soluções de conflitos. Hoje existem os conflitos individuais, que têm a Justiça do Trabalho e as comissões de conciliação prévia, e os conflitos coletivos, que têm a Justiça do Trabalho, o TRT e o Ministério Público do Trabalho. E, por fim, um último elemento constituinte desse sistema numa sociedade capitalista onde a simetria da relação capital/trabalho é tal que você precisa ter a garantia dos direitos trabalhistas mínimos, e aí nós temos a Constituição Federal e a CLT.

Eu estou trazendo isso dada à importância do momento e dessa reforma trabalhista proposta, mais do que a desestruturação absoluta da legislação trabalhista, que entra em toda questão da organização sindical: ela não mexe só com os contratos individuais, traz no seu bojo o impedimento da negociação coletiva, então, ela impede de forma legal a negociação coletiva e a organização sindical, o que é algo mais grave do que se pensa; ela vai para muito além de mexer somente na questão da legislação trabalhista.

Outro pressuposto importante é a conjuntura do mercado de trabalho. Para fazer a discussão da autorregulação não se pode desconsiderar qual é o seu espaço real de arbitrar sob a sua organização, mas também pensar em qual conjuntura isso se faz. Como se pode pensar no fortalecimento da ação sindical ou da organização sindical sem olhar para a conjuntura do mercado de trabalho? É impossível, então, nós precisamos ter claro isso também, nós vivemos uma conjuntura.

Eu trouxe alguns elementos bem rápidos, em gráficos para ficar mais fácil. A taxa de desemprego em alta, nós vamos ver a curva a partir de 2015: ela sobe de uma maneira assombrosa, chegando a 13.2% de taxa de desocupação. Nós temos uma queda no último período, agora em 2017, da contratação por conta própria - eu não sei se vocês têm prestado atenção, parece que a solução do mercado de trabalho vai ser todo mundo virar empreendedor. Os dados já mostram que isso talvez tenha contribuído para a taxa de desemprego não crescer tão fortemente, mas já se esvaneceu, nós temos tido uma redução no trabalho por conta própria. Em contrapartida à elevação da taxa de desemprego, vemos uma severa queda na massa salarial no final de 2016.

Já estamos em São Paulo nos patamares de 2003 - vocês devem se lembrar que em 2003 nós vivíamos uma crise econômica profunda, com salários muito baixos. Então, nós já voltamos a esse mesmo patamar em termos de salário médio.

Um dado superimportante: o aumento do tempo de duração do desemprego, que também é o acréscimo, é muito rápido, nas regiões metropolitanas. O importante é que pela pesquisa consegue-se olhar os principais elementos desse mercado de trabalho: dizer quem é o desempregado, que o desemprego tem afetado mais fortemente chefes de domicílio, homens, brancos, maduros.

Nós estamos falando da destruição de postos de trabalho mais estruturados da economia, e não daquele desemprego nas ocupações mais precárias - nessas também, mas o desemprego no final de 2016, início de 2017 atingiu o centro nuclear do emprego mais estruturado.

Temos então dois pressupostos para pensar a autorregulação. A professora Andrea já trouxe o que é a fragmentação do movimento sindical hoje. Nós temos registrados no Ministério do Trabalho 11.000, esse dado muda, dependendo do

mês que você consulta, mas ele está ali, mais ou menos 11.698 entidades sindicais registradas, sendo quase 75% urbanas e 25% rurais, de trabalhadores ou agricultores familiares.

O fortalecimento é importante. O Ministério do Trabalho também construiu nos últimos anos um sistema de registro das convenções e acordos coletivos. O DIEESE faz esse acompanhamento de uma forma muito mais estruturada, transformando em dados estatísticos, mas o Ministério tem esse sistema de registro. De acordo com esse sistema - que começou em 2007 -, entre 2007 e fevereiro de 2017 haviam sido registrados 56 mil convenções coletivas e 308 mil acordos coletivos, o que não é pouca coisa, é muita negociação coletiva, e tem outros instrumentos aditivos que eu não trouxe aqui, mas o número chega perto de 25 mil.

Quem tem o monopólio da negociação coletiva é o sindicato dos 4.780 sindicatos urbanos da iniciativa privada, sendo que 90%, em 11 anos, depositaram algum acordo ou convenção coletiva. Então, nós temos aí a conjuntura, os pressupostos que compõem o sistema, e como é que a gente vai fazer essa discussão de autorregulamentação? Tivemos uma experiência - também citada pela Andrea - que foi a do Fórum Nacional do Trabalho, uma experiência tripartite. Portanto, não estávamos falando apenas de autorregulamentação, mas de um espaço de negociação de todos os atores sociais que interagem nesse sistema de relações de trabalho - trabalhadores, empregadores, Estado e o governo.

Então não foi uma experiência de autorregulação. Foi uma experiência de um diálogo de negociação que, com todas as suas dificuldades e atropelos, em 2 anos, possibilitou construir uma proposta de reforma sindical e trabalhista. Estão ali os principais elementos de uma reforma sindical, que são: a questão da personalidade sindical, os requisitos para reconhecimento da representatividade, garantia de representação, a questão da exclusividade da representação, o custeio das entidades, prestação de contas e a criação de um espaço permanente tripartite de negociação. Porque era esse o modelo em que se acreditava naquele momento. E como a Andrea já falou, não foi para a frente.

A PEC parou por diversas razões, mas talvez a principal seja que os empregadores não acreditam no diálogo e não querem dialogar. As duas últimas experiências mostram que isso não é possível, do trabalho docente os empregadores se retiraram da mesa. Portanto, a experiência de diálogo naufragou, de um diálogo tripartite, de um espaço de negociação tripartite tão aclamado nos países da Social Democracia, na Europa, naufragou.

Então, nesse momento, nós temos o desafio que não é pequeno, que são as duas reformas que estão colocadas na mesa: a da PEC e do desmonte da legislação trabalhista (que é o projeto de lei 6787/2016), que é aquilo de se valorizar o contrato individual em detrimento do coletivo, a negociação coletiva, e isso significa dizer que parte do pressuposto que nós temos uma relação capital e trabalho muito iguais e, que, portanto, o trabalhador pode negociar individualmente em patamares de igualdade com o patrão.

Em vários artigos, não um nem dois, por isso não é um ataque só à legislação, mas sim à organização dos trabalhadores e ao direito coletivo. E a PEC 287 é o desmonte da previdência pública e da assistência social, onde na sua essência traz o



ajuste das contas públicas sobre os mais pobres, como consequência vai promover um aumento da pobreza, um desestímulo à agricultura familiar e à produção de alimentos, a profunda desigualdade entre regiões e municípios e por fim, é um grande risco, uma corrosão à previdência pública e a um pacto de gerações. A combinação dos dois desmontes: a reforma previdenciária eleva a exigência de contribuições - para você ter mais contribuições deveria ter formas de contrato mais seguras -, mas a reforma trabalhista precariza as relações de trabalho ao promover formas de contratação mais sujeitas a rotatividade, a demissões, baixos rendimentos e até ilegalidade. Então, essa combinação é um desastre e a gente não faz ideia do que será o Brasil daqui a dois anos, do que será o mercado de trabalho.

Eu vou arriscar algumas conclusões sobre os elementos. Para pensar em uma autorreforma, acho que é preciso estarmos convictos. Durante muito tempo, acreditamos que era possível um espaço de negociação tripartite, o diálogo que todos estavam dispostos a dialogar. Eu acho que é muito importante ter claro que não há geração de riqueza sem trabalho.

A dinâmica da luta de classes está no centro da organização econômica social e quando se fala de movimento sindical, estamos falando de classe trabalhadora independentemente das milhões de diversidades que existem entre nós. Se nos vemos como classe, talvez consigamos de fato pensar em uma autorreforma.

Apesar das fragilidades e dos problemas, o movimento sindical continua sendo um mediador entre as classes, não há outra condição de se fazer isso. Por fim, também tenham claro que é preciso que o movimento sindical reveja sua trajetória e encontre caminhos alternativos para mobilizar a classe trabalhadora.

O trabalhador tem que tomar consciência da importância do seu papel e dos seus direitos. Só quem pode fazer isso é o trabalhador organizado, é o movimento sindical. Com isso eu concludo e mais uma vez parabeno a todos, porque esse é o caminho de fato para fazermos alguma mudança e fortalecermos as instituições sindicais. Obrigada.

Instituto de
Altos Estudos
da UGT **iae**



UGT BRASIL
UNIAO GERAL DOS
TRABALHADORES

10 ANOS
COM VOCÊ



**UNIÃO GERAL DOS
TRABALHADORES**

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

10 ANOS
COM VOCÊ

Rua Aguiar de Barros 144 - Bela Vista São Paulo - SP
CEP 01316-020 - Tel: 2111.7300

www.ugt.org.br